

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL EM
EDUCAÇÃO

Neusa Maria da Silva

**A experiência e a divisão sexual do trabalho na atividade em uma olaria de tijolos artesanais
na cidade de Betim.**

**Belo Horizonte
2021**

Neusa Maria da Silva

**A experiência e a divisão sexual do trabalho na atividade em uma olaria de tijolos artesanais
na cidade de Betim.**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Conhecimento e Inclusão Social em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Formação Humana.

Orientadora: Prof.^a Dra. Daisy Moreira Cunha.

Belo Horizonte
2021

S586e

T

Silva, Neusa Maria da, 1958-

A experiência e a divisão sexual do trabalho na atividade em uma olaria de tijolos artesanais na cidade de Betim [manuscrito] / Neusa Maria da Silva. - Belo Horizonte, 2021.

191 f. : enc, il.

Tese -- (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientadora: Daisy Moreira Cunha.

Bibliografia: f. 160-176.

Anexos: f. 177-182.

Apêndices: f. 183-191.

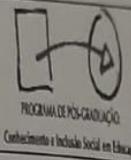
1. Educação -- Teses. 2. Mulheres -- Teses. 3. Trabalho -- Teses. 4. Trabalho feminino -- Teses. 5. Discriminação de sexo contra as mulheres -- Teses. 6. Discriminação de sexo no emprego -- Teses. 7. Diversidade no local de trabalho -- Teses. 8. Divisão do trabalho -- Teses. 9. Sociologia do trabalho -- Teses.

I. Título. II. Cunha, Daisy Moreira, 1964-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 331.4

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



ATA DA DEFESA DE TESE DA ALUNA

NEUSA MARIA DA SILVA

Realizou-se, no dia 24 de fevereiro de 2021, às 09:00 horas, em plataforma virtual devido a pandemia COVID-19, da Universidade Federal de Minas Gerais, a 780ª defesa de tese, intitulada *A experiência e a divisão sexual do trabalho na atividade em uma olaria de tijolos artesanais na cidade de Betim*, apresentada por NEUSA MARIA DA SILVA, número de registro 2017654773, graduada no curso de FILOSOFIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Daisy Moreira Cunha - Orientador (UFMG), Prof(a). Antonia Vitoria Soares Aranha (UFMG), Prof(a). Natalia Valadares Lima (CEFET-MG), Prof(a). Raquel Quirino Gonçalves (CEFET-MG), Prof(a). Maria de Fatima Almeida Martins (UFMG).

A Comissão considerou a tese: APROVADA _____

A Banca sugeriu e o candidato acatou a mudança de título de tese para: _____

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2021.

Prof(a). Daisy Moreira Cunha (Doutora)

Prof(a). Antonia Vitoria Soares Aranha (Doutora)

Prof(a). Natalia Valadares Lima (Doutora)

Prof(a). Raquel Quirino Gonçalves (Doutora)

Prof(a). Maria de Fátima Almeida Martins (Doutora)

*Ao meu irmão Gilberto, com todo meu carinho.
Ele que é um grande artesão, não do barro, mas do couro.*

AGRADECIMENTOS

Eis que chegou o momento mais difícil, o momento dos agradecimentos, como diz André Comte-Sponville, filósofo contemporâneo, francês, “a gratidão é a mais agradável das virtudes; não é, no entanto, a mais fácil.” Realmente não é fácil, pois tenho receio de faltar menção a alguém, porque, nessa longa, caminhada sempre encontrei muitas pessoas que, de uma forma ou de outra, me ajudaram e me apoiaram no que eu precisava.

Eu sou grata todos os dias por ser abençoada por tanta energia boa, que sempre ilumina meu caminhar.

Eu sinto muita gratidão por minhas filhas existirem na minha vida, a elas meu imenso amor! E, ao Fernando Tinoco, todo meu carinho.

À minha amiga e orientadora, Daisy Moreira Cunha, que esteve ao meu lado, mesmo antes do curso de doutorado, toda minha gratidão, pois ela foi minha luz nesse obscuro e incerto caminho rumo à defesa do doutorado.

Eu agradeço demais a todos os funcionários da Olaria pesquisada, especialmente as operárias, que compartilharam a sua intimidade e foram tão receptivas e carinhosas comigo.

Eu sou muito grata às minhas queridas companheiras de jornada no curso, Natália, Mariana Cavaca, Mislene, Fernanda, Luciana Praxedes, Amandinha e Yara; a todos e a todas da *Revista Trabalho & Educação*, para a qual contribuí um pouco; e aos companheiros do GEPMTE, pois, reunidos, tivemos ótimas discussões Marxianas.

Eu agradeço muito às minhas amigas “Cefetianas”, que sempre me tratam com tanto carinho, a Aniele, a Neusinha e a Milene.

Agradeço muito às professoras Antônia Vitória Aranha, Natália Valadares Lima, Raquel Quirino, Ângela Márcia Ferreira Petrus, Maria de Fátima Almeida Martins, que tão prontamente aceitaram participar da banca de meu exame, contribuindo com seus saberes e muita experiência.

Agradeço especialmente a professora Helena Hirata, que generosamente contribuiu com minha pesquisa, seja com livros, com suas sugestões ou permitindo a minha participação em seus cursos e eventos na USP.

Ao pessoal do administrativo da Pós-Graduação da FaE, especialmente as meninas da secretaria que tão bem me atenderam, ao Gilson do setor financeiro, ao pessoal que faz a conservação e deixa os jardins tão bonitos, e os ambientes tão limpos, minha profunda gratidão.

E, por fim, agradeço à CAPES por financiar minha pesquisa por dois anos e três meses.

O Barro

o barro

toma a forma

que você quiser

você nem sabe

estar fazendo apenas

o que o barro quer

(Paulo Leminski)

Todo meu carinho às operárias do barro.

RESUMO

Esta tese tem como objeto a *análise da atividade de trabalho* de mulheres em uma olaria. Tal análise, por sua vez, tem como objetivo *compreender como acontece a construção da experiência de trabalho das operárias* na olaria estudada. A pesquisa foi fundamentada, principalmente, pelas epistemologias da abordagem ergológica do trabalho e do pragmatismo de John Dewey, tendo como foco a problematização do conceito de experiência. Para este trabalho, foi imprescindível conhecermos o cotidiano de trabalho das operárias na olaria. Metodologicamente, o estudo foi realizado em três fases: (I) revisão da literatura e observações no campo de pesquisa; (II) entrevistas semiestruturadas e aplicação da técnica de Instrução ao Sósia; e (III) transcrição, análise das entrevistas e escrita da tese. Apoiando-nos nessas perspectivas teórico-metodológicas, tentamos conceituar a experiência e compreender a atividade de trabalho, para evidenciar como as operárias constroem suas experiências no trabalho. Nessa análise, pudemos observar a divisão sexual do trabalho no privado e no público. A teoria interseccional foi utilizada, juntamente com o Dispositivo Dinâmico de Três Polos, como suporte para discussão sobre o trabalho dessas operárias. Assim sendo, fundamentados nessas duas teorias, constatamos a opressão por meio da hierarquização e os embates entre os saberes formais e informais. Verificamos, ainda, que as operárias fazem uso de si para conseguir renormalizar as situações no posto de trabalho, que podem impedi-las de executarem a sua atividade e, com isso, elas vão construindo sua experiência no trabalho. Averiguamos, também, que na olaria coexistem “os dois princípios organizadores” especificados por Danièle Kergoat, a saber: a separação de trabalho de homem e trabalho de mulher ; e a hierarquização (trabalho de homem “vale” mais). Mesmo que as mulheres expressem a vontade de trabalhar no setor industrial da olaria, a oportunidade lhes é negada. Os gestores do local justificam esse fato dizendo que o trabalho é muito pesado e que as mulheres não teriam capacidade de executá-lo. Infelizmente, são estigmas que o patriarcado vem mantendo por séculos, na tentativa de colocar as mulheres em posição de inferioridade em relação aos homens. Concluímos o estudo afirmando que o processo de trabalho das mulheres na olaria é tão eficiente quanto ao dos homens, e que a experiência de trabalho delas é renegada, devido ao fato de serem mulheres. Diante do dito e baseados no fato de que a diferença entre homens e mulheres é apenas biológica, defendemos a necessidade de se modificar esses conceitos obsoletos que ainda hoje imperam.

Palavras-chave: Experiência; Trabalho; Atividade; Divisão sexual do trabalho; Ergologia

RÉSUMÉ

Cette thèse vise à analyser l'activité de travail des femmes dans une poterie. Cette analyse vise à son tour à comprendre comment se déroule l'expérience de construction des ouvriers de la poterie étudiée. La recherche s'est basée principalement sur les épistémologies de l'approche ergologique du travail et du pragmatisme de John Dewey, en se concentrant sur la problématisation du concept d'expérience. Pour ce travail, il était essentiel de connaître le travail quotidien des ouvriers de la poterie. Méthodologiquement, l'étude s'est déroulée en trois phases: (I) revue de la littérature et observations dans le domaine de la recherche; (II) entretiens semi-structurés et application de la technique d'instruction à Sósia; et (III) transcription, analyse des entretiens et rédaction de la thèse. Sur la base de ces perspectives théorico-méthodologiques, nous essayons de conceptualiser l'expérience et de comprendre l'activité de travail, pour montrer comment les travailleurs construisent leurs expériences au travail. Dans cette analyse, nous avons pu observer la division sexuelle du travail dans le privé et le public. La théorie intersectionnelle a été utilisée, avec le dispositif dynamique tripolaire, comme support pour discuter du travail de ces travailleurs. Par conséquent, sur la base de ces deux théories, nous voyons l'oppression à travers la hiérarchie et les affrontements entre les connaissances formelles et informelles. Nous avons également vérifié que les travailleurs se servent d'eux-mêmes pour pouvoir renormaliser les situations de travail, ce qui peut les empêcher d'exercer leur activité et, avec cela, ils construisent leur expérience de travail. Nous avons également constaté que dans la poterie coexistent «les deux principes d'organisation» spécifiés par Danièle Kergoat, à savoir: la séparation du travail entre hommes et femmes; et la hiérarchisation (le travail de l'homme «vaut plus»). Même si les femmes expriment le désir de travailler dans le secteur de la poterie industrielle, cette opportunité leur est refusée. Les responsables locaux justifient cela en disant que le travail est très lourd et que les femmes ne pourraient pas le faire. Malheureusement, ce sont des stigmates que le patriarcat a maintenus pendant des siècles, dans une tentative de placer les femmes dans une position inférieure par rapport aux hommes. Nous concluons l'étude en déclarant que le processus de travail des femmes dans la poterie est aussi efficace que celui des hommes, et que leur expérience de travail est refusée, du fait qu'elles sont des femmes. Compte tenu du dit et sur la base du fait que la différence entre les hommes et les femmes n'est que biologique, nous défendons la nécessité de modifier ces concepts obsolètes qui prévalent encore aujourd'hui.

Mots-clés: Expérience; travail; Activité; division sexuelle du travail; ergologie.

RESUMEN

El estudio que aquí se presenta tiene como objeto el análisis de la actividad laboral de la mujer en una alfarería. Este análisis de la actividad laboral tiene como objetivo principal comprender cómo se produce la construcción de la experiencia laboral de los trabajadores en la alfarería estudiada. La investigación se basó principalmente en las epistemologías del enfoque ergológico y el pragmatismo de John Dewey, en las que el foco estaba en la experiencia. Era fundamental conocer la vida laboral diaria de los trabajadores de la alfarería. Metodológicamente, el estudio se llevó a cabo en tres fases: la primera, la revisión de la literatura y las observaciones de campo; la segunda, entrevistas semiestructuradas y la técnica Instrucción Sósia; y el tercero, la transcripción y análisis de las entrevistas y la redacción de la tesis. A partir de estas perspectivas teórico-metodológicas, intentamos conceptualizar la experiencia y comprender la actividad laboral, para mostrar cómo los trabajadores construyen su experiencia en el trabajo. Así, pudimos observar la división sexual del trabajo en lo privado y en lo público. Se utilizó la teoría interseccional, junto con el Dispositivo Dinámico Tripolar, basada en estas dos teorías; La opresión se encontró a través de la jerarquía y los enfrentamientos entre el conocimiento formal y el informal. De esta forma, los trabajadores se aprovechan de sí mismos para poder renormalizar situaciones en el lugar de trabajo, lo que les puede impedir el desempeño de su actividad. Y, con eso, construyen su experiencia en el puesto de trabajo. También descubrimos que en la cerámica existen “los dos principios organizativos”, especificados por Danièle Kergoart, que son la separación del trabajo entre hombres y mujeres y el de la jerarquización (trabajo más “digno” para los hombres). Si bien las mujeres expresan el deseo de trabajar en el sector de la alfarería industrial, se les niega la oportunidad, justifican que, por ser mujeres, el trabajo es muy pesado. Lamentablemente, son estigmas que el patriarcado ha mantenido durante siglos, en un intento de colocar a las mujeres en situaciones de inferioridad en relación con los hombres. Concluimos el estudio afirmando que el proceso de trabajo de las mujeres en la alfarería es tan eficiente como el de los hombres, y que su experiencia laboral es negada, por el hecho de ser mujeres. Dado lo dicho y con base en que la diferencia entre hombres y mujeres es solo biológica, sostenemos que es necesario revisar estos conceptos obsoletos que aún hoy prevalecen.

Palavras-chave: Experiência; trabalho; atividade; divisão sexual do trabalho; ergologia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografias

| | |
|--|-----|
| FOTOGRAFIA 1 Entrada olaria | 17 |
| FOTOGRAFIA 2 Terreiro visto por trás da maromba | 18 |
| FOTOGRAFIA 3 Estoque de argila | 18 |
| FOTOGRAFIA 4 - Madeira queimada..... | 19 |
| FOTOGRAFIA 5 - Formas com hastes de metal | 113 |
| FOTOGRAFIA 6 - Operária mudando a posição dos braços na enformação do barro..... | 113 |
| FOTOGRAFIA 7 - Operária modelando o barro na forma com hastes de metal..... | 114 |
| FOTOGRAFIA 8 - Operária modelando o barro na forma com hastes de metal..... | 114 |
| FOTOGRAFIA 9 - Primeira edificação de Betim, hoje, Casa da Cultura Josephina Bento-. | 122 |
| FOTOGRAFIA 10 - Primeiras olarias em Betim | 124 |
| FOTOGRAFIA 11 - Operária iniciando a modelagem do bastão | 125 |
| FOTOGRAFIA 12 - Operária modelando o bastão..... | 126 |
| FOTOGRAFIA 13 - Operária empilhando os tijolos para a secagem..... | 127 |
| FOTOGRAFIA 14 - Operária empilhando os tijolos para a secagem..... | 127 |
| FOTOGRAFIA 15 - Tijolos para a “queima” | 128 |
| FOTOGRAFIA 16 - Tijolos “queimados” dentro do forno | 128 |
| FOTOGRAFIA 17 - Tijolos no estoque | 129 |
| FOTOGRAFIA 18 - Maromba | 131 |
| FOTOGRAFIA 19 - Barrista preparando o barro para o abastecimento das bancadas..... | 132 |
| FOTOGRAFIA 20- O Barrista abastecendo a maromba..... | 132 |
| FOTOGRAFIA 21 - Forno tipo caieira | 133 |
| FOTOGRAFIA 22 -Boca do forno..... | 134 |
| FOTOGRAFIA 23 - Argila sedimentar em terraço aluvionar em Esmeraldas | 137 |
| FOTOGRAFIA 24 - Alta turbidez e assoreamento de corpos d’água associado a extrações de areia | 137 |
| FOTOGRAFIA 25 - Material para o desintegrador | 142 |
| FOTOGRAFIA 26 - Desintegrador | 143 |
| FOTOGRAFIA 27 - Coluna contínua para ser cortada..... | 144 |
| FOTOGRAFIA 28 - Corte do tijolo | 145 |
| FOTOGRAFIA 29 - Tijolos na estufa para secagem natural | 146 |
| FOTOGRAFIA 30 - Tijolos de oito furos no estoque..... | 147 |

Figuras

| | |
|--|-----|
| FIGURA 01- Mapa geológico simplificado da região central de Minas Gerais..... | 26 |
| FIGURA 02 - Esquema da técnica da Instrução ao Sócia (IaS)..... | 47 |
| FIGURA 03- Esquema: Fontes do conceito de atividade..... | 54 |
| FIGURA 04 - Esquema: Os seis ingredientes da competência (esquema de Durrive).... | 61 |
| FIGURA 05 - Processo da experiência baseado no esquema elaborado por Teixeira..... | 76 |
| FIGURA 06 –Sistema interseccional | 101 |
| FIGURA 07- Esquema geral do Dispositivo Dinâmico de Três Polos..... | 108 |
| FIGURA 08- Maromba por dentro..... | 127 |

Gráficos

| | |
|---|-----|
| GRÁFICO 01 - Empregabilidade de homens e mulheres | 95 |
| GRÁFICO 02 - Afazeres domésticos entre homens e mulheres..... | 143 |

Desenho

Desenho 01 – Mulher na olaria..... 81

Tabela

TABELA 01: Dados obtidos em entrevista com operárias (os)..... 44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANICER - Associação da Indústria Cerâmica
- ANFACER - Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmicas
- CAGED - Cadastro Nacional de Empregados e Desempregados
- DD3P - Dispositivo Dinâmico de Três Polos
- ECRP - Entidade Coletiva Relativamente Pertinente
- ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino
- FIA - Fundação Instituto de Administração
- IaS - Instrução ao Sócia
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFT - Índice de Felicidade no Trabalho
- IPEA - Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada
- IQAT - Índice de Qualidade do Ambiente de Trabalho
- IQGP - Índice de Qualidade da Gestão de Pessoas
- MOI - Movimento Operário Italiano
- OIT - Organização Internacional do Trabalho
- SINDUSCON-MG - Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais
- SINTICOMB - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Betim.
- TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- USP - Universidade do Estado de São Paulo
- V.A.E.- Validação de Aquisição por Experiência

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 15 |
| 1 – METODOLOGIA..... | 21 |
| 1.1- Refazendo a pesquisa..... | 22 |
| 1.1.1- Objetivo geral | 28 |
| 1.1.2-Objetivos específicos | 28 |
| 1.2 - Revisão da Literatura | 32 |
| 1.3 – Referencial teórico..... | 37 |
| 1.4 - Percursos empíricos | 41 |
| 1.4.1 - Observações no campo..... | 41 |
| 1.4.2 - Técnica de entrevista semi estruturada..... | 42 |
| 1.4.3 Técnica de Instrução ao Sósia — IaS | 46 |
| 1.4.4 - Entrevista utilizando a técnica da Instrução ao Sósia— operária Hera..... | 49 |
| 2- EXPERIÊNCIA E SUAS EPISTEMOLOGIAS | 53 |
| 2.1 Atividade humana: fundamento ergológico. | 54 |
| 2.1.1 - Uso de si e corpo-si | 58 |
| 2.1.2 - Uso de si e a competência | 62 |
| 2.2 - Experiência: um conceito filosófico..... | 65 |
| 2.3 - Experiência: o olhar de John Dewey..... | 69 |
| 2.3.1 John Dewey | 69 |
| 2.3.2 - Pragmatismo: origem e vertente deweyana..... | 72 |
| 2.3.3 - Conceito de experiência e natureza em John Dewey | 74 |
| 2.3.4 A experiência é uma forma de cognição?..... | 79 |
| 2.4 - Dewey e Schwartz: experiência e atividade, interface ergológica. | 80 |
| 3 - MULHERES NO TRABALHO: “LUZES E SOMBRAS” | 84 |
| 3.1 - Relações sociais de sexo e ou gênero..... | 92 |
| 3.2 – A divisão sexual do trabalho | 96 |
| 3.3 – Segregação ocupacional por gênero. | 101 |
| 4 - OLARIA DE TIJOLOS ARTESANAIS: TERRITÓRIO DE TRABALHO..... | 117 |
| 4.1 - Origens do trabalho oleiro de tijolos artesanais na cidade de Betim | 121 |
| 4.2 - O processo de trabalho na olaria | 124 |
| 4.3 - O trabalho do barrista e o trabalho dos forneiros | 129 |
| 4.4 - A matéria prima: a argila..... | 134 |
| 4.5 - Trabalhos manufaturado e industrial na olaria..... | 138 |

| | |
|---|------------|
| 4.6 - Trabalho das mulheres na olaria..... | 147 |
| 5 - ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS DADOS | 150 |
| 6 - EM BUSCA DE UM FINAL | 154 |
| REFERÊNCIAS | 159 |
| ANEXOS | 176 |
| APÊNDICES | 182 |

INTRODUÇÃO

A presente tese cujo título é: *A experiência e a divisão sexual do trabalho na atividade em uma olaria de tijolos artesanais na cidade de Betim*, foi fundamentada pela pesquisa científica que objetivou elucidar como as operárias de uma olaria de tijolos conseguem construir sua experiência na atividade de trabalho. Para alcançar esse objetivo, trabalhamos com o conceito de trabalho, elaborado no arcabouço da Ergologia, desenvolvido basicamente pelo professor Yves Schwartz.

Outro conceito importante e necessário que precisamos esclarecer é o de experiência. Para conseguir essa clarificação, nos apoiamos, principalmente, na teoria de John Dewey, que se pauta no pragmatismo, no naturalismo, na democracia e na estética, enfim, na sociedade, defendendo a perspectiva da experiência interacionista. Dewey acredita que a consciência reflexiva é um produto histórico, natural e social, diferentemente do transcendentalismo ou da contemplação filosófica clássica. Ainda, para o conceito de experiência, teremos aportes importantes do professor Yves Schwartz e, com grande valia, os contributos de Ivar Oddone.

Dessa forma, amparados pelo pensamento de Yves Schwartz, desenvolvemos esta pesquisa na tentativa de nos aprofundar sobre o tema central deste estudo: o trabalho e a investigação sobre o que vem a ser a experiência. Nos norteamos, também, na teoria Deweyana para compreender a experiência e entender como ela acontece no posto de trabalho das operárias na olaria pesquisada.

A Olaria pesquisada é uma indústria com características familiares, portanto, pequena. Ela opera com dois sistemas simultâneos de produção, a saber: manufatura e industrial. Instalada no município de Betim, Minas Gerais, mais precisamente na área rural da cidade, a olaria tem 20 funcionários, sendo que na produção manufaturada trabalham quatro mulheres e seis homens. Na produção industrial, trabalham cinco homens. No forno, trabalham quatro homens; e na faxina do escritório e da cozinha dos funcionários e banheiros, trabalha uma mulher. Os funcionários “efetivos” residem no terreno da olaria.

A administração é feita pelo genro do proprietário, que integra a direção da Olaria, sendo sua responsabilidade administrar o setor financeiro e o setor comercial, enquanto o

primeiro proprietário se encarrega da produção.

Quando se chega ao local, a percepção inicial é similar ao ato de adentrar em um pequeno sítio, pois em sua entrada há uma porteira, em seguida um mata-burro e, ao fundo, avistam-se vários tipos de arbustos. O cheiro predominante era o de mato misturado ao odor de madeira queimada. O cheiro da madeira queimada, por sua vez, era resultante da madeira¹ originária de queimadas, as quais foram doadas à olaria.

Continuando a andar, avistamos vários montes de “terra”, que, posteriormente, ficamos sabendo ser o estoque de argila. Víamos, também, outros montes de cores escuras, compostos por fuligem doada por indústrias metalúrgicas.

Em meio ao mato e às montanhas de fuligem, havia pequenos barracões. Indo em direção ao centro da propriedade, no caminho à direita, encontra-se o escritório, que é dividido entre a recepção, um quarto para descanso e uma cozinha. À esquerda estão as dependências dos operários, cozinha, refeitório e banheiros. Ao fundo se viam várias pilhas de tijolos de várias cores, e à esquerda, o forno. Continuando a caminhar, à direita, estão situadas as bancadas das mulheres e, um pouco mais à esquerda, outras duas bancadas com homens trabalhando. Entre as bancadas vê-se a maromba, de onde vem o barro misturado, e, ao lado desta, há uma caixa d’água.

Além disso, vemos espalhados por todos os lados do terreno, os trabalhadores, as trabalhadoras e, misturados a eles, os cavalos que trabalham na Olaria . Ao fundo, havia várias pilhas de tijolos, que, após a secagem, seriam queimados no forno.

As trabalhadoras são vistas cada uma em sua bancada, sendo que várias atividades são realizadas ao mesmo tempo por elas. As fotografias abaixo explicitam nossa primeira visão da Olaria.

¹ - Toda a madeira utilizada na queima dos tijolos é proveniente de doações, ora de particulares, ora de empresas, ora da prefeitura.

² - O setor da construção civil é constituído por obras que abrangem os espaços comerciais, de moradia e serviço público. Uma obra para se qualificada como “construção pesada” deve ser de grande porte como, pontes, estradas, aeroportos e obras que, de um modo geral, são contratadas apenas por órgãos públicos.

³ - *Aporia*. É uma contradição insolúvel ou uma dificuldade impossível, para o pensamento. Por exemplo, a questão da origem do ser é uma aporia: porque toda origem supõe o ser, e portanto, não poderia ser explicada. A aporia é uma espécie de enigma, mas considerado de um ponto de vista mais lógico do que mágico ou espiritual. É um problema que renunciamos a resolver, pelo menos provisoriamente, ou um mistério que nos recusamos a adorar (COMTE-SPONVILLE, 2003)

FOTOGRAFIA 1 Entrada olaria

Fonte: Acervo da autora.

FOTOGRAFIA 2 Terreiro visto por trás da maromba



Fonte: Acervo da autora.

FOTOGRAFIA 3 Estoque de argila



Fonte: Acervo da autora.

FOTOGRAFIA 4 - Madeira queimada

Fonte: Acervo da autora.

Assim, o presente estudo foi sistematizado em seis capítulos, sendo que, após a introdução, no primeiro capítulo, está disposta a metodologia adotada durante o estudo, uma vez que foram detalhados os procedimentos empíricos para a coleta de dados realizados durante a pesquisa. No segundo capítulo, explanamos sobre a experiência e suas epistemologias, abrangendo temas como pragmatismo, atividade humana, trabalho, tendo como pano de fundo a ergologia e a teoria de John Dewey. Dessa forma, tentou-se inicialmente conceituar a experiência.

Já no terceiro capítulo discorremos sobre as mulheres no mercado de trabalho, descrevemos o trabalho das mulheres na olaria e as problemáticas que o envolvem, como a divisão sexual do trabalho as segregações ocupacionais por gênero, e sobre a interseccionalidade na atividade de trabalho.

O quarto capítulo abordamos a área de trabalho, na olaria, onde são desenvolvidas as suas “tramas e urdiduras”. Nesse capítulo, também, podemos conhecer um pouco sobre a indústria de cerâmica e suas ramificações, assim como discorremos sobre a origem das olarias na cidade de Betim e do trabalho oleiro. Além disso, tratamos sobre o processo de trabalho na olaria e suas principais funções, destacando que eles foram desenvolvidos da mesma maneira que o processo de trabalho no setor industrial e manufatureiro.

No quinto capítulo, realizamos a análise, a discussão dos dados e a conclusão desta

pesquisa.

Por fim, o sexto capítulo é a tentativa de chegar ao fim da pesquisa, não conseguimos, pois nenhuma pesquisa é finalizante, ela sempre deixa abertura para continuação ou seguimento para novos caminhos, novas descobertas sobre o mesmo tema.

1 – METODOLOGIA

O pensamento científico, uma forma mais valorizada de conhecimento e de maior credibilidade, foi se impregnando de achismos. As e os estudiosos (as) não podem baixar a guarda um só instante, a fim de impedir a infiltração de preconceitos.
Heleieth Saffioti

Toda pesquisa científica necessita de um caminho metodológico rigoroso e eficaz, pois, a partir de uma metodologia bem elaborada e ancorada em referenciais teóricos bem estruturados, pode-se alcançar os objetivos que a motivaram. Assim, a exploração dos aspectos relacionados à história e à organização das olarias, um segmento da construção civil, será de fundamental importância para entendermos como as operárias constroem a sua experiência na atividade de trabalho. Para esse entendimento ser claro, é necessário ter um olhar atento à execução do trabalho por elas realizado e às relações sociais que se constituem na olaria, pois, conforme Schwartz (2010), a experiência depende da trajetória do sujeito, que é feita por encontros sociais, técnicos e humanos.

A primeira fase da pesquisa de campo foi a observação, que constituiu-se enquanto um procedimento muito importante para esse estudo. Segundo Gil, “[...] pela observação o ser humano adquire grande quantidade de conhecimento. Valendo-se dos sentidos, recebe e interpreta as informações do mundo exterior” (2008, p. 20). Dessa forma nós agimos para que, mais adiante, pudéssemos continuar a pesquisa de campo com as entrevistas, mas, ainda, levando em consideração os dados obtidos por meio da observação.

Quando chegamos à olaria, logo ao adentrar a propriedade, nossos sentidos já ficaram aguçados. Nesse momento, soubemos que não poderíamos perder nenhum detalhe e teríamos que dispor de julgamentos ou preconceitos já elaborados.

A técnica da observação simples, segundo Gil, “[...] é aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem. Neste procedimento, o pesquisador é muito mais um espectador que um ator” (2008, p. 101). Diante do exposto, percebemos que a observação nos possibilita perceber os fatos diretamente, diminuindo, assim, a subjetividade, que geralmente permeia as pesquisas na fase inicial.

Assim sendo, fazíamos anotações, para depois sistematizá-las. Entendemos que, conforme explica Gil, “[...] as reações das pessoas à observação por parte de terceiros devem ser levadas em conta no processo de investigação” (2008, p. 101), pois quem pesquisa sempre quebra a harmonia do ambiente, por ser estranho ao lugar. Segundo o autor, as observações simples não têm regras fixas acerca do que se deve observar, porém, existem aspectos que, em virtude de serem significativos, costumam ser considerados pelos pesquisadores:

- a) Os sujeitos: Quem são os participantes? Quantos são? A que sexo pertencem? Quais as suas idades? Como se vestem? Que adornos utilizam? O que os movimentos de seu corpo expressam?
- b) O cenário: Onde as pessoas se situam? Quais as características desse local? Com que sistema social pode ser identificado?
- c) O comportamento social: O que realmente ocorre em termos sociais? Como as pessoas se relacionam? De que modo o fazem? Que linguagem utilizam? (GIL, 2008, p. 101).

Então, após as reflexões sobre o exposto acima, neste capítulo, a metodologia utilizada foi detalhada, a partir da apresentação de todos os passos seguidos durante a realização da pesquisa.

1.1- Refazendo a pesquisa

Eu sou professora de filosofia na Rede Estadual de Educação de Minas Gerais. Atualmente, eu ministro aulas para turmas do ensino médio regular e, por muitos anos, trabalhei em Escolas Estaduais situadas em locais considerados periféricos, lecionando no período noturno em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A minha experiência com os alunos que estudavam no período da noite me levou à refletir sobre a formação profissional das pessoas menos privilegiadas socialmente. Esses estudantes trabalhavam o dia todo e à noite iam para escola. Para eles, a escola era um local de socialização, de leveza, onde eles deixavam de pensar um pouco sobre as agruras do dia a dia. E, muitos deles, vinham conversar comigo sobre seus problemas, principalmente sobre seus dilemas profissionais, sendo que grande parte dos alunos era constituída por trabalhadores da construção civil. Face aos fatos narrados acima, optei por pesquisar profissões desprestigiadas na sociedade e que, no entanto, são tão importantes como qualquer outra.

O primeiro contato que tive com as operárias da construção civil foi quando eu atuava como professora voluntária no curso de Gestão de Obras, promovido pelo Programa de Estudos em Engenharia, Sociedade e Tecnologia (PROGEST). Um projeto relevante da linha

de pesquisa Trabalho do curso de mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), do qual eu era aluna.

Nesse período, o estudo realizado se deu em um canteiro de obras de uma construtora civil de Belo Horizonte, no qual desenvolvi a pesquisa de mestrado que tinha como objeto o trabalho das mulheres operárias na área da construção civil. Nessa época, interessei-me muito por saber como as operárias conseguem construir sua experiência de trabalho na atividade no canteiro de obras, curiosidade essa que deixei para o curso de doutorado, pois, no mestrado, o foco foi outro: saber qual eram as expectativas profissionais das operárias da construção civil.

O projeto de pesquisa inicialmente apresentado para ingresso no curso de doutorado objetivava analisar a atividade de trabalho para compreender como é formada a experiência das operárias no canteiro de obras da construção civil pesada² de Minas Gerais. Para a formulação desse projeto, foi feita uma pesquisa em construtoras entre os anos de 2016 e 2017. Então, com os dados reunidos, o referido projeto de pesquisa foi elaborado e, posteriormente, aprovado, possibilitando meu ingresso no curso de doutorado.

A partir de março de 2018, entre disciplinas para obtenção de créditos, retornei às construtoras para a reformulação do projeto de pesquisa, mas algumas estavam fechadas e outras haviam dispensado todas as mulheres trabalhadoras. Infelizmente, isso foi um reflexo do golpe ocorrido no Governo Federal Brasileiro, em 2016, que destituiu a presidente Dilma Rousseff.

Em vista do ocorrido, a pesquisa no curso de doutorado perdeu seu objeto, bem como seus sujeitos, uma vez que as construtoras demitiram mais de dois terços de seus profissionais, sendo que, nas listas de demitidos, as mulheres foram as primeiras.

Diante dessa contestação, fui em busca de outro campo e outros sujeitos. Assim sendo, primeiramente, realizei contatos com companhias aéreas, na intenção de pesquisar a experiências das mulheres que trabalham na manutenção mecânica de aviões. Porém, depois de muitas tentativas, conversas telefônicas e até uma viagem a São Paulo, para reunião no escritório de uma empresa de aviação aérea, não foi possível seguir por esse caminho, pois a burocracia era muito grande e o tempo que dispunha não era suficiente para tal. Então, recomecei praticamente do zero, porém, em uma conversa com um engenheiro, foi-me sugeriu procurar as olarias que fizessem suprimentos para construção civil. Acatando tal sugestão, fui à busca de olarias que tivessem mulheres trabalhando como operárias.

² - O setor da construção civil é constituído por obras que abrangem os espaços comerciais, de moradia e serviço público. Uma obra para se qualificada como “construção pesada” deve ser de grande porte como, pontes, estradas, aeroportos e obras que, de um modo geral, são contratadas apenas por órgãos públicos.

Primeiramente, me dirigi ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil da Região Metropolitana de Belo Horizonte — SINDUSCON. Esse Sindicato, por sua vez, indicou-me o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Betim (SINTICOMB), pois esta cidade tem um histórico de concentração de olarias de tijolos. Assim sendo, SINTICOMB forneceu-me indicações de olarias que contavam com mulheres trabalhando como operárias em seu quadro de pessoal.

Dessa forma, seguindo as indicações do SINTICOMB, fiz contato telefônico com dez olarias em Betim, porém, em apenas uma haviam operárias trabalhando, por esse motivo tal olaria foi escolhida como local para realização da pesquisa de campo.

A escassez de mulheres trabalhando em olarias não nos surpreendeu, pois sempre à mulher foi delegado o trabalho doméstico. Teixeira (2009) complementa que [ausência] ou “a invisibilidade das mulheres ou de seus corpos no mundo do trabalho persiste na nossa sociedade influenciada pela forma como ocupamos esses espaços e pelos mecanismos sociais de dominação.” (TEIXEIRA, 2009, p.240) E, por ter sido sempre

delegadas às mulheres as funções de procriação e amamentação de seus filhos e, aos homens, a responsabilidade da produção. Essas seriam as raízes de uma penetrante desigualdade de gênero que antecede o aparecimento de três outros fatores que acentuam a divisão das esferas pública e privada: fatores de ordem cultural, simbólica e de organização social, os quais atribuíram autoridade aos homens.” (TEIXEIRA, 2009, p.240)

Conforme afirmação no Caderno número 3 elaborado pela Equipe do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho - CESIT/IE, embora o percentual da participação das mulheres no mercado de trabalho, as que estão ocupadas, dificilmente alcançarão cargos mais elevados. Essa é uma justificativa que vem da fala patriarcal de que, as mulheres não têm interesse em trabalhar no espaço público, ou que elas interrompem as suas carreiras devido a maternidade. Mas o que acontece realmente, é que as opções e possibilidades de progressões são condicionadas por vários fatores, sempre associadas a valores culturais mantidos pelo patriarcado. E assim, a situação de escassez de mulheres em ambientes de trabalhos masculinizados, como olarias permanecem. Concluindo, a equipe do CESIT/IE, (2017) informa que “há mecanismos que permitem, ou não, a entrada das mulheres nos nichos profissionais ou ocupacionais tradicionais e historicamente reservadas aos homens. Rompê-los é difícil.”

Embora nossa análise sobre a distribuição dos gêneros entre os ramos de atividade ao

longo do século XX possa estar limitada pela ausência de critérios homogêneos que só seriam consolidados posteriormente. No entanto, os dados existentes indicam que a concentração de mulheres em certas áreas se comportou de acordo com o desenvolvimento da estrutura produtiva do país.

A olaria onde foi realizada a pesquisa situa-se no bairro Bandeirinhas, na cidade de Betim, que segundo a FUNARBE é o antigo arraial da Bandeirinha do Paraopeba, que recebeu este nome porque ali aconteceu uma bandeirinha, isto é, uma pequena busca de minerais ou ramo de uma bandeira. Na época na região havia córregos, sendo o principal deles nomeado de córrego Bandeirinhas, que hoje não passa de um pequeno escoamento de esgoto a céu aberto.

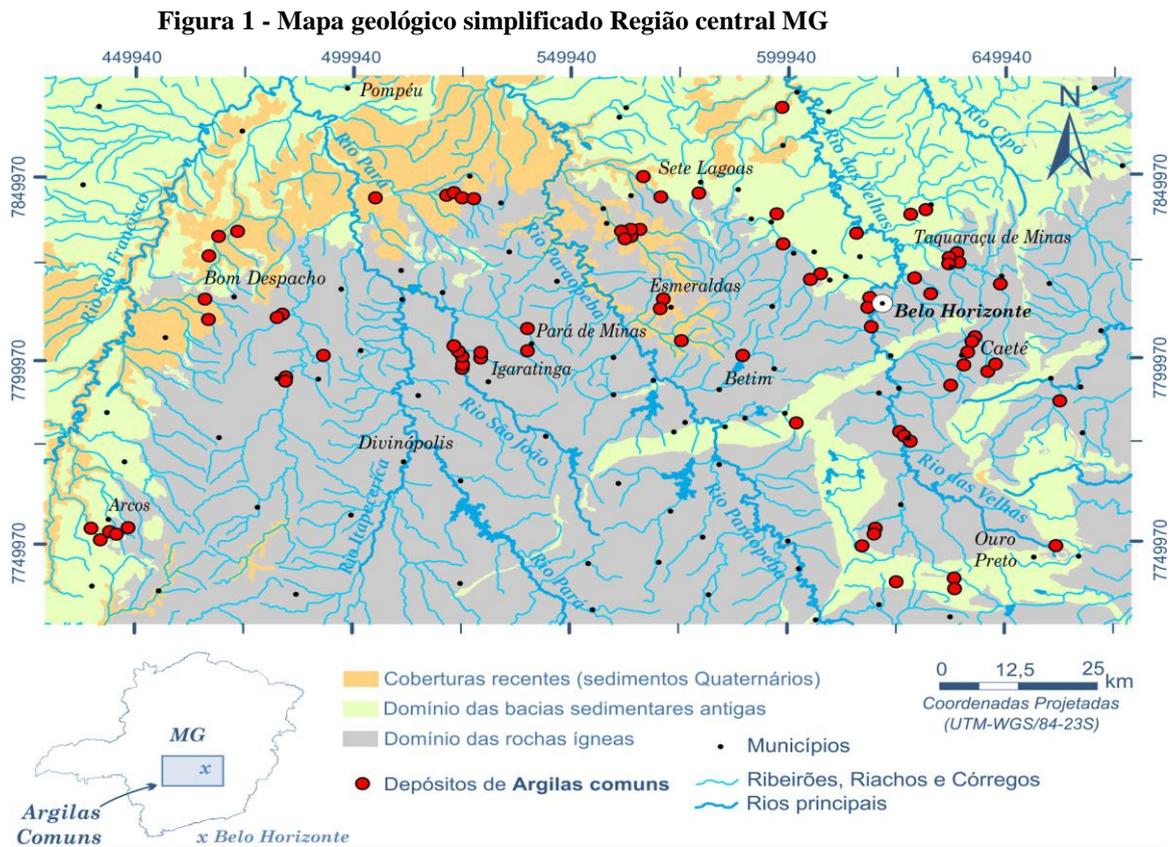
Por volta de 1750, os habitantes da Bandeirinha do Paraopeba solicitaram à Igreja Católica a construção de uma capela. O local escolhido para isso foi um monte, e a capela foi construída onde hoje se encontra a Praça Milton Campos. Como já havia outras capelas na região, em Mateus Leme e Santa Quitéria, hoje Esmeraldas, o novo templo tornou-se conhecido como Capela Nova do Betim, nome que depois se estendeu ao arraial surgido em seu entorno. Essa primeira capela tornou-se a Matriz em 1867 e foi demolida em 1969. Em seu lugar, na Praça Milton Campos, encontra-se um monumento à Igreja Velha. Assim Bandeirinha do Paraopeba, deixou de ser significativa para a região. Assim mais tarde a região se tornou um bairro com pequenos sítios, onde era praticada a agricultura e a criação de gado. Então, poucos sítios continuaram com a prática oleira e atendiam a população da região. Hoje, somente a olaria pesquisada, tem o processo artesanal e mulheres operando.

Logo após a identificação da olaria pesquisada, reformulei meu projeto de pesquisa, que foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa (COEP-UFMG), registrado com o CAAE: 17878819.5.0000.5149 e com parecer aprovado sob o número 3.695.493.

Em seguida, entrei em contato com o proprietário, com a intenção de obter autorização para a realização da pesquisa no local e apresentar nosso projeto de pesquisa. Ele prontamente a autorizou nossa permanência na Olaria. Resolvidos os trâmites burocráticos, a convite do proprietário, fui conhecer a olaria e, também, pude me encontrar com todos os trabalhadores que estavam exercendo sua atividade naquele momento. Tive ciência, então, do que eu deveria observar no decorrer da pesquisa.

O campo científico é muito importante para todo tipo de pesquisa, pois é nele que estão os componentes para a investigação do estudo. Esses componentes fazem parte do sistema conceitual e social, assim eles devem ser minuciosamente explorados e bem organizados para que o campo seja reconhecido cientificamente.

O diretor proprietário ciceroneou-me por toda a Olaria, enquanto andávamos, ele me explicou todas as etapas da produção, desde a compra da argila até o momento da venda dos tijolos. Nesse momento, o diretor informou-me que a argila é comprada em uma cidade vizinha, Esmeraldas. Ele segue informando que o local de instalação da olaria em questão favorece ao trabalho cerâmico, apesar de hoje não haver mina natural na propriedade ou próxima. Mas, segundo a CIEMG (2018) a RMBH é propícia para esta atividade, pois há abundância de jazidas de argilas, incluindo a cidade de Esmeraldas, conforme demonstram Pinto & Silva (2014) no mapa geológico simplificado da região central de Minas Gerais, onde ocorrem depósitos de argilas comuns, usualmente explorados para a confecção de cerâmicas vermelhas, de onde vem a matéria prima da olaria. Os pontos vermelhos localizados no mapa abaixo representam as lavras que contém argila comum na região metropolitana de Belo Horizonte.



Font: Victória (2018)

Nós vimos o forno e ele me explicou como funciona. Disse-me que os tijolos ficam lá por três dias para a queima, e depois mais três dias para o resfriamento. Levou-me até a maromba, e, mais tarde, o barrista informou-me como é seu funcionamento, que está

registrado na seção. Apresentou-me para as operárias e operárias. Nesse momento, também, pude verificar a execução da atividade de trabalho, o que me proporcionou uma breve visão do que acontece no posto de trabalho.

Finalmente, o diretor proprietário me levou ao setor industrial, onde acontece a produção do tijolo cerâmico furado, cujo processo de produção está especificado mais adiante.

O reconhecimento do campo possibilitou-me perceber, inicialmente, a questão das dificuldades enfrentadas por mulheres que trabalham em locais majoritariamente ocupados por homens trabalhadores. A fundamentação desse raciocínio vem da afirmação de Raquel Quirino, na qual ela diz que:

Historicamente, a construção da identidade de homens e mulheres na sociedade se tem configurado a partir desta dicotomia entre as esferas públicas (espaço de produção) e privada (espaço de reprodução ou doméstico), com atribuições de papéis, atitudes e valores previamente definidos segundo modelos naturais. Os homens prioritariamente designados para a produção e as mulheres para a reprodução (divisão trabalho assalariado/trabalho doméstico) e as tarefas produtivas reservadas ora aos homens, ora às mulheres, é tão comum a todas as sociedades e é algo antigo que esses dados aparecem de início como naturais e evidentes (QUIRINO, 2011, p.55).

Diante disso, optamos por investigar as práticas de trabalho e os valores relativos ao trabalho das operárias da Olaria, pois elas são portadoras dos saberes. Tendo em vista que o professor Yves Schwartz nos ensinou que, para conhecer sobre o trabalho, temos que ir ao encontro do trabalhador, e Geertz (2008) expressou o mesmo sentimento ao se referir às suas pesquisas sobre cultura do povo berbere, no Marrocos. O autor disse que “[...] somente um ‘nativo’ faz a interpretação em primeira mão” (2008, p.11). Essa compreensão pode contribuir para este estudo, uma vez que entendemos que os “nativos”, aqui, são as trabalhadoras da Olaria pesquisada, pois elas são os sujeitos do estudo.

Assim, fui à Olaria para investigar os procedimentos de trabalho das trabalhadoras e as relações sociais de sexo que lá se estabelecem. Nesse contexto, pude observar como são desenvolvidos os gestos e as formas de trabalhar dessas mulheres.

Após o percurso apresentado acima, elaborei os objetivos que deverão ser alcançados para elucidar a pergunta que deu origem a este estudo: como as operárias da Olaria constroem a sua experiência na atividade de trabalho?

1.1.1- Objetivo geral

Compreender como acontece a construção da experiência de trabalho pelas operárias de uma olaria de tijolos artesanais na cidade de Betim, na atividade de trabalho.

Para atingir o objetivo geral, foi necessário delinear os objetivos específicos:

1.1.2-Objetivos específicos

- Especificar o conceito de experiência na atividade de trabalho;
- Analisar a atividade de trabalho das operárias ergologicamente;
- Identificar as relações sociais de sexo na atividade de trabalho;
- Identificar a divisão sexual do trabalho no privado e no público;
- Verificar trabalho manufaturado e o trabalho industrial na olaria;
- Compreender a interseccionalidade na atividade de trabalho na olaria.

O objeto da pesquisa é o ponto nevrálgico deste estudo, pois, por meio de sua análise, podemos chegar à resolução da questão principal dessa investigação, sendo nosso objeto de pesquisa *a análise da atividade de trabalho*. Para responder ao questionamento de como acontece a construção da experiência das trabalhadoras na Olaria de tijolos artesanais, um ambiente majoritariamente masculino, elaboramos os seguintes preceitos que direcionaram à solução do problema de pesquisa:

1. O conceito de experiência: a busca pelo conceito de experiência foi de extrema importância, por isso, foram percorridos os caminhos da filosofia na ânsia de encontrá-lo. Por essa via, achamos três artigos atuais que instigam a reflexão ergológica: “A experiência é formadora?”, de Schwartz (2010), no qual questiona-se se a experiência forma a pessoa que faz a experiência ou forma ao sujeito que não tem experiência. Em outro artigo do mesmo autor, com o título “Qual sujeito para qual experiência?”, Schwartz (2011a) afirma que o

sujeito pode se reconfigurar por meio do debate de normas. No terceiro artigo, intitulado “Intervenção, experiência e produção de saberes”, Schwartz (2011b) discute, na perspectiva ergológica, os encontros das atividades e nas atividades para a produção de saberes, sendo a experiência compreendida como inspiração para a formulação deles. Dessa forma, tentamos desvendar, ergologicamente, o conceito de experiência. A teoria sobre o conceito de experiência fundamentada nos estudos de John Dewey também nos auxiliou na

busca do conceito de experiência. Podemos dizer que ela foi crucial, uma vez que Dewey evoca uma experiência pluridisciplinar, assim como acontece no campo da ergologia.

2. Atividade de trabalho: a análise da atividade no trabalho é importante para esse estudo, porque, em consonância com a afirmação de Cunha, “[...] há um interesse fundamental na natureza das diversas competências manifestadas durante a atividade de trabalho e o processo de sua aquisição” (2009, p. 229). A autora reforça, ainda, que [...] “a análise da atividade é centrada no que faz o trabalhador [...]”(CUNHA, 2009, p. 229) e, prosseguindo, diz também que: “A análise do trabalho é feita a partir de uma descrição e explicitação da atividade humana em situação de trabalho, atividade situada em meios profissionais num regime de cooperação entre pesquisadores e trabalhadores” (CUNHA, 2009, p. 229). Assim sendo, faz-se necessário analisar o trabalho a partir da atividade.

3. Divisão sexual do trabalho. A divisão sexual do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o da hierarquização (trabalho de homem vale mais que o da mulher). Essa prática, conforme apurou Silva, “[...] deixa em desvantagem a mulher trabalhadora” (2015, p.55). Dessa forma, questionamos se a divisão sexual do trabalho na Olaria pode influenciar a construção da experiência na atividade de trabalho das operárias. Bem como, com o olhar interseccional, procuramos confirmar se uma ou várias discriminações acometem as trabalhadoras em um mesmo momento no ambiente de trabalho, como racismo, misoginia, sexismo, preconceito por idade, cultura, religião e outros, contribuindo para a dificuldade de preservar um sentimento de bem-estar em seus postos de trabalho.

As pesquisas de caráter qualitativo são importantes porque elas “[...] partem do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores, e que seu comportamento tem sempre sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 131).

Seguindo essa linha de raciocínio, realizamos observações diretas, nas quais “o próprio investigador procede diretamente a recolha das informações, sem se dirigir aos sujeitos” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2008, p.164) no ambiente natural deles. Essas observações foram feitas pelo período de quatro horas diárias por dois meses, em dias não consecutivos.

As observações foram registradas fielmente em um diário de campo. Procuramos intervir o mínimo possível no contexto das observações, porém, sabemos que, segundo afirma André, “[...] o pesquisador tem sempre um grau de intenção com a situação,

estudando-a, afetando-a e sendo por ela afetado” (1995, p.28).

A escolha pela realização de observações diretas enriqueceu os dados coletados, pois permitiu registrar a desenvoltura das operárias e os fatos sucessivos que iam acontecendo na Olaria, além de nos possibilitar registrar as impressões das operárias no momento do evento. Conforme Alves-Mazzotti e Gewandsznajder, “[...] as observações permitem relatar os comportamentos não pré-determinados, visando descrever e compreender o que está ocorrendo numa dada situação” (1999, p.166).

Segundo Gil (2008), também podemos conhecer os sujeitos pela observação. Ela nos permite saber: quem são quantos são a que sexo pertence, como se vestem, que movimentos os seus corpos expressam, etc. Enfim, o cenário pôde ser analisado levando em conta como as pessoas se situam, as características do local, a qual sistema essas pessoas se identificam, ou seja, assim, podemos traçar o perfil do campo e dos sujeitos da pesquisa.

Em segundo momento, aconteceram as observações indiretas, que consistiram em questionar os observados, para obtermos as informações desejadas. Essa etapa foi efetuada por meio da realização de entrevistas semi estruturadas, que duraram em torno de 30 (trinta) minutos, em um local previamente marcado pelo(a) entrevistado(a).

As entrevistas foram registradas por meio de gravadores, porém, antes, indagamos os entrevistados para saber se eles se sentiam à vontade com essa forma de coleta de dados. Não obstante, essa forma de registro também foi explicado aos trabalhadores por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que lhes garante a forma de como é feita a coleta dos dados. Além disso, esclarecemos que, em caso de transtornos quanto a esta forma de registro, ela seria encerrada imediatamente. Ademais, conforme orientação do COEP-UFMG, explicamos aos trabalhadores que os áudios seriam armazenados em material multimídia, resguardado por senha, e que eles seriam utilizados apenas pela entrevistadora, que também faria as transcrições.

A escolha pelo formato de entrevista semi estruturada, por sua vez, nos permitiu entender os significados do mundo para aqueles sujeitos, as operárias e os operários da Olaria. Essa técnica de entrevista também nos favorece, porque segundo Triviños (1987) “mantém a presença consciente e atuante do pesquisador” e, ao mesmo tempo, permite a relevância na situação do entrevistado, e, continuando Triviños, explica que, “[...] ainda, propicia não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade” (TRIVIÑOS, 1987, p.152). Portanto, entendemos que, com a contribuição das entrevistas semi estruturadas, podemos compreender a maneira pela qual as trabalhadoras constroem sua experiência na atividade de trabalho, no posto de trabalho na Olaria.

Também recorreremos à técnica de Instrução ao Sósia (IaS). Essa técnica consiste em pedir ao trabalhador que ele imagine que seu sósia irá trabalhar em seu lugar, mas ninguém poderá notar a diferença. Para que a troca não seja notada, quais instruções ele poderia dar ao sósia?

Dessa forma, espera-se que o trabalhador conte sobre sua experiência vivida minuciosamente e, ao mesmo tempo, reflita sobre suas práticas no posto de trabalho. Essas reflexões, por sua vez, poderão lhe proporcionar uma nova experiência.

A Instrução ao Sósia é uma técnica que pode desvelar ao trabalhador as dificuldades enfrentadas na prática profissional e, assim, possibilitar que ele faça um exame crítico de suas ações tomadas durante a atividade de trabalho. A Instrução ao Sósia permite ao pesquisador compreender como o trabalhador realiza sua atividade profissional, como ele age nas diferentes situações de trabalho e quais soluções encontra para as suas dificuldades.

A realização da entrevista semi estruturada simultaneamente à aplicação da técnica da Instrução ao Sósia, para coleta de dados, se justifica pelo fato da primeira nos permitir conhecer melhor as entrevistadas e suas aspirações, além de oportuniza-nos, de uma maneira melhor, a aproximação dos sujeitos da pesquisa.

Dessa forma, quando fôssemos aplicar a técnica de Instrução ao Sósia, esperávamos que as trabalhadoras estivessem mais à vontade e se engajassem mais no papel do “instrutor”. Ademais, compreendemos que as informações obtidas por meio dos dois métodos se complementam.

Ainda, sobre as pesquisas qualitativas, é válido afirmar que elas têm como característica a produção de muitos dados, sendo que estes devem ser analisados durante todo o processo do estudo. Nesse sentido, conforme Alves-Mazzotti e Gewandszajder, as análises são feitas “através de teorizações progressivas em um processo interativo com a coleta de dados” (1999, p.171).

As transcrições foram feitas detalhadamente, uma vez que nos interessa captar quais os sentidos e os sentimentos esboçados pelos entrevistados no momento da entrevista. Essa tentativa de captação dos sentidos e sentimentos dos trabalhadores foi feita por meio de observações e anotações de suas expressões, gestos e diversas emoções que surgiram durante as falas.

Nesse sentido, Orlandi (2007) afirma que a linguagem não é meramente um processo de “[...] transmissão de informação, mas também é um ‘processo de constituição do sujeito’”. Sendo assim, o entrevistado, as suas argumentações, as suas subjetividades e a construção da realidade, se identificam. Ainda segundo Orlandi, “[...] ao falarmos, nos filiamos a redes de

sentidos, e são esses sentidos que nos pode levar ao que outro tem a dizer” (ORLANDI, 2007, p.34).

Foucault (2008) já advertia que o “mais” que fica submerso no discurso deve vir à tona, pois, por meio dele, há a complementação da fala. Somente assim, conseguimos as descrições da situação de trabalho real. Foucault explica, ainda, que,

”Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse que os torna irredutíveis a mais língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.” (FOUCAULT, 2008, p.55).

Continuando, Foucault, observa que existem aqueles discursos que “[...] são ditos indefinidamente, permanecem ditos e estão ainda por dizer.” (FOUCAULT, 1999, p.11) Assim, sermos criteriosas ao analisar as entrevistas de pesquisas fará com que não percamos o mais importante nas entrelinhas.

Cada entrevista feita tem suas peculiaridades, então é necessária analisar as falas das trabalhadoras, sabendo-se da existência de suas especificidades. Como nos ensina Foucault, “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, ou o poder do qual nós queremos apoderar” (FOUCAULT, 1999, p.10). Então, podemos entender que nem sempre o discurso traduz o que se é realmente.

Para complementar os dados qualitativos da pesquisa, usamos dados quantitativos publicados por instituições, tais como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o IPEA (Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada), a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a Fundação Carlos Chagas, bem como documentos disponibilizados pelo governo por meio do CAGED (Cadastro Nacional de Empregados e Desempregados).

1.2 - Revisão da Literatura

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi necessário o uso de uma metodologia, que percorresse um caminho rigoroso, pautado nos preceitos científicos e ancorada em referenciais teóricos bem estruturados para alcançar os objetivos que motivaram o estudo. Porém, anteriormente, fez-se necessário realizar uma revisão da literatura já publicada e que apresente correlação com a temática desta tese.

É significativo ressaltar que a pesquisa bibliográfica é de máxima importância, pois é por meio dela que o pesquisador desenvolve o raciocínio crítico que lhe permitirá distinguir as diferentes categorias usadas pelos autores estudados. Esse método, conforme Goldemberg, “[...] é um exercício de compreensão fundamental para a definição da posição que o pesquisador irá adotar” (2007, p.80), e, ainda, de acordo com Quivy e Campenhoudt, “[...] todo trabalho de investigação se inscreve num continuum” (2008, p.50), por isso é necessário revisitar as pesquisas já realizadas.

A pesquisa bibliográfica detalhada pode dar ao trabalho a condição de “validade externa”, ou seja, é capaz de situar a pesquisa em relação ao panorama conceitual já reconhecido que, no caso desta tese, compreende o período de 2010 a 2018. Assim sendo, inicialmente, investigamos os trabalhos contidos nos repositórios de universidades brasileiras e portuguesas. Nós fomos, também, em busca de teses e dissertações no portal da CAPES. A procura estendeu-se, igualmente, por periódicos com publicações de artigos sobre a temática estudada e que continham as palavras-chave: trabalho, olaria, trabalho de mulher e experiência. A partir dessa busca, foram encontrados os seguintes documentos:

O Barro cinzento paulista: produção em barro cozido nas olarias do Tijucusú e de Pinheiros. Ordem de São Bento em São Paulo entre o século XVI e o XIX, de autoria de Vieira (2016). O autor defendeu a sua dissertação na Universidade de São Paulo, pesquisando sobre a produção de tijolos, telhas e louças nas olarias da Vila São Paulo - atualmente cidade de São Paulo, entre os anos de 1560 e 1870, tendo como objetivo investigar a indústria e a mão de obra especializada presente naquele período.

Pinheiro (2015) defendeu sua tese na Universidade Federal do Amazonas com o título: *Oleiros da Vida; trabalho, ambiente e o futuro dos trabalhadores do barro em Iranduba(AM)*. A autora investigou os impactos sociais e ambientais dos trabalhos cerâmicos oleiros a partir da realidade dos trabalhadores, com o objetivo de analisar a organização do trabalho e suas implicações tanto ambientais como na vida, além das perspectivas dos trabalhadores oleiros.

Mendes (2012) defendeu a dissertação intitulada *O barro de cada dia: oleiros e operários da atividade ceramista do distrito de Flores, CE 1981-1990* na Universidade Estadual do Ceará. O estudo do autor investigou a atividade ceramista, com o objetivo de analisar os fatores que propiciaram o desenvolvimento e a transformação na forma de produção da cerâmica, bem como as relações sociais que envolviam esses trabalhadores.

Mariano (2010), em sua dissertação *História, trabalho, educação: um estudo sobre a formação/qualificação dos trabalhadores da indústria de cerâmica em Monte Carmelo – MG – 1970/2009*, defendida na Universidade Federal de Uberlândia, realizou um levantamento

histórico e entrevistas sobre a indústria de cerâmica e sua importância para a cidade de Uberlândia e região. A autora usou as categorias dialéticas de análise, resgatando aspectos do sistema capitalista de produção e problematizando a educação e a venda do trabalho desses operários.

Encontramos, também, um estudo realizado em Portugal, por Margarida Ribeiro, que se chama *Engenho de Amassar Barro: subsídios para os estudos das técnicas da olaria popular*, no qual são descritas todas as fases de amassamento do barro a ser enformado como tijolo, compreendendo as práticas realizadas entre os anos de 1961 e 1971.

Teresinha D'Aquino escreveu um artigo para a revista *Perspectivas de São Paulo*, publicado em 1990. *Do Barro ao pó; estudos sobre tecnologia, processo de trabalho e saúde ocupacional nas olarias* no qual ela realizou a análise do processo técnico da produção de tijolos, da organização e da socialização do trabalho, abordando, principalmente, o trabalho exercido nas olarias pelas mulheres. A autora se preocupou com os trabalhadores como seres humanos e com as consequências do trabalho em seus corpos, sobretudo os das mulheres, tendo em vista que seu campo de investigação foram as olarias do município de Barbosa-SP, no período de 1981 a 1985, e que estas eram olarias pequenas, de produções familiares e clandestinas, que não forneciam nenhum apoio social aos funcionários.

Sônia Carbonell Alvares (2015) defendeu, na Universidade de São Paulo, a tese *Maragogipinho as vozes do barro: práxis educativa em culturas populares*. A pesquisadora investigou os mestres e mestras oleiras de Maragogipinho, Bahia, com o objetivo de desvendar suas práticas e os processos educativos e criativos de transmissão de saberes do patrimônio cultural imaterial brasileiro. Saberes e práticas que não são legitimados pelas culturas hegemônicas, pois, como observa a autora, a educação artesanal está fundada na ancestralidade, na repetição, na invenção e no constante diálogo entre a tradição e a emergência da modernidade.

Segundo Alvares (2015), essa herança conserva a conexão com o passado, mas reveste o presente de novos símbolos, fortalecendo a identidade das comunidades, dando assim um sentido ao futuro.

Oliveira (2018), escreveu a tese *O conceito de experiência no pragmatismo de John Dewey* e objetivou compreender como John Dewey estruturou suas ideias na elaboração do conceito de experiência e quais foram as suas implicações para as questões próprias da teoria da história.

Também encontramos a dissertação defendida por Teixeira (2018): *O conceito de experiência em John Dewey: contribuições para uma epistemologia naturalizada*. O autor

pesquisou, a partir da descrição naturalista, o conceito de experiência, enquanto categoria básica na obra de Dewey. Ainda, segundo Teixeira (2018), a pesquisa foi norteadada pela caracterização que Dewey faz em relação ao pragmatismo, identificando sua especificidade ligada à noção de experiência e ao naturalismo.

Gomes (2018) escreveu a tese *Experiência como arte: John Dewey e a vanguarda artística estadunidense*. Sua pesquisa foi uma investigação da filosofia pragmatista de Dewey, objetivando, com o conceito de experiência de Dewey, demonstrar que a arte é uma experiência e a experiência é arte. O autor exemplifica sua hipótese por meio da análise de um evento participativo dos vanguardistas estadunidenses em meados do século XX.

Biasotto (2016), por sua vez, pesquisou sobre a experiência escolar. O título de sua dissertação é *Experiência e educação escolar em John Dewey (1859 a 1952)*. Segundo a autora, o objetivo de sua pesquisa foi analisar os conceitos de John Dewey, com a finalidade de entender a relação entre o conhecimento oriundo da experiência prática contemporânea, ligada às relações nas quais o indivíduo se insere, e o conhecimento oriundo da experiência historicamente acumulada pela humanidade, no período de 1859 a 1952.

Os artigos mais relevantes sobre o tema experiência no campo da abordagem ergológica do trabalho foram: “A experiência é formadora?”, de Schwartz (2010), no qual o autor questiona se a experiência forma a pessoa que faz experiência ou forma aquele que não tem experiência; e “Qual sujeito para qual experiência?,” onde Schwartz (2011) afirma que o sujeito, por meio do debate de normas, pode se reconfigurar e que, assim sendo, pode se retomar o termo experiência.

Em relação à análise da atividade de trabalho, o objeto de pesquisa desta tese, encontramos apenas dois documentos pertinentes à esta pesquisa, a saber:

Campos (2016), investigou, em um estudo que originou a tese, intitulada, *Gestão da informação: uma análise ergológica da atividade do bibliotecário gestor sobre a atividade coletiva dos bibliotecários gestores*, tendo como objetivo específico debater os conteúdos curriculares necessários para a formação de bibliotecários-gestores. Para tal, a autora adota como parâmetros as experiências vivenciadas por esses sujeitos e a matriz curricular do curso de Biblioteconomia da UFES (Universidade Federal do Espírito Santo).

Já Cunha (2006) publicou um texto no Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino (ENDIPE) sobre como, por meio da abordagem ergológica do trabalho, é possível incorporar a atividade humana sob o ponto de vista de quem se dedica às análises sobre o trabalho, por meio do estudo dos valores, dos saberes e das competências utilizadas na atividade ocupacional.

Enfim, dos trabalhos encontrados, apenas dois tratavam de questões referentes ao problema de pesquisa deste estudo, mas não respondiam às questões demandadas pela pesquisa, tais como: o que é experiência? Como acontece a experiência das trabalhadoras da Olaria? A experiência estaria ligada à aprendizagem?

A leitura dos outros documentos encontrados, porém, auxiliou-nos como suporte epistemológico para a realização da pesquisa.

Assim, então, continuamos a buscar as respostas das questões apresentadas, tendo em vista que a atividade na Olaria é caracterizada pelo trabalho braçal, com pouca ou quase nenhuma mecanização e que as operárias da olaria não têm treinamento, pois a formalização do trabalho é quase inexistente. Os trabalhadores que estão empregados no setor a mais tempo detêm o controle do saber, ou seja, eles têm o domínio sobre o aprendizado das trabalhadoras novatas.

As operárias inexperientes, por sua vez, dependem dos trabalhadores veteranos para apreenderem o trabalho na prática. Foi possível constatamos esse fato nos estudos de Brochier, quando ele afirma que os trabalhadores experientes são “relutantes em compartilhar seus saberes” (BROCHIER, 2014, p.54), tornando, assim, difícil o aprendizado, principalmente para as recém-chegadas.

Dessa forma, podemos entender que as trabalhadoras que não possuem parentes no setor do trabalho oleiro, os quais poderiam lhes ensinar como fazer o trabalho, terão mais dificuldades ou levarão mais tempo para aprender. Para comprovar essa observação, vejamos a fala da trabalhadora Héstia:

“fica mais complicado para elas que não têm com quem conversar em casa sobre a atividade. Tirar dúvidas, você entende?” (2018).

Levando em conta o que é dito acima e conhecendo a realidade das olarias, buscamos compreender como essas operárias *constroem sua experiência na atividade de trabalho*. Para termos essa compreensão, foi fundamental a proposta da análise do trabalho da atividade na olaria em uma perspectiva ergológica. Aqui, é preciso tem em mente que:

A ideia de atividade é sempre um “fazer de outra forma” um “trabalhar de outra forma.” Não é uma palavra de ordem projetada no futuro: está dentro da realidade, é uma espécie de obrigação mesma de qualidade de qualquer situação de atividade de trabalho humano já incluir uma dimensão de transformação (SCHWARTZ; DURRIVE; DUC, 2007, p.35).

Schwartz, Durrive e Duc (2007) seguem afirmando que, do ponto de vista ergológico, a atividade, por mudar de forma em seu percurso, não poderá ser categorizada antecipadamente. Ou seja, não é possível fazer recortes antes que as atividades se

desenvolvam, pois ela é um “trabalhar ou fazer de outra forma”. Assim sendo, quando se pensa ergologicamente, não existe um modelo único de análise da atividade, pois, se houvesse tal modelo, poderíamos saber o que acontece de antemão na atuação dos trabalhadores e das trabalhadoras em seus postos de trabalho.

1.3 – Referencial teórico

O referencial teórico abaixo apresentado foi utilizado, pois, diante da problemática e dos objetivos indicados, investigamos e analisamos a atividade laboral para compreender como as operárias constroem sua experiência na Olaria. Para tanto, inicialmente, buscamos o embasamento em autores que analisam a atividade do trabalho, utilizando os conceitos construídos no bojo da abordagem ergológica, uma vez que ela, segundo Schwartz, “[...] é um modo de aproximar a atividade e ela tem origem em experiências de longa duração de trocas com o mundo do trabalho e é inspirada por filósofos ou escolas que se interrogam sobre a vida e o trabalho” (SCHWARTZ, 2016, p.1).

Nesse contexto, a atividade é entendida “[...] sempre [como] um fazer de outra forma, um trabalhar de outra forma”, assim nos alertam Schwartz, Duc e Durrive (2007, p.35). Na atividade de trabalho, envolvemos saberes que “[...] emergem em situações reais vivenciadas pelo trabalhador, não estando descritos em manuais ou protocolos de prescrição para a atividade de trabalho” (LIMA; PETRUS; CUNHA, 2013, p.323).

Dessa forma, Schwartz (2011b) assegura que “[...] esses saberes, para serem gerados e eficazes, são destacados de casos particulares, de encontros, de histórias” (SCHWARTZ, 2011b, p.29).

As operárias estão sempre atentas aos saberes do posto de trabalho na Olaria, porque é por meio da observação que elas têm acesso ao conhecimento, já que, “[...] elas vão seguindo e tomando as iniciativas para a aprendizagem do trabalho” (SILVA, 2015, p.75). Reconhecemos, aqui, a discriminação e a opressão que as mulheres enfrentam na Olaria, pois ter que criar estratégias para aprender o ofício na atividade de trabalho é uma forma de opressão velada, e essa opressão é aumentada quando a mulher em questão é negra. Nesse sentido, Berth (2019) afirma que,

[...] o racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas.” (BERTH, 2019, p.20).

Nessa sequência, Freitas (2019) complementa com a seguinte ponderação: “[...] o racismo e as vulnerabilidades decorrentes de sua ligação com outros fatores, como o sexismo, têm produzido ao longo da história desigualdades sociais entre os indivíduos na sociedade brasileira” (FREITAS, 2019, p.15).

É nessa perspectiva de gênero, raça, relações sociais de sexo e discriminações no ambiente de trabalho, que buscaremos autoras, como Danièle Kergoat, que explicam as relações sociais de gênero como a formação de dois grupos de indivíduos, homens e mulheres, que têm uma base material, neste caso sendo o trabalho, e se manifestam por meio da divisão social trabalhista entre os sexos.

Assim, foi necessário investigar como essas mulheres estão lidando com essas situações de trabalho, como opressão, segregação, hierarquização, na olaria. Nesse contexto, buscaremos os saberes de Hirata (2008, 2002, 2014), socióloga que realizou pesquisas comparativas, entre 1980 e 2000, sobre as condições de trabalho das mulheres em empresas do Brasil, Japão e França, investigando tanto a área de produção industrial quanto o setor de serviços.

A partir de 1995, Hirata também começa as pesquisas sobre a polarização do trabalho feminino e, atualmente, dedica-se a investigar o trabalho no setor de cuidados, que vem crescendo nos últimos anos. Helena Hirata direcionou suas pesquisas, principalmente, aos estudos sobre feminismo, gênero e trabalho, abordando conceitos como a interseccionalidade das relações sociais e os estudos sobre gênero.

O conceito de interseccionalidade, categorizado inicialmente por Crenshaw (2002), é muito importante para esta pesquisa, pois ele nos permite entender o imbricamento das categorias raça, classe, gênero, sexualidade e religião, abordando, assim, todas as situações que perpassam a vida das mulheres em suas relações sociais.

O termo interseccionalidade, segundo Hirata, “[...] tem a característica relevante da não hierarquização das formas de opressão” (HIRATA, 2014, p.63). Logo, com o conceito de interseccionalidade, podemos compreender que o indivíduo carrega consigo uma bagagem histórica de vida e que, a todo o momento, esses fatos históricos interferem em suas decisões.

Também nos debruçamos sobre o materialismo histórico feminista de Christine Delphy (1982), assim como sobre as questões levantadas por Saffioti (1976) e por Souza-Lobo (2011), que são relacionadas à mulher, ao trabalho e à classe operária.

Os aportes do referencial teórico-metodológico da ergologia, por sua vez, alicerçaram nossa pesquisa, uma vez que nos fornecem subsídios para compreender a atividade de trabalho. Dessa forma, compreendemos pautados em Durrieu e Schwartz, que “[...] a

atividade transgride todos os lugares” (2007, p. 202). Sendo assim, as operárias fazem uso de si por si, porque sempre haverá o confronto de normas e de situações dramáticas.

O uso de si está explicitamente ligado às escolhas que as operárias fazem no decorrer de sua atividade de trabalho, na tentativa de satisfazer os seus desejos mais íntimos, dentre eles a ânsia de aprender como o trabalho acontece.

As operárias reinventam-se a cada situação e criam outras situações que sejam propensas ao aprendizado, durante a atividade laboral, pois, diante da necessidade de aprender, elas fazem uso de si para construírem a experiência necessária para sua atividade. Nesse sentido, segundo Schwartz, o uso de si “[...] é a forma indiscutível de manifestação de um sujeito” (2000, p.41). Ademais, “[...] o saber começa nas profundezas do corpo, com aquilo de mais singular, de mais histórico, de mais impalpável numa situação de trabalho” (SCHWARTZ, 2003, p.26). Na sequência, Schwartz explica que “[...] a experiência não deve ser um conceito genérico, precisamos poder individualizá-la por intermédio de situações e de percursos” (SCWARTZ, 2010, p.41).

Assim, podemos entender que as operárias utilizam o conhecimento tácito que, conforme Aranha, é “[...] o conhecimento adquirido pelo trabalhador tanto no processo de trabalho quanto na sua atividade social em geral” (ARANHA, 1997, p.14). Portanto, quando as operárias chegam à Olaria, elas trazem consigo uma bagagem de conhecimentos que foi produzida durante diversas situações da vida cotidiana. Ou seja, a partir dessa compreensão, é possível concluir que esses conhecimentos trazidos por elas são adquiridos ao longo da vida, tanto no trabalho como na vivência em sociedade.

Hipoteticamente, acreditamos, também, que, com o objetivo de construir sua experiência na atividade de trabalho, as operárias atuam no posto laboral exercitando, a cada dia, o seu aprendizado na Olaria. Por esse ângulo, entendemos quando Cunha afirma que “[...] é atuando que o indivíduo mobiliza seu conhecimento, sua experiência e o conjunto de práticas necessárias à realização do trabalho” (CUNHA, 2005, p.2).

É também atuando que os trabalhadores se qualificam, pois são capazes de construir esses conhecimentos tácitos. Corroborando com essa ideia, Aranha diz que “[...] o conhecimento tácito é parte integrante e importante da qualificação do trabalhador” (ARANHA, 1997, p.19) e que,

“o trabalhador, ainda que de forma assistemática, produz conhecimento, elabora um saber sobre o trabalho, que não é apenas constituído de noções de sobrevivência e relacionamento na selva competitiva do mercado de trabalho, mas que é também técnico” (ARANHA, 1997, p.19).

Nas teorias filosóficas, a busca pelo conceito de experiência de trabalho faz surgir uma

ponta de preocupação: será que chegaremos aos labirintos das aporias³? Porque, para Aristóteles, “[...] é da memória que deriva a experiência: pois as recordações repetidas da mesma coisa produzem o efeito duma única experiência, e a experiência quase se parece com a ciência e a arte” (ARISTÓTELES, 1973, p.211).

Já Kant, filósofo moderno, afirmou, em seu ensaio denominado “Crítica da razão pura”, “[...] que todo conhecimento começa com a experiência, mas nem por isso se origina todo ele justamente da experiência” (KANT, 1974, p.23).

John Dewey, filósofo, pedagogo, norte-americano do século passado, centrou suas pesquisas na área da educação e, com seu pensamento pragmático instrumentalista, afirmava que “[...] o pensamento e a ação não são opostos, mas que o pensamento é uma fase indispensável da ação[...]” (DEWEY, 1985, p.9).

Dewey nos fez compreender que a experiência é analisada a partir das relações dos corpos uns com os outros, não de uma forma dicotômica, como pensou René Descartes (1973), ou como pensou Kant, que acreditava ser a experiência o começo de todo nosso conhecimento e que acreditava, também, que nem todo conhecimento se origina na experiência. Assim, Kant afirmou que:

Poderia acontecer que mesmo o nosso conhecimento de experiência seja um composto do que recebemos por meio de impressões e do que nosso próprio poder de conhecimento (apenas provocado por impressões sensíveis) fornece de si mesmo, cujo aditamento não distinguimos daquela matéria-prima, até que um longo exercício nos tenha chamado a atenção para ele e nos tenha tornado capazes de abstrair-lo (KANT, 1974, p.23).

Porém, para Dewey, a experiência é um processo que aborda “[...] as relações entre as coisas de que decorrem sempre a aprendizagem” (DEWEY, 1985, p.89), e, nesse processo, continua o autor, a experiência ocorre continuamente, porque a interação da criatura viva com as condições que a rodeia está implicada no próprio processo de vida. Contudo, o mesmo autor nos alerta que a experiência é individualizadora, sendo que cada um tem seu “próprio movimento rítmico”.

Dessa forma, como o posto de trabalho na Olaria faz parte da sociedade, e esta se

³- *Aporia*. É uma contradição insolúvel ou uma dificuldade impossível, para o pensamento. Por exemplo, a questão da origem do ser é uma aporia: porque toda origem supõe o ser, e portanto, não poderia ser explicada. A aporia é uma espécie de enigma, mas considerado de um ponto de vista mais lógico do que mágico ou espiritual. É um problema que renunciamos a resolver, pelo menos provisoriamente, ou um mistério que nos recusamos a adorar (COMTE-SPONVILLE, 2003)

caracteriza pelas relações sociais que são estabelecidas, então, no posto de trabalho oleiro não será diferente, haverá relações sociais se estabelecendo, corpos se relacionando, etc. Dito isso, salientamos que os estudos de John Dewey foi um importante arcabouço para esta tese, uma vez que nos orientou em relação ao conceito de experiência.

O conceito de experiência elaborado por Ivar Oddone, Alexandra Ré e Gianni Briante (1981) no estudo da classe trabalhadora, na Itália, foi utilizado também.

Não obstante, foi necessário recorrermos a autores que pensam o trabalho como segmento central na formação humana, assim observamos em Antunes, quando ele afirma que o trabalho faz parte do “processo de auto-realização da humanidade” (ANTUNES, 2006, p.139); e em Marx, quando este afirma que o trabalho “imprime forma útil à vida humana” (MARX, 2011, p. 211). Em vista disso, a pesquisa se posicionou para expor como as operárias constroem as suas experiências na atividade de trabalho na Olaria. Em seguida, detalhamos de que maneira percorremos os percursos empíricos.

1.4 - Percursos empíricos

Neste item, serão explicitados quais foram os percursos para obtermos os dados empíricos analisados nesta pesquisa. Explicitamos o caminho e a forma como chegamos aos dados da pesquisa, pautando-nos no pressuposto de que “[...] para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações técnicas e mentais que possibilitaram a sua verificação” (GIL, 2008, p.8). Assim, os dados aqui tratados foram extraídos por meio de observações, entrevistas semi estruturadas e a técnica de Instrução ao Sósia. A partir da entrevista semi estruturada elaboramos uma tabela (Tabela 1), por meio da qual traçamos o perfil dos operários e das operárias da manufatura, bem como recorremos para compreender como acontece a construção da experiência na Olaria.

1.4.1 - Observações no campo

Conforme dito, esta pesquisa norteou-se pela abordagem ergológica do trabalho, focando na análise da atividade, no posto de trabalho das operárias da Olaria, visando compreender como esses sujeitos constroem sua experiência laboral.

A abordagem ergológica, inicialmente proposta por Yves Schwartz, intenta conhecer e

compreender o trabalho por meio da atividade, com a intenção de modificá-lo.

No caso deste estudo, o intuito é compreender a experiência no trabalho. As etapas da pesquisa foram executadas conforme o projeto apresentado para a direção da Olaria, de forma que, primeiramente, fizemos o reconhecimento do campo e fomos apresentadas aos operários. Nesse momento, realizamos conversas informais com os trabalhadores e gestores e uma entrevista com o diretor da empresa, que explicou a gestão e o funcionamento de todos os setores, fazendo com que ficássemos à vontade para desenvolver a pesquisa. Na semana seguinte, iniciamos as observações. Estas se estenderam por três semanas, mas foram interrompidas por motivos médicos, sendo que o retorno à Olaria aconteceu somente dois meses após as observações iniciais.

No regresso ao campo, permanecemos realizando observações por mais quatro semanas, sendo que, além dessas, houve conversas informais com os trabalhadores e trabalhadoras, que já estavam mais familiarizados com a minha presença ali. As observações foram feitas durante seis horas, um dia por semana, em dias e horários alternados. Nos dias 15, 17 e 18 de outubro de 2018, foram realizadas as entrevistas semiestruturadas e, na sequência, dia 19 de outubro, foi feita mais uma visita para fazer a técnica da Instrução ao Sósia, que durou 30 minutos, entre a explicação à operária e a aplicação da técnica em si.

No final de outubro e nos meses de novembro, dezembro e janeiro, que são chuvosos, o trabalho não foi contínuo, sendo interrompido em caso de chuva. Por esse motivo, o diretor proprietário nos aconselhou a não realizar visitas nesses meses. Além disso, o sistema industrial estava inoperante, sendo substituído por máquinas novas, ou seja, havia mais um motivo para aguardarmos, pois tínhamos interesse em pesquisar a parte industrial da Olaria.

Assim sendo, retornamos ao campo somente em fevereiro de 2019, após aguardar que o diretor proprietário entrasse em contato conosco, quando da finalização da renovação do sistema industrial. Nesse momento, as entrevistas semi estruturadas com os operários desse sistema foram feitas. Também, foi realizado o confronto com a operária que participou da técnica da Instrução ao Sósia. Dessa forma, somou-se o total de 96h30min de horas de pesquisa de campo.

1.4.2 - Técnica de entrevista semi estruturada

A técnica de entrevista semi estruturada é muito boa para se obter informações sobre o que os sujeitos da pesquisa sabem, o que eles pensam e o que almejam. A flexibilidade dessa

técnica permite, no diálogo com o entrevistado, optar pela forma mais adequada para a coleta de dados. Ao mesmo tempo, ela também nos possibilita contornar as dificuldades que, porventura, surgirão durante uma entrevista.

Na entrevista, é muito comum a falta de motivação para responder as perguntas ou, até mesmo, a incompreensão delas por parte do entrevistado, o que as vezes motiva respostas falsas. O pesquisador, atento a esses percalços, poderá tentar solucionar esse problema ao reorientar a entrevista ou explicar melhor a questão colocada, possibilitando uma boa coleta de dados.

Assim, com os dados obtidos, elaboramos a Tabela 1⁴. Os dados dessa tabela contêm informações úteis para traçarmos o perfil dos trabalhadores e das trabalhadoras da manufatura da olaria. Por meio desses dados, podemos verificar que os trabalhadores têm, no máximo, nove anos de vida escolar, ou seja, não concluíram a Educação Básica. Esse fato está em consonância com os dados apresentados pelo IBGE, divulgados em novembro de 2019, referentes a 2018, os quais explicitam que 11,8% dos jovens evadidos da escola são das famílias mais pobres. Esse panorama de desigualdade educacional acontece desde o Brasil colonial. Os dados do IBGE, infelizmente, vêm apenas confirmar o que acontece há décadas no país, e encontra reflexo nos sujeitos da pesquisa, já que são todos de origem pobre e não completaram o percurso escolar.

De acordo com as conversas realizadas durante as entrevistas, todos os trabalhadores começaram a trabalhar muito novos, por necessidades financeiras ou porque moravam na zona rural e a oferta da educação ia somente até o quarto ano primário (nomenclatura da época). Assim sendo, eles começavam a trabalhar com os pais ainda bem jovens.

A maioria dos entrevistados manifestou interesse em retornar à escola, pois acreditam que, com maior grau de escolarização, poderão melhorar a sua condição de vida. Alguns se arrependem por terem abandonado a escola ou não ter “dado valor” quando lá estavam.

Essa situação foi observada por Paul Willis (1991), na década de 1970, em uma escola operária inglesa, na qual “os rapazes, como ele chamava os grupos de alunos que praticavam a cultura contra escolar⁵, estudantes pesquisados, só percebiam a realidade quando chegavam ao “chão da fábrica” e se deparavam com condições de trabalho precárias. De acordo com o autor, as pessoas mais velhas eram endurecidas pelo tempo e pelo trabalho duro, então, para

⁴ - Os nomes dos sujeitos da pesquisa, são nomes fictícios e, por minha proximidade com a filosofia, usei nomes de deuses gregos, conforme compreendi a personalidade de cada um deles.

⁵ - Movimento praticado nas escolas que expressa a afirmação da identidade dos alunos, apropriada como uma forma de resistência e não como uma auto danação à exploração do capital. Muitos percebem, quando chegam às fábricas, que deveriam ter aprendido mais, pois agora ocupam o chão da fábrica.

eles, o que restava era reproduzir a resistência da escola na fábrica.

No que diz respeito à condição civil, todos os trabalhadores já foram casados, sendo que há no grupo viúvas e separados. Todos os trabalhadores têm filhos. A trabalhadora com maior idade é a trabalhadora Hera, de 53 anos, e a menor, sua filha Afrodite, de 18 anos, o que explicita a hereditariedade do trabalho na Olaria.

A maioria dos entrevistados respondeu à pergunta “com quem aprendeu o trabalho,” que aprenderam com o pai ou com a mãe, sendo que, somente Héstia havia aprendido o ofício com o marido.

Em relação ao item trabalho anterior, a maioria dos sujeitos respondeu que trabalhou em olarias, pois, como dito antes, acompanhavam os pais para o trabalho. Hera chegou a trabalhar em fazendas, porque seus pais eram empregados de fazendeiros, sendo que, posteriormente, seu pai resolveu trabalhar em uma olaria.

Héstia trabalhou como empregada doméstica, depois em uma mercearia e, após o casamento, foi trabalhar na olaria com o marido, pois, depois de casados, foram morar no terreno da Olaria.

Também foi perguntado a eles o que pensavam sobre a experiência, todos a relacionaram com o tempo ou com a repetição.

Quando perguntamos sobre a possibilidade de existência de trabalho igual entre homens e mulher, quatro responderam que existia, porém, houve ressalvas nesse grupo e três entrevistados foram enfáticos, sem fornecerem maiores explicações, dizendo que trabalho de homem é diferente do de mulher.

Nós perguntamos, também, se os homens faziam o trabalho doméstico, a resposta de ambos os sexos foi negativa.

A entrevista demonstrou, igualmente, que a maioria das operárias gostaria de trabalhar no sistema industrial da olaria.

Aliada à técnica de entrevista semi estruturada, utilizou-se a técnica de Instrução ao Sósia, que é outra forma de interação entre pesquisador e pesquisado.

Tabela 1 -Dados obtidos em entrevista com operárias(os)

| Nomes Perguntas | Aquiles | Hera | Hipólita | Afrodite | Héstia | Alfeu | Baco | Forneiro |
|---|------------------------------------|-------------------------|-----------------------------|--|----------------------|------------------------------|--------------------------------------|-------------------|
| Tempo de trabalho nesta olaria | 22 | 15 | 10 | 10 | 3 | 26 | 10 | 5 |
| Trabalho anterior | Olaria | Fazenda | Olaria | — | Mercearia | Olaria | Olaria | Olaria |
| Aprendeu o trabalho com quem? | Mãe | Pai | Pai | Mãe | Marido | Pai | Pai | Antigo patrão |
| Você faz trabalho doméstico? | Não | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Não | Não |
| Trabalho de mulher é igual ao de homem? | Sim, mas é trabalho Mais delicado. | Sim | Não, H. aguenta muito mais. | Sim, porém mulher capricha Mais. | Não | Não | Sim | Não |
| Você estudou até que ano escolar? | 5º ano fundamental | 2º ano fundamental | 3º ano fundamental | 8ºano Fundamental | 9ºano Fundamental | 4ºano fundamental | 2ºano fundamental | 2ºano Fundamental |
| Gostaria de voltar a estudar? | Não | Não | Sim | Sim | Sim CESEC | Sim | Sim | Não |
| O que é experiência? | Tempo de trabalho | Muito tempo de trabalho | Fazer sempre a mesma coisa | Repetir a mesma coisa fica com experiência | Tempo na mesma coisa | Definir o que fazer e fazer. | Fazer a mesma coisa? | Estar trabalhando |
| Você é casada(o)? Tem filhos? Quantos? | Sim, tenho 4 | Viúva, Tenho 9 | Sim, Tenho 1 | Viúva, Tenho 1 | Sim, tenho 4 | Separado , tenho 4 | Casado, crio a filha da minha esposa | Casado, sim, 7 |
| Qual a sua idade? | 37 | 53 | 32 | 18 | 29 | 48 | Não me lembro | 43 |
| Gostaria de trabalhar no setor industrial? | Sim | Sim | Não | Sim | Sim | Não | Não | Sirvo aos dois |

Fonte: Elaborada pela autora.

1.4.3 Técnica de Instrução ao Sósia — IaS

A Instrução ao Sósia é um dispositivo produzido e aperfeiçoado no campo da psicologia do trabalho, especialmente na clínica da atividade, e sua epistemologia é basicamente baseado no

[...] cognitivismo de Miller, Galanter e Pribram (Oddone,2002/2016), ao pensar as imagens construídas pelos operários sobre seu trabalho e o ambiente em que esse é desenvolvido; na perspectiva soviética, em sua visão de que somente na interação com outro o sujeito pode ampliar sua compreensão sobre si e sobre o mundo; e nas concepções de Gramsci, que visam situar o sujeito na intersecção com a história, individual e coletiva, tendo sempre em consideração sua capacidade como sujeito pensante (PEREIRA, 2017, p.14).

Assim, a técnica do dispositivo, quando aplicada, permite que os trabalhadores tenham outro olhar para a sua atividade de trabalho, de maneira que a Instrução ao Sósia poderá lhes provocar uma reflexão sobre sua situação diária no posto de trabalho. E, por meio da descrição do trabalhador, sob esse “novo olhar” de seu ofício e de seu posto de trabalho, uma análise que será capaz de levar a transformações do trabalhador e do trabalho será possível, ou seja, ela conseguirá proporcionar melhorias para o trabalhador no âmbito corporativo em geral.

A técnica de Instrução ao Sósia foi elaborada por Ivar Oddone na década de 1970. Oddone era um médico e psicólogo italiano, residente de Turim. Ele, juntamente com estudantes e membros do sindicato dos trabalhadores italiano Movimento Operário Italiano (MOI), realizaram essa técnica.

Ivar Oddone foi o proponente do conceito de “Comunidade Científica Ampliada”. Essa comunidade consiste em uma proposta de trabalho coletivo, envolvendo várias áreas do conhecimento, com a realização de um intercâmbio de saberes, com o objetivo de resolverem os problemas de saúde relacionados ao trabalho.

Oddone pensava que os problemas na fábrica não seriam somente problemas técnicos, mas que envolviam outros fatores, como políticos, psicológicos, sociais; então, a resolução de tais questões seria oriunda de várias competências, sendo necessário, inclusive, ouvir os trabalhadores. Dessa forma, os pesquisadores refletiram que:

Na verdade, estávamos procurando uma abordagem que levasse em conta as diferentes experiências dos trabalhadores, mesmo fora e antes da fábrica, e do plano

de vida que através dessas experiências cada um foi formado, mas que ele manteve uma sua totalidade (ODDONE; RÉ; BRIANTE, 2008, p.42).

O campo para a pesquisa foi a fábrica da Fiat em Turim, na Itália. Nesse estudo na fábrica, o objetivo era que os operários descrevessem suas experiências na atividade de trabalho. Então, os pesquisadores orientaram os trabalhadores para que imaginassem um sócia que iria substituí-los em seus postos de trabalho, de forma que ninguém percebesse a troca:

Se existisse outra pessoa perfeitamente idêntica a você, do ponto de vista físico, como você diria a ela para se comportar na fábrica, em relação à tarefa, aos colegas, à hierarquia e à organização informal, de forma que ninguém percebesse que não se trata de você mesmo? (ODDONE; RÉ; BRIANTE, 1981, p. 57, tradução livre).

Dessa forma, na Instrução ao Sócia, o trabalhador vai gradualmente relatando sua atividade, mas como um pressuposto instrutor que ocupa o papel de seu sócia. A Instrução ao Sócia permite ao trabalhador ir e vir, fazendo com que se crie uma dialética dele com ele mesmo, de maneira que ele poderá fazer uma análise de seu comportamento durante a atividade de trabalho, possibilitando-lhe revivê-la com a perspectiva de modificá-la ou não, e, desse modo, produzir uma nova experiência.

Isso posto, com a Instrução ao Sócia, o pesquisador tem a oportunidade de examinar não somente o que é ideal segundo as prescrições no ambiente de trabalho, mas o que realmente acontece. Assim, os pesquisadores Oddone, Ré e Briante confirmaram que, por meio da Instrução ao Sócia,

Os trabalhadores falaram de sua experiência com descrições extremamente ricas, ligada à inteligência individual e coletiva, à capacidade de resolução de problemas que a organização do trabalho os coloque continuamente, à vontade de mudar de fábrica (e não só essa). Na psicologia tradicional do trabalho tudo isso não apareceu, ou foi negado ou anonimamente relegado a título de motivação. (ODDONE; RÉ; BRIANTE, 2008, p.42).

Diante do colocado, resolvemos utilizar a Instrução ao Sócia nesta tese, sobretudo, por ter comprovações de que ela é uma ferramenta que nos ajudará a aprofundar a compreensão da atividade de trabalho das operárias e, por meio de seus relatos, possibilitará compreender como elas constroem a experiência de trabalho na Olaria.

Nessa linha de raciocínio, solicitamos à trabalhadora Hera que se colocasse na posição de instrutora. Hera foi escolhida por ser a trabalhadora mais antiga na Olaria. Assim, foi explicado à Hera que ela deveria fornecer todas as instruções acerca de sua trabalho para nós, que seríamos sua sócia, de forma que ninguém percebesse a substituição.

Consideramos a utilização da Instrução ao Sócia necessária porque as informações que foram fornecidas pela operária, de forma tão claras e distintas, sobre a construção da

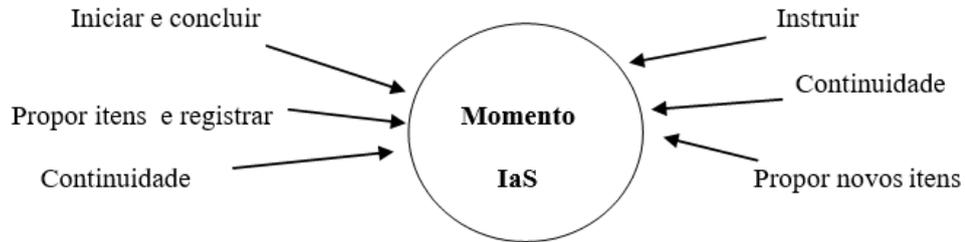
experiência na atividade de trabalho na Olaria, talvez não fossem tão detalhadas se optássemos pela utilização de outra técnica. Nesse sentido, a Instrução ao Sósia “[...] permite que a descrição do trabalho se dê efetivamente a partir da experiência concreta do sujeito e não daquilo que ele imaginava que seus ouvintes desejavam ouvir” (PEREIRA, 2017, p. 20). Nesse contexto, a trabalhadora pôde fornecer um relato que não foi uma simples transmissão verbal das prescrições de atividade, que por vezes é empobrecido e parcial, como concluiu Oddone (1981).

A técnica comporta várias fases, as quais devem ser explicadas para que o trabalhador possa compreender o seu papel. Essas etapas, segundo Clot (2007), consistem nos seguintes passos:

- a) Momentos de sensibilização, que possibilita trocas de conhecimento entre profissional e pesquisador, e de observação sobre a atividade, para provocar no sujeito a vivência de se colocar como “observador” de seu próprio trabalho, e não como “observado”;
- b) Ao escolher a atividade foco de análise, o pesquisador assume a função do sósia, em que é dada a seguinte instrução: “Suponha que eu sou seu sósia e que amanhã eu me encontro em situação de substituí-lo em seu trabalho. Quais são as instruções que você deveria me transmitir, a fim de que ninguém se dê conta da substituição?”
- c) O trabalhador-instrutor auxilia o pesquisador-sósia a perceber em detalhes uma situação que não conhece, recomendando que o trabalhador relate a atividade de trabalho em quatro níveis: o que ele faz habitualmente em sua atividade de trabalho; o que ele não faz; o que ele não deveria fazer se for substituído; o que ele poderia fazer, mas não faz;
- d) A atividade do sósia consiste basicamente em “resistir” à atividade do instrutor, por meio de questionamentos discursivos. Assim, deve assumir alguns pressupostos, interessando-se principalmente sobre a questão do como em detrimento à questão do porquê;
- e) O encontro posterior do sósia com o instrutor ocorre após a transcrição, ou edição vídeo-grafada do material construído na etapa anterior de relato da atividade, confrontando, assim, as instruções verbalizadas pelo trabalhador, para que este possa comentá-las. Este segundo momento também é registrado — em vídeo ou por escrito, gerando um novo material para análise. (CLOT, 2007, p.144)

Figura 2 - - Esquema da técnica da Instrução ao Sócia—IaS

Pesquisadora = P
Trabalhadora = T



Fonte: Elaborada pela autora.

No esquema, **P** representa a pesquisadora, e **T**, a trabalhadora, sendo que **P** será a sócia e terá o papel de quem fará as perguntas e, também, será responsável por iniciar, registrar, propor itens e encerrar. Já **T** será designada ao papel de instruir e deverá dar continuidade ao proposto por **P**, além de poder propor novos itens, uma vez que ela conhece a rotina de trabalho. Na figura 1 e no anexo, encontra-se a transcrição da técnica da Instrução ao Sócia. A partir do apresentado, a metodologia usada nos auxiliou na tentativa inicial de elaboração do conceito de experiência, usando epistemes tanto da ergologia, como do pragmatismo de John Dewey.

1.4.4 - Entrevista utilizando a técnica da Instrução ao Sócia— operária Hera⁶

01P— Conforme eu expliquei antes para você, vamos supor que eu seja sua sócia e que amanhã eu vá substituir você em seu trabalho. Quais instruções você me daria para que ninguém perceba a substituição? Você deve me dar as tarefas, as instruções do trabalho para que eu possa me sair bem nas situações e me servir da sua experiência.

02T— Como te falei, a experiência não sei como falar, acho que é.... o tempo. Posso dizer como fazer o trabalho...

03P— Ok. Quando você chega, o que você faz primeiro?

04T— Você deve chegar às 3 horas da manhã. Conversa com o barrista e com quem já estiver lá no terreiro, porque tem gente que chega antes...cumprimenta as pessoas. Depois

⁶ - Essa entrevista completa se encontra no Anexo 4.

você vai para a sua bancada.

05P—Hum...

06T— Na bancada, você vê se a caixa de areia ainda tem, porque, se não tiver, você terá que pegar o carrinho e ir naquele monte e levar areia fina para a caixa. Depois, você verifica como está o barro na sua bancada, porque se ele estiver muito seco, você tem que chamar o barrista para resolver, ou tentar jogar água, mas sempre está no ponto.

07P— Pode acontecer outro problema com o barro?

08T— Pode, às vezes quando ele reaproveita as peças que não ficaram boas, costuma dar uns caroços no barro, aí você tem que reclamar com ele.

09P— E ele troca?

10T— Não, mas, quando você vai encontrando os caroços, você tem que tirar, porque senão estraga o tijolo. E isso atrapalha sua produção...demora muito. Então a gente reclama com o barrista, pois é trabalho dele dar um barro lisinho, mas quando ele reaproveita acontecem esses problemas.

11T— Você tem que observar as formas também, as que eu trabalho tem meu nome, então você tem que pegar essas.

12P— Por quê? São diferentes?

13T— Para mim são, pois já estou acostumada com elas, a lateral delas não machuca minhas mãos e o tijolo sai mais fácil delas. Você vai ver, cada um põe o nome na forma que mais gosta.

14T— Para começar, você pega um pouco de água, depois joga areia na forma, depois tira o excesso batendo a forma na beirada da caixa. Aí você pega um pouco de barro para formar o bastão (nesse momento ela gesticula como faz o bastão), aí você vai ajustando “ele” em cima da bancada e coloca dentro da forma. Você tem que fazer isso três vezes, porque a forma tem três espaços. Aí você vem com o arame e raspa para tirar o barro de cima para o tijolo ficar reto. Antes de bater “ele” no chão, você tem que ver se os quatro cantos da forma estão cheios, porque, se não estiverem, o tijolo não fica quadrado. Depois disso, você dá uma batidinha... quando estou cansada, não bato, passo o polegar nos cantos da bancada com a forma, e leva a forma lá e bate no chão de uma vez para o tijolo soltar. Você já olha para ver se não quebrou algum. Eu faço dessa maneira. Cada uma lá faz de um jeito. O importante é o tijolo sair direitinho.

15T— Aí, você continua até seu barro acabar, que deve ser lá pelas 7 horas. Aí, você para e toma um cafezinho e o barrista já vem trazendo mais barro para você, porque ele já viu que o seu barro acabou. Nem precisa falar com ele.

16P— Você só para na hora desse cafezinho?

17T— Não. Às vezes, quando estou cansada, paro para ir ao banheiro, paro para tomar água, mas não gosto muito, porque o barrista fica controlando e ele acha ruim. Mas não me incomodo, porque se eu produzir pouco eu que ganharei menos no final do mês, mas sempre produzo na média dois mil e quinhentos por dia.

18P— Todos os dias você faz a cota até 1h30?

19T— Não. Tem dia que não consigo. Aí, tenho que terminar depois do almoço. Aí, tenho que empilhar mais tarde. Minha filha me ajuda.

20T— Aí, quando dá 1h30, você deve ir para a minha casa, aquela lá, e fazer o almoço. Eu faço almoço e minha filha arruma casa e a cozinha. Depois do almoço, descanso um pouco para voltar às 12h30.

21P— Quando volta, o que você faz?

22T— Depois do almoço, se você não tiver terminado de enformar, deve terminar. Se tiver terminado, deve começar a empilhar os tijolos.

23P— Hum...

24T— Depois de empilhados, você deverá organizar sua parte do terreiro, que será: limpar sua bancada. Se quiser colocar areia para adiantar para outro dia, pode colocar. Varrer o chão, principalmente o dia que o barro tem caroço, porque a gente joga tudo no chão. Lavar as formas e deixar escorrendo para secar. Empurrar a bancada lá para o final do terreiro, porque, à medida que você for fazendo os tijolos, você deverá ir andando com ela para frente, porque você vai colocando os tijolos verdes atrás de você.

25P— Tijolo verde? O que são?

26T— [risos] São os tijolos que acabaram de sair da forma.

27P— Geralmente, que horas você volta para sua casa?

28T— Mais ou menos 15h.

29P— Aí, você vai descansar?

30T— Nada. Se tiver roupa para lavar, vou lavar ou passar, cuidar do quintal, fazer a janta para deixar para o almoço, porque, no almoço, eu só esquento. Aí, vou dormir lá pelas 20h ou, no máximo, 21h, para 3h começar novamente...

31P— Todos os dias, você sempre faz do mesmo jeito?

32T— Sim. Sempre do mesmo jeito. Desde que eu vim para cá que é assim. Antes, na outra olaria, eu tinha que amassar o barro com os pés, aqui tem a maromba, já é bem mais fácil. Acho que é isso que é experiência...

33P— Muito obrigada por sua ajuda. Foi muito importante para mim.

34T— Por nada. Quando você precisar, pode vir.

2- EXPERIÊNCIA E SUAS EPISTEMOLOGIAS

Interrogar-se sobre a função formadora da experiência remete, ao menos previamente, a um duplo problema: o que é a experiência? De que falamos?

(Yves Schwartz)

“Experiência” designa o campo plantado, as sementes semeadas, as searas ceifadas...

(John Dewey)

Neste capítulo, propomos conceituar o vocábulo “experiência” no contexto do trabalho. Para isso, entraremos nos meandros da filosofia, pois, segundo Deleuze e Guattari, “[...] a filosofia é a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos” (DELUZE; GUATTARI, 1992, p. 10). Para tanto, usaremos a epistemologia, uma ferramenta filosófica que auxilia a procura da teoria do conhecimento, inclusive da origem, da essência do objeto, dos tipos e dos métodos de obtenção desse conhecimento. Segundo Durrive e Schwartz,

[...]o epistêmico está ligado ao objectivo de conhecer [epistema = ciência]. A armadilha seria crer que há de um lado o conhecimento e do outro a acção (o que numa determinada época deixava pensar que existia de um lado os intelectuais e do outro lado as pessoas que exerciam essencialmente actividades manuais [...]) (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008, p.25).

E, assim, utilizamos a ação para chegar ao conceito de experiência, considerando que o objetivo desta tese é saber como as operárias da olaria constroem sua experiência na atividade de trabalho. Seguindo esse objetivo, foi necessária a utilização da teoria do conhecimento, porque ela é o campo da investigação filosófica que abrange as indagações e as inquietações sobre o conhecer. É pertinente, então, informar que o conhecimento é o modo pelo qual o sujeito se apropria intelectualmente do objeto.

E, seguindo o caminho da filosofia de John Dewey e de Yves Schwartz, pretendemos alcançar o entendimento do que possa ser o conceito de experiência.

Para tal, percorremos um breve caminho na história da filosofia sobre o conceito de experiência, já que vários pensadores propuseram conceituações a respeito do que seria a experiência. Assim sendo, realizamos recortes no universo filosófico, pois, visto que Durrive e Schwartz alegam que “[...] o conceito é o instrumento para pensar” (2008, p. 24), então,

existe a necessidade de revisitar diferentes reflexões historicamente sedimentadas, como será visto ao longo deste capítulo. Em seguida, explicitamos o conceito de atividade humana, dado que este é um conceito medular na abordagem ergológica, de maneira que nos possibilitará compreender melhor a tríade atividade, experiência e trabalho, no mundo da ergologia.

2.1 Atividade humana: fundamento ergológico.

A abordagem ergológica, como nos explica Durrive, “[...] é um modo de encaminhamento inovador para abordar a atividade” (2007, p.19). Na abordagem ergológica, os conceitos de atividade e de ação foram os primeiros a serem elaborados pelos grupos de trabalhos denominados “Encontros sobre o trabalho”, na Universidade de Provence (Aix-en-Provence). Os primeiros conceitos são:

Ação tem início e um fim determinado; ela pode ser identificada (gesto, marca), imputada a uma decisão, submetida a uma razão: por exemplo, um modo de uso é uma lista de ações. Já a atividade é um élan de vida e de saúde, sem limite pré-definido, que sintetiza, atravessa e liga tudo o que as disciplinas têm representado separadamente: o corpo e o espírito; o individual e o coletivo; o fazer e os valores. O privado e o profissional, o imposto e o desejado etc. (DURRIVE, 2007, p.19).

Os Encontros eram formados por profissionais de diversas áreas, que se reuniam para refletirem sobre o trabalho e as situações de trabalho, formando, assim, uma equipe pluridisciplinar, que tinha como seu principal mentor o professor Yves Schwartz.

Schwartz, instigado pelo tema da formação continuada de trabalhadores adultos, entrou no mundo do trabalho industrial como militante e sindicalista e, em conjunto esses trabalhadores, apropriou-se de um novo saber: o saber do trabalho real, aquele que se efetiva entre o prescrito e o possível de ser realizado, totalmente dependente da atividade inusitada do indivíduo e de sua coletividade no mundo laboral. Então,

[...] de posse desse saber, o filósofo Yves Schwartz retorna à academia, para criar um dispositivo capaz de problematizar, no nível teórico e prático, quais são os saberes do trabalho, o que é a educação ou a formação para o trabalho, o que significa geri-lo, o que é o trabalho e o que se cria entre os indivíduos no mundo do trabalho (FÍGARO, 2008, p. 94).

O professor Yves Schwartz, assim como o filósofo Sócrates (século 469a.C.- 399.a.C), concebe o ser humano no mundo como ponto de partida para suas reflexões filosóficas e, sendo que, para o primeiro, o homem ganha destaque no mundo do trabalho.

Schwartz, sendo ex-aluno do filósofo Georges Canguilhem, desenvolveu suas reflexões a partir das vivências das pessoas exercendo atividades humanas no posto de trabalho, mas sendo sujeitos do mundo.

No trabalho, “[...] é preciso gerir tendo em conta, a riqueza da atividade humana,” proferiu Schwartz no ano de 2013 em um curso na Faculdade de Educação da UFMG. A partir dessa acepção, compreendemos que a ergologia abraça a atividade humana. Nesse contexto, Schwartz afirma que “[...] toda atividade humana (é aí a tomada de posição ergológica) é como um nó de debates entre normas antecedentes e tentativas de renormalização na relação com o meio” (2011c, p.34) que, segundo Canguilhem, “é infiel” (2015, p.139).

O pesquisador Schwartz pondera que “[...] a atividade humana é o processo dinâmico e tenso que tenta articular, ao longo da vida, o tratamento das limitações de qualquer forma de normalização e a apreensão de muitas oportunidades de vida, apesar de qualquer forma rígida de heterodeterminação” (2007b, p.122). Por isso, a atividade humana tenta conectar os dois ramos da história da concepção da noção de atividade, a saber: o ramo dos pesquisadores que investigam como alcançar a verdade científica; e o ramo de como tornar satisfatório o fazer industrioso com o agir técnico humano.

No ponto de vista de Schwartz, a abordagem ergológica pode fazer uma síntese desse panorama. Observamos na Figura 2 que podemos definir a atividade humana, porém, alerta o autor, isso pode implicar em consequências metodológicas e operacionais. Assim sendo, observamos que:

Por um lado, o lado esquerdo, ligado às preocupações da fundação do verdadeiro conhecimento. Por outro lado, a parte certa, ligada ao enigma do fazer técnico ou diligente. Geralmente, cada conceito ou conjunto de conceitos retém alguns elementos de sua herança. Esta é a primeira razão pela qual é necessário, e possivelmente proveitoso, estar ciente dessa história. Essa imersão no passado pode lançar luz sobre os problemas que encontramos com o uso atual da palavra atividade (SCHWARTZ, 2007b, p. 123).

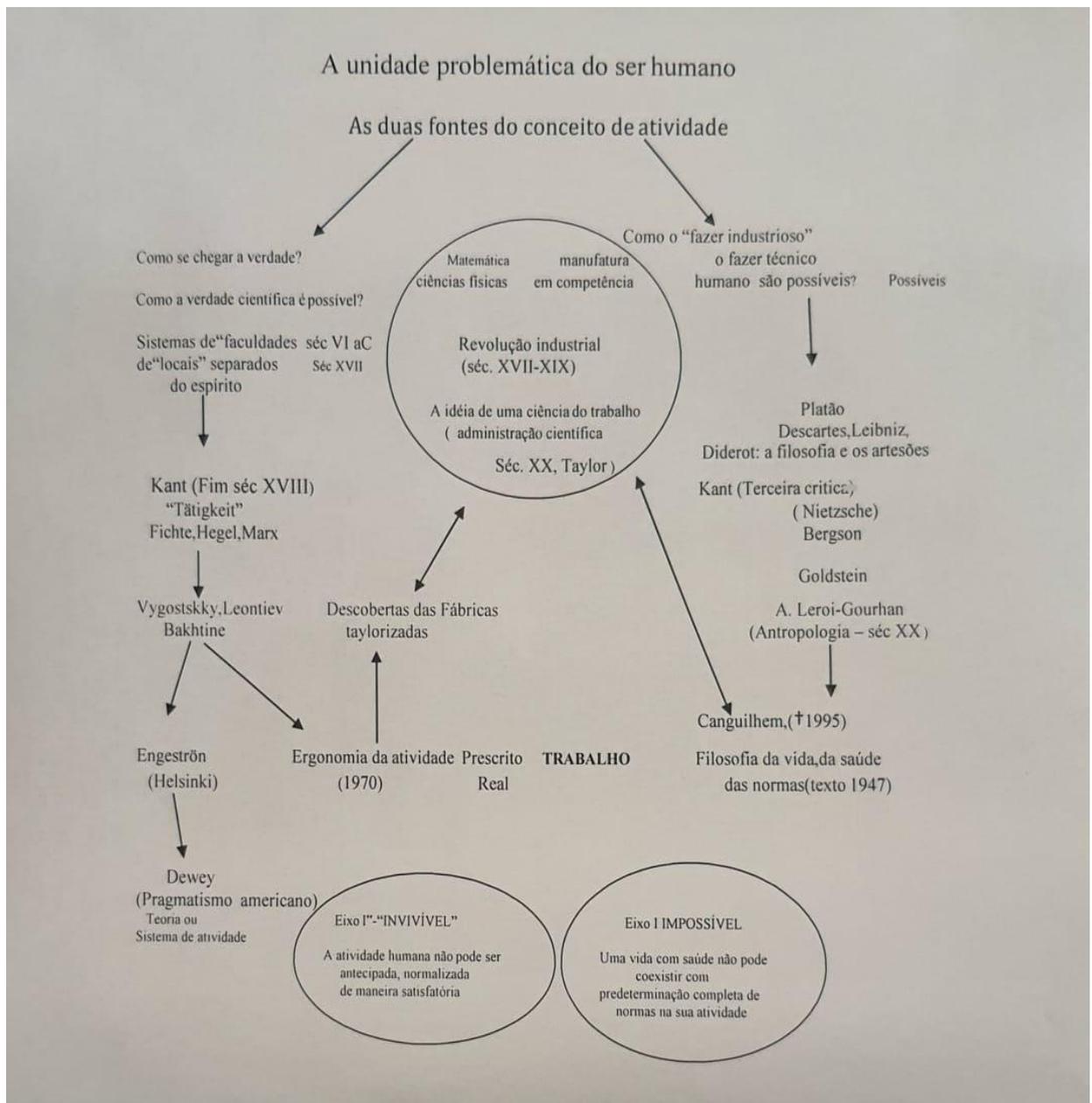
Com relação à Figura 2, o autor prossegue explicando que:

[...] poderíamos acrescentar uma segunda razão mais idiossincrática: uma visão sinóptica desses dois caminhos, dessas duas trajetórias históricas, da noção pode ser inestimável para identificar o que hoje chamamos de abordagem ergológica do conceito de atividade, com o uso específico que faz dela. O conceito ergológico de Atividade pode ser pensado como uma articulação, combinação ou síntese original, trabalhando com essa dupla herança (SCHWARTZ, 2007b, p.124).

Assim, na Figura 2, a palavra *Tätigkeit*, um termo alemão cujo vocábulo significa atividade, utilizada por Kant, quando se tratava da “atividade da razão”, vem do lado esquerdo

do esquema, aqui representado como início do conceito de atividade. Do lado direito, está a técnica que, para Schwartz, é uma “sinergia obscura” (2007b, p. 131), visto que a atividade humana é um “conceito” transgressivo que tenta (re)estabelecer a unidade do ser humano. Assim sendo, ela não pode pertencer somente a algum campo disciplinar específico, mas conta com contribuições de todos os campos. “De fato, agrada a todos, mas não pertence a nenhum”, conclui Schwartz.

Figura 3 Esquema: fontes do conceito de atividade



Fonte: Esquema extraído, reproduzido e traduzido pela autora. SCHWARTZ (2007).

Outro ponto importante no esquema apresentado acima é o eixo da saúde, “*o insuportável*” ou “*invivível*”, significando a tentativa dos trabalhadores de manterem a sua saúde no posto de trabalho cotidianamente. A saúde, para esses trabalhadores, vai além das questões médicas, ela é, também, a busca pelo espaço social, pelo fabril e pelos próprios espaços pessoais de vida, visto que, na atividade humana, todos esses espaços se misturam. É uma luta constante para fazer valer seus valores na sociedade e na história, pois o valor pode operar como uma mediação.

Observamos, na distinção entre trabalho prescrito e trabalho real, em um estágio microscópico, no qual acontecem os debates de normas que englobam o trabalho prescrito, que a atividade constitui-se da renormalização, como afirma Schwartz: “[...] nível microscópico é atestado pelo trabalho real” (SCHWARTZ, 2007b, p. 131).

Os valores da vida interferem nos debates de normas. Assim, podemos compreender que a atividade humana é revelada como “matriz histórica”, porém, permeada por contradições. Portanto, pensando nos problemas conceituais tanto da atividade como do trabalho, “[...] uma atividade dentro da atividade humana”, Cunha defende que “[...] definir ‘trabalho’ e ‘atividade’ implica muito esforço para *desembaraçar* uma rede conceitual infinita na qual esses termos ganham sentido” (CUNHA, 2013, p. 23).

A experiência de trabalho está inclusa nessa rede de conceitos difíceis de “desembaraçar”, já que é um conceito que entra em uma rede, podemos dizer, heracliana⁷, uma vez que a atividade humana encampa o trabalho, que, por sua vez, pode dar origem à experiência. Nessa ligação interminável, forma-se um círculo que vai se renovando sempre, pois a atividade, como explica Schwartz, é um “[...] movimento incessante entre as exigências que lhes são postas e o poder que lhe é próprio de se mover sem cessar” (SCHWARTZ, 2009a, p. 265). Então, sendo a atividade humana matriz de história, ela não pode ser entendida ou antecipada por qualquer teoria, a não ser que se faça uma nova teoria filosófica global, conclui o professor Yves Schwartz.

Diante disso, sabe-se que a atividade impulsiona os debates entre as normas e os valores nas situações de trabalho. Logo, explicam Schwartz e Durrive, os debates são necessários, porque “[...] é preciso fazer surgir, porque é a realidade da vida [e] [...] se não fizermos haverá prejuízos em algum lugar, certamente” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007,

⁷ - Teoria heracliana - Brevemente, podemos dizer que Heráclito de Éfeso, refletiu sobre a unidade no mundo, chegando a conclusão de que, não há unidade natural no mundo, mas duelos e dualidade constante. “O mundo é um eterno devir”, com isso Heráclito, afirma que há uma constante mudança, imprevisível, que caracteriza a natureza, ou seja, sempre há renovação, nada permanece o mesmo.

p.36).

Nós podemos entender, portanto, que sempre haverá debates, porque há normas. “As normas são elaboradas a distância do processo de trabalho”, conforme explica (BRITO, 2016, p.136).

Então, compreendemos que a medida em que se aproxima, cada vez mais, da atividade de trabalho de um sujeito singular em um nível microcosmos, mais complexa ela se torna. Porém, ela comporta a mesma complexidade do macro. Nós notamos que são tomadas as grandes decisões, inclusive aquelas que visam antecipar os processos de trabalho, que geram os desconfortos no posto laboral. Portanto, a ergologia propõe procedimentos de captura da matriz histórica e, conforme a Figura 2 vê-se que seu desenvolvimento se faz presente em toda a atividade. Observamos, também, que não há situações de trabalho em que não haja transformações ou que não tenha tentativas de mudanças.

Dessa forma, a proposta ergológica sempre é levar a análise do trabalho a uma situação, a qual Schwartz chama de “desconforto intelectual.” (SCHWARTZ, 2000b, p. 44) O pesquisador afirma, ainda, que “[...] a atividade nos projeta em uma história perpetuamente recriada. Ela é recriada por meio de debates de valores” (SCHWARTZ, 2007, p.130) .

Em vista disso, toda atividade de trabalho é sempre uma *dramática* do uso de si, dramática que se dá entre as normas antecedentes e os “usos de si” na realização do trabalho.

2.1.1 - Uso de si e corpo-si

O “uso de si” é um conceito-chave pertencente à ergologia. Ele engloba todas as tomadas de decisões das trabalhadoras e dos trabalhadores em seu posto de trabalho, ou em qualquer situação da atividade humana. Nessa compreensão, diante de um vazio, o sujeito age com sua própria bagagem, utilizando seus valores, pois ele, trabalhador ou trabalhadora, é uma pessoa singular. Então, eles atribuem normas em cima das normas (renormalização), fazendo escolhas e tendo *dramáticas*⁸, porque não é fácil gerir as infidelidades que o meio lhes apresenta. Diante disso, entendemos que, nesse momento, eles fazem uso de suas experiências e saberes, ou seja, fazem uso de si, para si ou para os outros.

⁸ - “O uso da palavra “Dramática” não significa que está acontecendo um drama terrível. Isso significa que algo está acontecendo. No sentido etimológico, dramático significa que há uma história acontecimento, história que não foi originalmente planejada, mas que não é necessariamente trágica. Dramático significa que ele não pode parar, porque sempre haverá esses debates e ninguém poderá escapar deles.” (SCHWARTZ; MENCACCI, 2008, p.12)

O ser humano tem um grande poder que a maioria desconhece, ou não sabe como gerir. Nietzsche chamava o si “este sábio desconhecido”, conforme citado por Schwartz (2000) em seu artigo *Trabalho e uso de si*. A partir dessa afirmação, entendemos que o sujeito, ao fazer uso de si, faz escolhas e poderá vencer suas *dramáticas* e, assim, conseqüentemente, resolver as situações de desconforto que se colocam para ele. Portanto,

[...] todo ato, mesmo o mais simples, é num primeiro momento, um uso de si por si mesmo e este uso é sempre absolutamente singular. Não existem duas pessoas, não existem dois momentos, para uma mesma pessoa, em que o uso de si por si seja idêntico. Estamos no âmbito da história em construção. Todo ato de trabalho é, portanto, uso de si por si. Mas, além disso, ele é uso de si pelos outros. É a dimensão social [...] (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p.69).

Assim sendo, a atividade remete o trabalhador a uma “entidade” enigmática, que Schwartz chama de *corpo-si* e que é o conjunto de recursos do corpo que “[...] atravessa tanto o intelectual, o cultural, quanto o fisiológico, o muscular, o sistema nervoso” (SCHWARTZ, 2007, p. 44). O corpo-si, com seu poder de “si desconhecido”, traz amarrações indissociáveis. Segundo Schwartz; entre elas estão a:

biológica: esse corpo dado no nascimento, com suas potencialidades e seus limites, traz uma busca de saúde ainda genérica e indeterminada;

histórica: mediante o debate de normas (por si/por outros) que constituem a própria substância dessas dramáticas e só adquirem sentido num momento particular da história;

singular: na experiência de vida de cada pessoa, cuja negociação de dramáticas próprias opera como o agir de um corpo físico pessoal, um corpo desejante, em permanente tentativa de “composição” e de apropriação desse seu suporte de vida, a fim de responder aos encontros e provas. É no cerne desse corpo-si singular que se infiltra a relação variável de cada um com um “mundo de valores” que vai além dele, mais ou menos, a depender da pessoa (SCHWARTZ, 2014, p. 264).

De maneira que trabalhar é uma sinergia para que essas amarrações se façam sempre presentes, nos debates de normas, no momento dos encontros no posto de trabalho.

Para melhor entender os debates no trabalho, Schwartz procurou em Canguilhem (2015) as reflexões que este faz sobre as escolhas e as renormalizações que o indivíduo realiza no campo da saúde. Nesse movimento, Schwartz conseguiu identificar o mesmo processo na atividade de trabalho. Assim, o autor expressa que “[...] o campo da experiência humana parecia especialmente propício à interrogação sobre a presença enigmática de uma *pessoa*, de uma singularidade viva no tratamento de situações de viver” (SCHWARTZ, 2014,

p.260). Então, compreendemos que a proximidade de Schwartz com Canguilhem lhe deu a oportunidade de compreender o si no mundo da saúde como normatividade e, conseqüentemente, no mundo do trabalho:

Pode-se compreender então que é este mesmo, “sábio desconhecido,”o desejo de saúde, o desejo de abrir no mundo cotidiano espaços onde ser norma instituinte por pouco que se o deseje, que pode tornar possíveis as transferências de afetos e de símbolos entre heranças e coerções do desafio infantil e coerções, heranças e possíveis ofertas pelas atividades humanas em cada momento da história; e de tal sorte que esta segunda ordem de realidade não seja simples repetição, mas um retrabalho com profundidade do primeiro (SCHWARTZ, 2000, p.47).

Assim, a ergologia trouxe, por volta dos anos de 1980, essa maneira de analisar o trabalho e de quem o executa. A análise feita não abrange somente as habilidades do trabalhador e da trabalhadora, tal como se propôs durante o período industrial taylorista e fordista, mas, também, seus desejos e suas iniciativas de adaptação ao ambiente de trabalho.

A adaptação ao meio nada mais é que uma transgressão! É o uso de si que é feito “[...] por uma entidade que não é muito clara, mas que se pode chamar de ‘sujeito’, no coração mesmo do trabalho, sem o qual não há trabalho, sem o qual nada acontece [...]” (DUC; SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p.191). Dessa forma, se o trabalho era entendido outrora, na fase taylorista e fordista, como automático, excluído de qualquer subjetividade dos trabalhadores e trabalhadoras, redescobrem-se, atualmente, segundo Duc, Schwartz e Durrive, “[...] nesse trabalho a presença de alguém enigmático” (2007, p.191). Nesse sentido, podemos entender que esse “sujeito”, esse “alguém enigmático”, é corpo-si.

O corpo-si é uma nomenclatura criada pelos ergologistas que afirmam que o corpo-si vive gerenciando as infidelidades do meio, fazendo alusão às reflexões de Canguilhem (2015). Assim, “[...] o corpo-si é árbitro no mais íntimo da atividade, não é um simples sujeito delimitado, definido, mas uma entidade enigmática que resiste às tentativas de ser objetivado” (DUC; SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p.199).

Se fosse o contrário, se ele vivesse executando normas, seria algo tragicamente patológico. Nessa perspectiva de transgressões, de renormalizações do meio, Duc, Schwartz, Durrive nos ensinam que “[...] a vida é sempre tentativa de criar-se parcialmente, talvez com dificuldade, mas ainda assim, como *centro em um meio* e não como algo *produzido* por um meio” (2007, p.192). Dessa forma, concluímos que o corpo-si é levado por:

Um apelo a “uso”, não somente a uma execução. A pura execução seria “invivível”. Como as coisas nunca se dão exatamente desse jeito, então o sujeito pode viver, ou seja, tentar recentrar (mesmo no infinitesimal) o meio em torno daquilo que são as próprias normas. É preciso que ele escolha, visto que as imposições ou as instruções

são insuficientes! Então, é necessário que ele faça escolhas. É necessário que ele atribua a si próprio leis para dar conta do que falta (DUC; SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p.192).

Dessa maneira, o corpo-si vai “dando conta do que falta”, pois ele, como pessoa singular, tem sua forma própria de driblar as inconsistências do meio, para preencher as lacunas provocadas pelas normas antecedentes, estas criadas, em grande parte, alheias à atividade de trabalho. Tendo em vista o exposto, podemos dizer que o corpo-si lança mão de sua bagagem histórica e de suas experiências vividas, não somente no posto de trabalho, mas no exercício da atividade humana.

As normas não têm capacidade de prever ou antecipar todas as ações no posto de trabalho, destarte, Schwartz (2007) esclarece que trabalhar é arriscar-se sempre, é fazer “uso de si” para resolver as mais inusitadas situações que acontecem no ambiente de trabalho. Essa aventura de arriscar-se, fazer escolhas e tentativas é uma dramática, pois toda atividade de trabalho é sempre o fazer uso de uma maneira dual, porque, ao mesmo tempo em que há simplicidade, também há complicações, as quais necessitamos do uso de si “por si” e “pelos outros”. Essa vivência, com tantos extremos no trabalho, o torna frágil e, simultaneamente, complexo. As dramáticas podem ter durações diferentes, sendo originárias de situações pessoais ou profissionais, enfim, provenientes de acontecimentos diários sistemáticos ou aleatórios.

Dessa forma, o vínculo constante do uso de si pelos outros e o uso de si por si, deve estar presente, porque há sempre questões para resolver, vida para viver, e essa postura é a do corpo-si naquele ambiente, estabelecendo suas normas ancoradas em sua cadeia de valores. Em vista disso,

[...] essa dramática do uso de si é revivida permanentemente, porque o uso de si pelos outros é talvez em certo momento mais forte, mais determinado, mais marcadamente prescrito, e em momento, pode se desvanecer! Então, a sua própria responsabilidade, teria dito Sartre, torna-se importante, o que é por vezes angustiante, *porque é preciso escolher*, escolhendo como reagir (DUC; SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p.197).

Ainda segundo os autores, sempre haverá dramáticas, pois situações de rotina quase não existem; porque sempre haverá a pergunta: qual é a minha situação e como uso o meu próprio si e o uso por si pelos outros nessa tensão, constantemente, no posto de trabalho? Para que o uso de si efetive, realmente, renormalizações, o que seria necessário? Competência ou a escolha do melhor momento?

2.1.2 - Uso de si e a competência

Na antiguidade grega, especialmente na era sofística, havia um deus mitológico chamado Kairós. Conta a mitologia que esse deus estava diretamente ligado ao sucesso ou ao insucesso de uma pessoa. Segundo Cassin (2005) a palavra Kairós é de difícil tradução, pois Kairós “[...] é como o instante zen do arco-e-flecha, o momento de abertura dos possíveis: o da ‘crise’ para o médico, isto é, da decisão entre a cura ou a morte, o da seta lançada para o arqueiro pindárico⁹ ou trágico, entre o acerto e o erro” (CASSIN, 2005, p.105).

Face ao exposto, entendemos que esse instante do “arco-e-flecha” é para Schwartz a dramática do uso de si, é o momento no qual o trabalhador ou a trabalhadora deve escolher como agir.

O Kairós é autotélico, uma vez que ele possui, em si, o começo e o fim. Caso haja demora, ele se vai e não volta, porque depois é outro momento, outro instante, outra situação. Então, após a reflexão, perguntamos: o que é necessário para o uso de si? O proveito da passagem do Kairós ou é necessário estar fundamentado por algum atributo pessoal? Poderíamos dizer que seria necessária a competência, pois, sem ela, como distinguir a chegada do Kairós?

Para responder a essas questões, é preciso elucidar o que significa “competência”. Schwartz (2007c) explica que competência é um termo complicado, e que a sua utilização apresenta uma provocação, pois é preciso determinar as coisas se houver possibilidade. De acordo com Schwartz: “[...] a noção de competência nos sugere abrir amplamente a investigação acerca do que é requerido no trabalho, para compreender o que faz uma pessoa. “É difícil dizer alguma coisa das competências sem trair o que elas são: antes de tudo, um ‘agir’ aqui e agora.” (2007c, p. 207). Assim sendo, o autor sugere que existem “três elementos na noção de competência, [porém] os mesmos são difíceis de [se] vincularem”:

1 — Existe algo que tem a ver com a apropriação de certo número de normas antecedentes ou de elementos do “registro Um”. Dito de outra forma, algo do âmbito do relativamente codificado, do relativamente transmissível, do relativamente bem conceitualizado e que evidentemente estrutura, enquadra fortemente toda situação de trabalho [...];

2 — Há um elemento diferente que é, ao contrário, o domínio relativo àquilo que uma situação pode ter de histórico e de incessantemente (parcialmente, mas incessantemente) inédito, o que, evidentemente, é algo inteiramente diferente [...];

⁹ - Pindárico — adjetivo relativo a Píndaro, poeta lírico grego (séc. VI-V a.C.) (OLANDA, 1972, p. 1087).

3 — Existe ainda um terceiro elemento, dado que nesta situação, justamente, cada um é remetido a gerir o inédito: a pessoa é remetida a si própria, e, portanto, remetida a escolhas. Uma dimensão de valores, incontornável, vem cruzar ou se intercalar, ou se articular com as duas primeiras dimensões: este terceiro elemento é, conseqüentemente, de uma natureza absolutamente diferente”(SCHWARTZ, 2007c, p. 208).

Figura 4 Esquema: Os seis ingredientes da competência (esquema de Durrive)

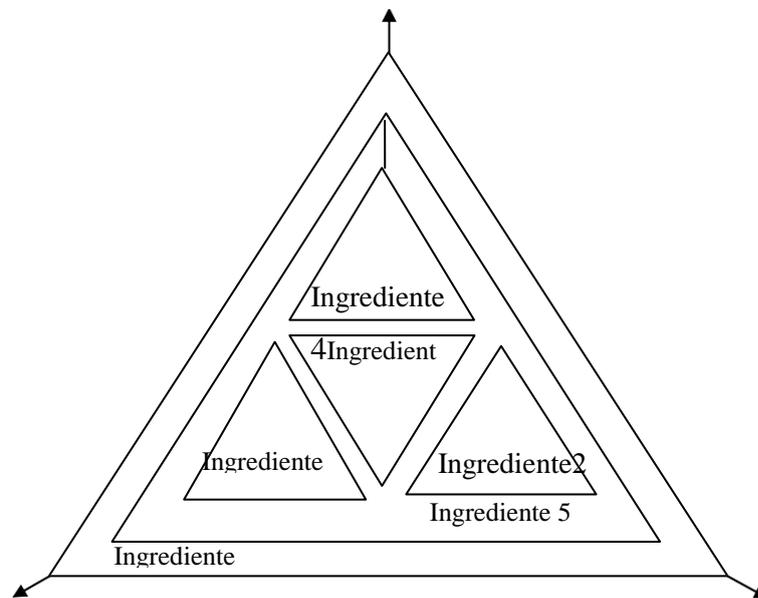


FIGURA 4 - Esquema: Os seis ingredientes da competência (esquema de Durrive)

Fonte: SCHWARTZ (2007).

A definição operacional das competências, principalmente nas dimensões da experiência humana, não é heterogênea e nem pode ser comparada. Assim, para melhor compreensão da heterogeneidade das competências, Schwartz (2007, p.209) chama de “ingredientes” os elementos da competência que se combinam. Dessa forma, ele mostra que, na mistura, é necessário um pouco de cada. Schwartz (2007) utilizou o esquema elaborado por Louis Durrive, e demonstrado neste estudo na Figura 4.

O primeiro ingrediente da competência está representado pelo triângulo da esquerda, que significa os protocolos que são dominados pelas pessoas no ambiente de trabalho. O segundo ingrediente da competência, representado pelo triângulo da direita, refere-se à capacidade das pessoas de incorporarem sua história no posto de trabalho e à capacidade de

anteciparem-se. Aqui, o corpo-si torna-se muito importante, porque é a forma do “agir” em competência.

O terceiro ingrediente da competência está personificado no triângulo inverso ao centro da Figura 3. Ele diz respeito ao ingrediente da sinergia que articula os dois primeiros ingredientes, ou seja, esse ingrediente une o protocolo com a capacidade única da pessoa para agir em cada momento necessário no trabalho.

O quarto ingrediente da competência representado no esquema é o triângulo acima dos outros três. Ele está ligado à motivação e é diretamente alusivo às relações entre o trabalhador e o meio, que sempre exigência de agir. Nesse seguimento, encontramos os debates de valores e de normas. Segundo Schwartz,

[...] toda atividade de trabalho é uma espécie de dramáticas, uma arbitragem permanente, entre o uso de si “por si mesmo” e o “uso de si pelos outros” [...] e que tudo efetivamente depende do agir em competência, que é muito profundamente determinado por aquilo que pode *valer* para a pessoa (SCHWARTZ, 2007, p.215).

Assim, compreendemos que o quarto ingrediente da competência tem a delicada função de avaliação; e essa função é difícil, pois avaliar competências, de certa forma, é como avaliar a si próprio, completa Schwartz (2007).

Sendo assim, os trabalhadores vão em busca dos seus saberes (**ingrediente 1**), em uma situação única (**ingrediente 2**) e, logo em seguida, tentam resolver a situação (**ingrediente 3**), e, finalmente, simbolizam (**ingrediente 4**) a vivência das dramáticas das normas. Assim sendo, Schwartz concluí que “[...] a partir do momento em que um meio tem valor para você, todos os ingredientes da competência podem ser potencializados e desenvolvidos” (2007, p. 220).

O **quinto ingrediente** da competência engloba todos os anteriores. Ele representa o “por sinergia”, assim dizendo, a intensificação do potencial da pessoa. Dessa forma, ele expressa a atitude do trabalhador e da trabalhadora em situações complicadas no posto de trabalho.

Finalmente, o **sexto ingrediente** da competência configura-se na capacidade do trabalho em equipe, por isso ele vem representado no triângulo maior que envolve os outros cinco ingredientes. Ele é fundamental, porque, quando esse ingrediente está presente, significa que a pessoa respeita as diversidades e os saberes que os outros carregam; e, também, reconhece que, em um trabalho em grupo, todos os saberes são necessários para aquela tarefa ser executada.

Enfim, diante disso, podemos compreender que o uso de si no trabalho é sempre tentar colocar em jogo os ingredientes da competência, pois “a abordagem das dramáticas do uso de

si é uma questão de competência”(SCHWARTZ, 2007, p.222). Em outras palavras, é distinguir o que há de esplendoroso em toda atividade, principalmente na atividade de trabalho.

2.2 - Experiência: um conceito filosófico.

“Não há conceito simples. Todo conceito tem componentes, e se define por eles. Tem, portanto, uma cifra. Todo conceito, tem contornos sem regularidade, e é sempre definido pela cifra de seus componentes” (DELEUZE; GUATTARI,1992, p.27). Seguindo nessa esteira de raciocínios, Deleuze e Guattari explicam, ainda, que, “[...] desde a antiguidade de Platão, até Bergson na contemporaneidade, o conceito tem ideia de articulação e é considerado um todo, porque consome suas partes, mas é fragmentário” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p.27). É fragmentário, porque é formado por partes, porque o conceito desliza no tempo, dado que a ordem das coisas muda, do mesmo modo que a natureza dos conceitos, ou que os problemas aos quais eles respondem mudam.

Os conceitos surgem para resolverem problemas e delimitam a realidade. Eles não nascem por acaso, mas são bem elaborados e devem ser bem argumentados. Geralmente, eles nascem de conceitos já existentes e se formam por componentes que vão sendo adicionados ou subtraídos, conforme a necessidade.

O vocábulo experiência, por sua vez, é um conceito difícil de ser estabelecido. Contudo, tentaremos conceituá-lo para compreender a experiência no âmbito do trabalho. Toda experiência de trabalho é encontro: “[...] confrontação de um ser vivo às normas e valores antecedentes numa situação histórica sempre singular” (CUNHA.2007, p.3). E, na construção de um conceito, Petrus (2017), em sua tese, afirma que Schwartz classificou os conceitos em campos epistêmicos, agrupados conforme suas epistemicidades, assim elencados:

a) Epistemicidade 1: refere-se ao conjunto de conceitos, leis ou modelos que emergem no campo epistêmico, os quais produzem seus conhecimentos visando objetos que não são atravessados pelo debate de normas, ou seja, sem atividade. Por exemplo: a lei da queda dos corpos, os princípios da inércia e da gravidade, o conceito de calor específico, o DNA etc. São conceitos produzidos em desaderência, ou seja, são absolutos e apresentam-se válidos em qualquer momento e/ou lugar, são conceitos que integram as normas antecedentes, por meio das técnicas materiais, das instalações industriais no âmbito da vida social.

b) Epistemicidade 2: relaciona-se às normas da vida social que se apresentam cristalizadas em conceitos, leis, regulamentos e procedimentos (como o sistema

jurídico, as regras do urbanismo, de segurança, os contratos de trabalho e os organogramas etc.). São conceitos que são parte das normas antecedentes, mas que produzem seus conhecimentos visando objetos com atividade, portanto reconhecem o debate de normas. Por exemplo, a legislação trabalhista faz parte das normas antecedentes (prescritas), mas apresenta margens de reconhecimento dos debates que se colocam entre o homem e o meio no exercício do trabalho.

c) Epistemicidade 3: agrupa conceitos característicos do campo das disciplinas humanas e sociais. São conceitos científicos desenvolvidos em busca de conhecer os fenômenos humanos, mas que não raras vezes servem para instrumentalizar e legitimar normas que se situam no nível da epistemicidade 2, bases para propor uma certa padronização. Nesse sentido, Schwartz chama a atenção para o fato de que o pressuposto aí implícito de modelização possível dos comportamentos humanos enquadra-se como um uso “não saudável”, usurpador. O autor apresenta três exemplos neste contexto: os modelos de competência que tendem a neutralizar ou subdimensionar a dimensão histórica da atividade humana, a experiência, os saberes investidos, o debate de valores e as normas que atravessam o trabalho; os modelos de gestão baseado sem teorias de motivação; e teorias econômicas baseadas na noção de *homo economicus*, que seriam conceitos de uso “usurpador”, ou seja, retiram o aspecto dramático de toda a atividade humana.

d) Epistemicidade 3.1: refere-se às conceitualizações que não objetivam descrever, nem padronizar, nem ler o futuro das atividades humanas, somente a partir das normas antecedentes. Proposta que pensa ser impossível modelizar, antecipar, explicar de forma satisfatória a alteratividade embasada em hipóteses gerais e anteriores à situação, exigindo que a elaboração dos conceitos seja produzida de forma situada no momento em si da aprendizagem, interpelando as categorizações predefinidas, numa postura de desconforto intelectual permanente, considerando o debate de normas e as ressingularizações que se inscrevem nas atividades humanas. (PETRUS, 2017, p.55)

Nisto consiste o cerne do Dispositivo Dinâmico de Três Polos (DD3P), no qual a construção dos conceitos propostos pela disciplina ergológica (debates de normas, renormalização, Entidade Coletiva Relativamente Pertinente (ECRP) uso de si, corpo-si, etc.) se estrutura, a partir de definições contextualizadas, sem a pretensão de se tornarem referências definitivas; mas permitindo a proposição de uma reflexão e o aprendizado constante sobre as facetas que articulam e permeiam a vida humana.

Sendo assim, a partir do momento em que houver a formulação do conceito de experiência, hipoteticamente, poderemos compreender como a operária constrói a sua experiência na atividade de trabalho na olaria.

Desse modo, as buscas sobre a conceitualização da experiência foram iniciadas em livros que tratam sobre a Grécia antiga. Estudamos, especificamente, o livro *A metafísica*, escrito por Aristóteles, no qual o autor aborda a forma como a experiência deriva-se da memória, das recordações repetidas, que podem produzir o efeito em única experiência. Assim, segundo o autor, a experiência quase se parece com a ciência e a arte. “Na realidade, porém, a ciência e a

arte vêm aos homens por intermédio da experiência, porque a experiência, como afirma Polos,¹⁰ e bem, criou a arte, e a inexperiência, o acaso” (ARISTÓTELES, 1973, p.211).

Aristóteles (1973), ainda, afirma que a experiência necessita de inteligência e do conhecimento para florescer. Ele, igualmente, assegura que, para se ter conhecimento, o caminho a ser percorrido é a razão, considerada o melhor de todos os sentidos, que nos difere de outros animais, uma vez que eles têm sensações, mas não vivem da “arte de raciocínios”.

Assim, percebe-se que Aristóteles (1973) valorizava o conhecimento pelos sentidos, ou seja, o conhecimento experienciado. A principal fonte de seus conhecimentos, por sua vez, era oriunda das observações do entorno de seu mundo. Aristóteles (1973) concluiu que havia seis graus para o conhecimento, a saber: sensação, percepção, imaginação, memória, raciocínio e intuição. Nessa acepção, o conhecimento se forma com informações vindas dos graus citados, ou seja, depende exclusivamente da percepção do sujeito. Entre esses graus de conhecimentos não há separação, um é continuação do outro, com exceção da intuição, que é puramente intelectual. Em vista disso, Hessen analisa o trabalho de Aristóteles da seguinte maneira:

As ideias não constituem mais um mundo pairando no vazio, não se encontram acima das coisas mas nelas, são as formas essenciais das coisas. Elas nos apresentam o núcleo essencial e racional das coisas, que as propriedades empíricas envolvem como uma membrana. A partir desse pressuposto metafísico, Aristóteles procura dar solução ao problema do conhecimento. Se as ideias estão postas nas coisas empíricas, não faz mais sentido falar numa visão pré-terrena das ideias no sentido platônico. Muito pelo contrário, a experiência ganha, agora, uma importância fundamental. Ela se torna o fundamento de todo conhecimento. Por meio dos sentidos, recebemos imagens perceptivas dos objetos concretos. Nessa imagem sensível está contida a ideia, a essência universal das coisas. (HESSEN, 2000, p.44-45)

Dessa forma, entendemos que, para Aristóteles (1973), ao se obter as imagens pelos sentidos e as perspectivas concretas dos objetos, a essência geral deles também vêm, e, a partir disso, seria necessário, somente, extraí-la usando a razão. Aristóteles (1973) considera que a razão age como a luz, fazendo surgir a ideia da coisa, e, assim, se realiza o conhecimento. Podemos deduzir que, para Aristóteles (1973), a formação da unidade procedente da memória das percepções do mesmo objeto traduz exatamente o exercício da habilidade de aprendizagem, com início nas percepções sensoriais.

Diferentemente de Aristóteles, Immanuel Kant, filósofo alemão do início do século XVIII, que herdou boa parte de sua teoria do conhecimento a partir do racionalismo e do

¹⁰ - Polo — Discípulo do sofista Gógeas.

empirismo inglês, pensa a experiência por outro prisma. Kant teve várias obras publicadas, sendo a mais conhecida o ensaio denominado “Crítica da razão pura”. Nele, Kant desenvolveu seu pensamento sobre o conceito de experiência e, já no princípio desta obra, afirma que “[...] todo conhecimento começa com a *experiência*, mas nem por isso se origina todo ele justamente *da* experiência”¹¹ (KANT, 1974, p.23). Segundo o autor, os conhecimentos que derivam da experiência são os chamados *a posteriori*, enquanto os conhecimentos *a priori* são aqueles provenientes de fontes da experiência, como exemplifica: “[...] se alguém solapar as fundações de sua casa, você saberá a priori que ela irá desmoronar, [ou seja,], não precisará esperar ela cair para saber” (KANT, 1974, p.27).

Dessa forma, o método de Kant chamado *a priori* é parte de um sistema de investigação, o qual ele denominou de transcendental. Ou seja, trata-se de uma filosofia transcendental criada por ele com o intuito de romper com as investigações filosóficas pautadas na, até então, tradicional metafísica. Para o autor, a metafísica não passou de uma utopia que tentava investigar o mundo como ele deveria ser para conhecê-lo. Então, Kant passou a investigar a razão e seus limites. Nesse contexto, ele aponta que o racionalismo de Aristóteles e o empirismo de Descartes, foram displicentes no que diz respeito à autêntica problemática incrustada na distinção entre as duas faculdades do sujeito: a sensibilidade e o entendimento.

Desse modo, Kant, na primeira “Crítica”, define a sensibilidade como a “[...] capacidade (receptividade) de obter representações mediante o modo como somos afetados por objetos”. É, tão somente, por meio da sensibilidade que surgem as intuições e as impressões sensíveis. Kant preocupa-se com o entendimento, que é o modo como os objetos são pensados e deles se originam os conceitos. Porém, esses conhecimentos representam uma “verdade” que se expressa *a priori* e implica “[...] as relações das percepções em toda experiência”. O conhecimento, portanto, é uma unidade sintética que representa a “[...] forma de uma experiência em geral”.

De acordo com o autor, a fonte de toda a verdade está no apriorismo transcendental. É nele que encontramos o princípio da possibilidade da experiência. O transcendental só ganha validade se reportado a um objeto (da experiência), ele é “forma”, “síntese” e, “universalismo”. Percebemos que Kant não procura uma solução lógica para conferir realidade aos conceitos, para ele é a intuição (sensível) que dá fundamento real ao conceito. Por isso, Kant afirma que é problemático um conceito que não contenha contradição, pois a

¹¹ - Grifo do autor.

solução lógica é dogmática; e, mesmo os princípios transcendentais, necessitam de uma crítica, o que Kant denomina de “dialética”, para delimitar a “aparência transcendental”.

O transcendente é quando ultrapassamos os limites da experiência e ele se avizinha à aparência. Nesse contexto, a dialética transcendental deverá contentar-se em descobrir a aparência de juízos transcendentais, evitando, ao mesmo tempo, que essa aparência a engane. O campo transcendental corresponde à totalidade absoluta da síntese das condições e só termina no absolutamente incondicionado.

2.3 - Experiência: o olhar de John Dewey.

A experiência é um conceito que está presente em diversos trabalhos de John Dewey, sendo alguns deles: *Experiência e Natureza* (1985), *A arte como experiência* (1985), *Experiência e Educação* (2010). Além da noção de experiência, o autor também trata, nas obras citadas, do pragmatismo instrumentalista, que caracteriza seu pensamento em uma ação prática. Adepto ao naturalismo, o pensamento ético-epistemológico, educacional e político de Dewey se fundamentava no conceito de experiência, baseando-se nas ideias naturalistas de Charles Darwin.

Para tratar a relação pensamento/ação, sujeito/objeto, John Dewey ampara-se na dialética de Hegel, e agrega a tudo isto ao próprio contexto no qual viveu. Podemos dizer que seu pensamento foi estratificado por várias fontes de conhecimento, o que contribuiu para a formação de base sólida para o desenvolvimento de suas teorias. Dessa maneira, nos próximos itens será explicitada a teoria experiencial de John Dewey.

2.3.1 John Dewey

John Dewey (1859-1952), filósofo norte-americano, com formação em filosofia, psicologia e pedagogia, contribuiu muito para a educação mundial e influenciou, e ainda influencia, educadores de várias disciplinas ao redor do mundo.

John Dewey propunha que a criança deveria ser educada como um todo. Essa ideia agradou muitas pessoas, visto que, no momento histórico no qual ele viveu, nos Estados Unidos, imperava a democracia, apoiada por ele no campo político e, também, no âmbito escolar.

A pedagogia de Dewey objetiva propiciar à criança melhor desenvolvimento, uma vez que a ela deve efetuar tarefas associadas aos conteúdos aprendidos e, com isto, pode-se estimular sua criatividade e raciocínios reflexivos. Dewey praticava uma filosofia que unia prática e teoria: a filosofia pragmática.

A filosofia pragmática é a ação filosófica que acontece por meio da experiência. Esse ramo da filosofia trabalha com o sentido prático de elementos da verdade. Dewey tornou-se a principal figura do pragmatismo no século XX. Ele vivenciou duas guerras mundiais, que transformaram a paisagem política do mundo contemporâneo.

Essa vivência em épocas tão conflituosas, fê-lo se preocupar com questões relacionadas à democracia, além de influenciar significativamente o seu modo de pensar. Após graduar-se na Universidade de Vermont, Dewey trabalhou como professor secundarista no estado da Pensilvânia, e, pouco tempo, depois iniciou o curso de pós-graduação em filosofia na recém-inaugurada Universidade John Hopkins, por volta de 1880. Nesta universidade, ele se inseriu em um círculo intelectual que incluía professores como Charles Peirce e George Sylvester Morris, principais membros do departamento de filosofia, que se dedicavam à divulgação do idealismo alemão¹² em sua versão hegeliana.

James McKeen Cattell tornou-se célebre por suas contribuições na área de testes antropométricos, e G. Stanley Hall, aluno de William James, foi um dos mais importantes professores de psicologia no início do século XX.

Além disso, Dewey teve a oportunidade de cursar as disciplinas de lógica científica ministradas por Peirce, curso que, por sinal, foi praticamente a única atividade docente de Peirce. Em 1884, Dewey foi convidado para lecionar na Universidade de Michigan. Era o início de uma carreira profissional que incluiria uma breve passagem, de apenas um ano, pela Universidade de Minnesota. Em seguida, Dewey dedicou-se, por aproximadamente dez anos, em trabalhar na Universidade de Chicago, onde conviveu com nomes importantes da Escola de Chicago, tais como James H. Tufts, James R. Angell e George Herbert Mead.

A esse propósito, William James (2002) reconheceu em Dewey, e na chamada Escola de Chicago, uma das mais importantes vertentes da, então, nascente filosofia americana. Mas, devido aos constantes desentendimentos com o reitor dessa universidade, Dewey acabou

¹² - Para compreender o idealismo alemão, deve-se levar em consideração outras orientações filosóficas e culturais essenciais, tais como o empirismo britânico de John Locke, o racionalismo do holandês Espinoza, o Iluminismo francês etc. Torna-se, então, claro que o idealismo “alemão” foi e é um momento essencial do desenvolvimento cultural da Europa, unitário em sua diversidade. Filósofos mais expressivos: Kant, Fichte, Shelling e Hegel; filósofos da filosofia alemã. Para saber mais sobre filosofia alemã, consultar: <<https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema>>.

transferindo-se para a Universidade de Columbia, onde trabalhou por mais 35 anos até sua aposentadoria em 1939.

Dewey concebeu sua filosofia sob o impacto das teorias evolucionárias do século XIX, mais particularmente, o darwinismo. O enfoque naturalista do pensamento do autor encontrou ressonância, primeiramente, na obra de William James, *Princípios de psicologia*, acentuadamente darwinista, sendo esta a obra que mais o impressionou e influenciou.

Dewey elaborou um pensamento inovador em relação ao conhecimento produzido na filosofia tradicional, originada dos trabalhos de Descartes a Kant. Sua vida se passou em um momento em que a ciência era muito discutida no meio acadêmico. Seu pensamento recebeu influência de várias teorias do conhecimento, como o naturalismo, o pragmatismo de Peirce e William James, a democracia social, a ciência, a estética e a educação.

Nesse terreno tão fértil de conhecimentos, Dewey passou a fazer severas críticas às dualidades apresentadas pela filosofia tradicional, as quais ele passou a chamar de “falsos problemas”. O autor refuta a ideia de que a consciência é somente contemplação, já que, para John Dewey, “[...] o pensamento reflexivo é produto natural, histórico e social” (DEWEY, 1985, p.5). Dewey reconhece, ainda, que “[...] o pensamento é uma fase indispensável da ação, quando esta é complexa e progressiva”(1985, p.VII).

Assim sendo, ele se orientou pela perspectiva naturalista, sendo que sua explicação para a experiência vem da ciência, e não da interpelação da metafísica, como realizado por Aristóteles, ou da visão dualista de Descartes, ou mesmo de Kant e a filosofia transcendental. Em seus textos, os quais fundamentam esta tese, *Experiência e Natureza* (1985), *A arte como experiência* (1985), *Experiência e Educação* (2010), Dewey expõe uma filosofia naturalista empírica, influenciada por Charles Darwin. Assim sendo, o autor encontrou na teoria de Darwin e em seu princípio biológico a síntese para resolver os problemas do dualismo que sempre o inquietaram, desde o início de sua vida acadêmica, tais como corpo/alma, natureza/Deus e outros mais.

Essa síntese se aclarou em sua mente após ele conhecer o sistema espiral de Hegel¹³ e o pragmatismo de Peirce e James William, o qual ele adaptou para o pragmatismo instrumentalista.

Com esse corolário acadêmico, só lhe restava romper com a filosofia clássica, porque,

¹³ - Hegel criou um sistema chamado dialética, que é um processo espiral sobre o conhecimento. Nesse modelo, parte-se de uma ideia base, que é chamada de tese, que é contrariada por outra ideia, chamada de antítese, e chega-se a uma conclusão, chamada de síntese, que passa a ser uma nova tese. Por isso, há uma espiral, algo que não tem fim, mas que consiste em uma evolução de ideia.

até então, mente e natureza eram separadas. Ou seja, compreendia-se a consciência humana de um lado, e a natureza, como algo mecânico, de outro lado. Não obstante, para Dewey, essa concepção não poderia ter êxito, pois, para ele, todos os componentes biológicos da natureza interagem, isto porque, em seu pensamento, todos os corpos contribuem uns com os outros de forma experiencial. Assim sendo, Dewey elabora uma teoria diferente, ou seja, um pragmatismo próprio, mais humanista, que busca valorizar todos os corpos da natureza.

2.3.2 - Pragmatismo: origem e vertente deweyana

O vocábulo “pragmatismo”, na língua portuguesa, originou-se diretamente do latim *pragmaticus*, que, por sua vez, se originou da palavra grega *pragmatikos*, que significa “versado em negócios” e que tem raiz nos termos *pragma* (“negócios”, “feito” ou “atos civis”) e *prassein* (“fazer”, “agir” ou “realizar”).

O termo pragmatismo foi “[...] introduzido na filosofia em 1898 por um relatório de William James para a *Califórnia Union*,¹⁴ em que ele se referia à doutrina exposta por Charles Peirce num ensaio do ano 1878, intitulado ‘Como tornar claras as nossas ideias’ (ABBAGNANO, 2007, p.999). Este ensaio foi o embrião do pragmatismo formulado por Peirce. Por meio dele, o autor demonstrou seu método e afirmou que não pretendia criar uma filosofia metafísica ou uma nova teoria da verdade, porém pretendia estabelecer uma “técnica auxiliar” que pudesse contribuir para o entendimento de problemas tanto de ordem científica como de origem filosófica.

Assim sendo, podemos notar em sua obra a sua perspectiva crítica quanto à metafísica. O autor afirma, ainda, que o pragmatismo poderia restaurar a filosofia convencional, para que esta adotasse conceitos mais claros e objetivos, uma vez que muitos conceitos metafísicos, em sua visão, eram obscuros. Nesse sentido, ele dizia que: “[...] eu desejaria que os lógicos fossem um pouco mais claros na sua definição” (PEIRCE, 1838, p.2). Essa é uma das críticas de Peirce aos filósofos da lógica e, dessa forma, julgava a todos que não expressavam claramente suas ideias.

Outra forma de transparência, segundo Peirce, seria examinar as consequências futuras possíveis de um conceito antes de sua delimitação, o que ele chamou de “consequências

¹⁴ - California Union, atual Union University of California, na Califórnia, Estados Unidos da América do Norte.

práticas”, criando, assim, um elo entre pensamento e ação. Na década de lançamento de seu ensaio, *Como tornar claras as nossas ideias*, Charles Peirce, William James, John Dewey e outros pensadores se reuniam para discutir sobre a filosofia. Nessas conferências, o pragmatismo era o principal ponto de discussão e assim se dava o afastamento da metafísica, a rejeição ao nominalismo¹⁵ e a proximidade com o realismo.

Os encontros realizados entre os filósofos tinham como objetivo demonstrar como quase todas as proposições da metafísica ontológica são sem sentido ou, manifestadamente, absurdas. Charles Sanders Peirce, William James e John Dewey possuíam muitas ideias convergentes, mas, apesar da proximidade entre os três, cada um tinha uma ótica própria para o pragmatismo.

John Dewey denominou seu pensamento de pragmatismo “instrumentalista”, que o diferenciava do pragmatismo de Peirce e de William James, dos quais o autor herdou suas ideias pragmáticas. Dewey foi membro da tradição pragmática americana e recebeu de Peirce o realismo científico, na medida em que defendia uma posição profundamente anticartesiana e inimiga do fundacionismo¹⁶. Assim, no realismo, Dewey acompanhava o pensamento de Peirce, no que diz respeito ao entendimento do real, porém acreditava que “[...] seu pragmatismo era por demais restrito” (DEWEY, 1985, p.23).

Com relação a William James, John Dewey concordava com a compreensão do primeiro de que a teoria tradicional sobre a verdade não era a ideal, mas, por outro lado, não concordava com a sua visão subjetiva do problema da verdade e sua justificação da crença religiosa.

Por fim, com a pretensão de ampliar o campo de ação do pragmatismo e aliado às fortes críticas às filosofias especulativas, às dualidades da matéria/espírito, à consciência contemplativa e aos falsos problemas, Dewey resolveu trabalhar sozinho, para conceber o pragmatismo instrumentalista, ou funcionalista. Este por sua vez, parte da compreensão de que:

O conhecimento não é mais do que atividade dirigida e parte funcional da experiência. O pensamento não tem fim em si mesmo, é uma fase da vida, um acontecimento que se produz num ser vivo, em certas condições configuradoras de uma situação de conflito para o homem. O pensamento seria o esforço para

¹⁵ - Uma das principais tendências filosóficas da Idade Média, o nominalismo, contrário ao realismo e ao conceitualismo, rejeitou o pensamento alcançado por abstrações e abriu caminho para o espírito de observação e a vulgarização da pesquisa indutiva.

¹⁶ - O termo fundacionismo designa, no âmbito da filosofia, uma perspectiva sobre a justificação do conhecimento segundo a qual todas as crenças se apoiam num número reduzido de crenças básicas. Essas crenças básicas constituem, dessa forma, o fundamento de todo o conhecimento.

reconstruir a atividade do indivíduo e colocá-lo em condições de se adaptar à nova situação (DEWEY, 1985, p. 8).

Assim, com seu instrumentalismo, Dewey buscou acabar com as dicotomias existentes na filosofia tradicional e, também, na pedagogia convencional, que formava de um lado homens com pensamentos contemplativos, e, do outro lado, homens com pensamentos abstratos. O autor não entendia que deveria haver subordinação de nenhum polo ao outro, mas, ao contrário, desejava que entendessem que o pensamento é uma etapa substancial da ação. Ou seja, o pragmatismo instrumentalista reabilita o pensamento. Nessa compreensão, o ser humano empenhou-se para envolver-se com o meio, objetivando preservar sua sobrevivência. Diante do exposto, propomos, nesta tese, analisar como Dewey elaborou sua teoria naturalista do pensamento e o conceito de experiência, conforme abordado no tópico seguinte.

2.3.3 - Conceito de experiência e natureza em John Dewey

O conceito de experiência, vindo da filosofia convencional, na acepção de John Dewey, sofreu uma profunda e radical reconstrução, devido à forte influência do pragmatismo instrumentalista e do darwinismo, tão discutido em sua época. Dewey esforçou-se para reavaliar as questões anteriormente discutidas sobre os “falsos problemas” da filosofia tradicional, tomando como centro o seu questionamento do conceito de experiência. Em sua perspectiva, experiência significa continuidade, algo vivo, mais sutil e mais radical, enquanto na filosofia convencional a “experiência” é um momento subjetivo, que ocorre no interior desconhecido e silencioso do sujeito (a mente), quando ele recebe as impressões do meio exterior. Nessa compreensão, a experiência, então, torna-se um marco divisório entre o mundo real e a mente.

Dewey (1985) formula o conceito de experiência ao contrário da ideia cartesiana tradicional. Enquanto há dualidade na experiência cartesiana, em Dewey ela é a “[...] a interação do organismo e do meio ambiente, que redundam em alguma adaptação para melhor utilização deste meio ambiente [...]” (DEWEY, 1959b, p.105). Em vista disso, continua Dewey, “[...] a experiência é *da* tanto quanto *em* a natureza. Não é a experiência que é experienciada, e sim a natureza [...]. Coisas interagindo de determinadas maneiras são a experiência; elas são aquilo que é experienciado.” [...]”(DEWEY, 1959b, p. 115). Por meio dessa afirmação de Dewey, podemos entender que o significado da experiência é o encontro

de todos os objetos e entre os objetos permanentes, diz respeito, também, ao relacionamento entre os corpos e a natureza, que absorvem todas as experiências, pois tudo está na natureza.

Dewey alerta que “[...] a própria ciência é evidência de que a experiência é um tipo de ocorrência que penetra a natureza e aí se expande sem limitações” (DEWEY, 1985, p.25). Nesse sentido, ele reitera que “[...] a experiência ocorre continuamente, porque a interação da criatura viva com as condições que a rodeiam está implicada no próprio processo da vida” (DEWEY, 1985b, p.91).

Porém, o autor explica que sempre vivemos em conflitos, somos afetados por emoções diversas, e essas interações emocionais que acontecem podem qualificar ou desqualificar a experiência que se vive no momento. De acordo com a ocorrência dessas interrupções, pode-se ter uma experiência incompleta, tais como aquele livro que ficou pela metade, aquele trabalho que ficou inacabado, enfim, algo que não se terminou. As hesitações e dispersões podem desirmanar os objetos da experiência, dificultando sua finalização. Contrariamente, se o material experienciado segue em curso até sua realização, ter-se-á *uma* experiência, que trará consigo sua própria qualidade individualizadora e sua autossuficiência. Isso é uma experiência! Em vista disso, para Dewey, as reflexões devem partir de um evento vivido, experienciado. Assim é a metafísica naturalista:

[...] no caso da ciência natural, habitualmente tratamos a experiência como ponto de partida, e como método para lidar com a natureza, e como objetivo no qual a natureza é revelada como ela é. Aceitar este fato é ao menos enfraquecer as associações verbais que se impõem no caminho da compreensão da força do método empírico em filosofia (DEWEY, 1985, p.6).

O ponto de partida de toda reflexão, na acepção de Dewey, deve ser a experiência vivida. Esse é o fundamento de sua metafísica naturalista, que defende a ideia de que os fatos, tanto no senso comum quanto no estudo técnico do termo, de alguma forma, são experienciados. Uma metafísica genuinamente empírica, afirma ele, implica que, não importa quão abstrata ou remota sejam nossas especulações filosóficas, precisamos começá-las e finalizá-las na experiência.

Para Dewey, portanto, a experiência é o início e a chegada de qualquer ação, pois esta toma os problemas como ponto de partida e testa as soluções propostas. O empirismo da fase moderna tomava como ponto de partida filosófico abstrações teóricas ou, como Dewey denominou, “produtos reflexivos”. A diferença

[...] é a existente entre aquilo que é experienciado como resultado de um mínimo de reflexão incidental e aquilo que é experienciado em consequência da investigação

reflexiva contínua e dirigida. Pois os produtos derivados e refinados experienciam-se somente por causa da intervenção do pensamento sistemático. Os objetos, tanto da ciência quanto da filosofia, obviamente pertencem principalmente ao sistema secundário e refinado (DEWEY, 1985, p.7).

Porém, seguindo esse raciocínio, Dewey encontra uma divergência entre a filosofia e a ciência, pois as ciências naturais extraem material da experiência primária, mas também retornam a ela para comprovação. Os objetos da experiência primária são grosseiros, macroscópicos e rudes, ou seja, não necessitam de muita ação investigativa, para compreendermos melhor, o autor explica que:

O objeto da experiência primária põe os problemas e fornece os dados iniciais da reflexão que constrói os objetos secundários é evidente; é igualmente óbvio que o teste e a verificação dos últimos só estarão assegurados através do retorno às coisas da experiência bruta ou macroscópica, o sol, terra, plantas e animais da vida comum, diária. (DEWEY, 1985, p.7).

Não obstante, Dewey relata que a substância do pensamento científico ou filosófico não exige a eliminação de escolha, mas sim requer que ela seja menos arbitrária e tenha mais significado. A escolha, quando é exposta seriamente, permite aos outros o poder de restaurar o processo da experiência. Nesse caso, o autor enfatiza que “[...] trata-se de um experimento a ser testado, não de um dispositivo de segurança automático” (DEWEY, 1985, p.9).

Conforme dito, a filosofia naturalista ou filosofia da experiência de Dewey é construída a partir de seus estudos sobre o evolucionismo formulado por Charles Darwin. Fundamentado por esses conhecimentos, Dewey escreve em seu livro *Experiência e Natureza* (1985), que os corpos se adaptam ao meio em que vivem e produzem suas próprias experiências: “[...] neste contexto natureza e experiência convivem harmonicamente juntas” (DEWEY, 1985, p.17).

Dewey faz tal afirmação, porque, segundo ele, os filósofos tradicionais permaneciam sustentando que “[...] a experiência é não apenas algo estranho, acidentalmente superposto à natureza, mas forma um véu ou tela que nos separa da natureza, a menos que possa ser de algum modo transgredida” (DEWEY, 1985, p.24). O autor ressalta, contudo, que experiência e natureza não estão separadas, e a experiência metodicamente apresentam-se a si mesma atingindo a natureza.

A experiência é apresentada por Dewey como uma conexão com a natureza, sendo que essa conexão gera um processo de continuidade e resulta na reprodução da natureza, o que pode ser chamado de atividade. Essas atividades devem existir, pois o universo é um conjunto infinito de elementos que se relacionam de maneira a mais diversa possível, em uma perpétua transformação, modificando-se reciprocamente. Esse agir entre os corpos é a experiência,

segundo Dewey (1985, p.21). Ainda nesse sentido, o autor registra que a experiência não é um conceito “[...] puramente humano, alarga-se à atividade permanente de todos os corpos uns com outros” (DEWEY, 1985, p.21).

Por esse enfoque, podemos entender que Dewey concebe o conhecimento como oriundo de uma epistemologia naturalista, sendo preciso, apenas, reconhecer que ele pode vir de origens biológicas, cognitivas, históricas, sociológicas, enfim, de vários processos, pois a experiência natural pertence ao sujeito interacionista, que reage com o ambiente e com o mundo em geral.

Teixeira (1985) explica que, no mundo físico, as experiências acontecem sem sentido de adaptação, pois “[...] o ferro, por exemplo, não se esforça para continuar ferro: se entrar em contato com a água transforma-se em bióxido de ferro” (TEIXEIRA, 1985, p.113). Já na vida, Teixeira (1985) explica que existem preferências, seleções e adaptações, corpos buscando conservar seu organismo, tratam-se, portanto, de experiências psicofísicas, corpos agindo e reagindo para encontrarem o equilíbrio. Porém, no plano humano, a amplitude é mais alargada, porque acrescenta-se a reflexão, o conhecimento e a reconstrução da experiência.

Diante disso, o autor conclui dizendo que a “[...] experiência é uma fase da natureza, é uma forma de interação, pela qual os dois elementos que nela entram, situação e agente, são modificados” (TEIXEIRA, 1985, p.113). O que o fascina nesse processo é constatar que a experiência se identifica com a natureza, compreensão antes inexistente.

No “velho dualismo” (natureza e experiência), no ponto de vista do racionalismo a natureza era um simples instrumento de análise da experiência. Já na proposta de Dewey, a experiência é um modo de existência da natureza, portanto, “[...] tão real quanto tudo é real” (TEIXEIRA, 1985, p.115).

De acordo com Teixeira, (1985, p.114), conforme citado por Joseph K. Hart, em seu livro *Inside Experience* (1927), a experiência pode ser classificada em três tipos fundamentais. Observamos, então, as classificações de Hart para entendermos melhor a afirmação de Dewey.

1. O primeiro grupo é o das experiências que nós apenas *temos*. Não só não chegamos a *conhecer* seu objeto, como, às vezes, nem sequer *sabemos* que as *temos*. O fato de que elas existem é demonstração de que a experiência é o fenômeno do mundo orgânico e não qualquer coisa que somente o homem possua como instrumento para a sua tentativa de *conhecer* o universo.

A criança que, ao nascer, começa a ter fome, sede, dor, bem-estar, mal-estar, *está tendo* experiências, muito antes de *vira saber* que as *tem* e muito antes de *vira saber* o que elas *são*. Nesse nível, a experiência é nitidamente um fenômeno da natureza, como a chuva, ou o trovão.

2. O segundo tipo constitui-se das experiências que, sendo *refletidas*, chegam ao *conhecimento*, à *apresentação consciente*. Por elas, a natureza ascende a um novo nível que leva ao aparecimento da inteligência: ganha processos de análise, indagação de sua própria realidade, escolhe os meios, seleciona fatores, refaz-se a si mesma. Para o empiricista naturalista, essa elevação de nível não abre nenhum abismo intransponível entre a realidade e o conhecimento, o homem e a natureza, o espírito e a matéria.

3. O terceiro tipo de experiência é o desses vagos anseios do homem por qualquer coisa que ele não sabe o que seja, mas que pressente e adivinha. Objetivamente, essas intimações incertas da realidade ao seu espírito parecem provir ou de falhas nas suas experiências, ou da existência de alguma coisa que aflora, mas está além de sua experiência.

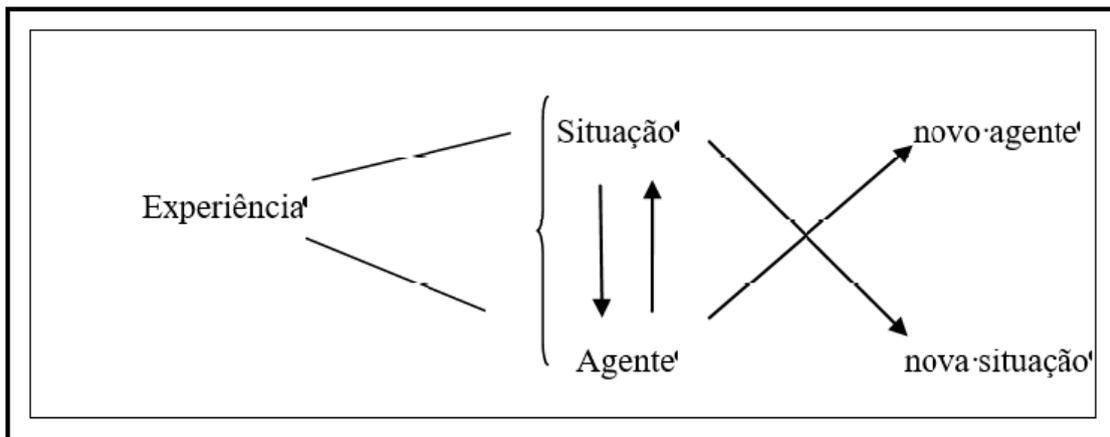
Diante dessa classificação feita por Hart, Teixeira exprime que:

[...] as experiências do segundo e do terceiro grupos, graças à linguagem e à comunicação entre os homens, formam hoje, não as experiências de A, B ou C, mas a *experiência humana*, acumulação muitas vezes secular de tudo que o homem sofreu, conheceu, amou. E essa experiência humana oferece o material e a direção para as nossas experiências atuais (TEIXEIRA, 1985, p.115).

Assim, “[...] quanto mais o homem é experimentado, mais aguda lhe torna a consciência de suas falhas, das contradições e das dificuldades de uma completa inteligência do universo” (TEIXEIRA, 1985, p.115). Essa afirmação de Teixeira (1985) nos faz lembrar da pesquisa de Ivar Oddone ao utilizar a técnica da Instrução ao Sósia com trabalhadores de uma fábrica de automóveis, na qual o objetivo era o trabalhador se passar por um instrutor que repassaria sua tarefa a um sósia. Isso porque, no momento do relato, o trabalhador reviveria sua experiência pessoal e isso poderia trazer à tona possíveis erros que, talvez, no dia a dia ele não percebesse, ou, talvez, até mesmo, descobrisse outra maneira de executar tarefa.

Diante do visto, Teixeira (1985) afirma “que a experiência é uma atividade mútua e uma mútua capacidade de reação no processo de formação da experiência”. (TEIXEIRA, 1985, p.115) De início, a experiência envolve dois fatores: agente e situação, que influenciam-se mutuamente, como representado abaixo no esquema de Dewey sobre o processo da experiência.

Figura 5 Processo da experiência baseado no esquema elaborado por Teixeira (1985)



Fonte: Elaborada pela autora.

A experiência, nesse passo, como afirma Teixeira (1985), é pouco significativa para a vida humana, pois não chega à reflexão consciente. Para atender à vida humana, será necessário chegar ao estágio de percepção, de análise, de pesquisa, para aí conduzir-se ao conhecimento, fazer-se apto a novos casos ou, se necessário, criar experiências. Enfim, vida, experiência e aprendizagem não se podem separar (DEWEY, 1985).

2.3.4 A experiência é uma forma de cognição?

A intenção nesse item é questionar se a experiência é uma forma de cognição, com o intuito de continuar a busca para a resposta da pergunta inicial deste estudo: *como as operárias constroem sua experiência na atividade de trabalho na olaria?* Assim, analisando o capítulo 11 do livro *Democracia e educação* (1979a) de John Dewey, podemos verificar, primeiramente, que “[...] a experiência é, primariamente, uma ação ativo passiva; não é primariamente cognitiva” (DEWEY, 1979a, p. 153). Para exemplificar, o estudioso cita o exemplo de uma criança que põe o dedo no fogo. Para o autor, isso só será experiência se ela assimilar a dor sentida em consequência daquele ato, caso contrário, não será experiência.

Entendemos que, na opinião do autor, ações irrefletidas não levam a nada, ou melhor, conforme o autor, “[...] nada existe daquele desenvolvimento acumulativo, que consiste numa experiência em qualquer dos sentidos vitais deste termo” (DEWEY, 2010, p.53).

Assim, a experiência para ser cognitiva deverá ser cumulativa e conduzir a alguma

coisa, a algum caminho. A cognição provoca mudanças, principalmente de hábitos¹⁷. Com o uso da inteligência e das observações do ambiente, pode-se prever eventos futuros, sabendo que a história está presente no curso da experiência. Desse modo, o princípio do hábito “[...] se torna mais amplo do que a concepção comum de um hábito, como o modo mais ou menos fixo de fazer coisas, embora essa concepção também esteja incluída como um de seus casos especiais”(DEWEY, 2010, p. 35).

A partir da obra de Dewey, entendemos que a experiência se aperfeiçoa devido a sua continuidade, em um processo de interação entre o organismo e o ambiente. Dessa forma, segundo Dewey, “[...] o que ele aprendeu no processo de aquisição de um conhecimento ou habilidade em uma determinada situação, torna-se um instrumento para compreender e lidar com a situação posterior” (DEWEY, 2010, p. 45).

Em vista disso, concluímos que o processo continuará enquanto a vida e a aprendizagem continuarem possibilitando o elo entre sucessivas experiências, que se vão integrando, formando objetos que se relacionam, que dialogam, agregando à experiência valores cognitivo.

2.4 - Dewey e Schwartz: experiência e atividade, interface ergológica.

A ergologia faz uma interface com os conceitos de experiência e atividade de trabalho, pois eles estão presentes na abordagem ergológica de uma forma que nos permite aprofundar nas microdimensões e englobar os critérios subjetivos e objetivos dos trabalhadores na atividade de trabalho.

Para a experiência ser compreendida na perspectiva ergológica, é preciso, antes, que se decifre a atividade humana. A ergologia é o meio possível, pois é uma abordagem pluridisciplinar, que possibilita conhecer as situações dos postos de trabalho para intervir e modificar a atividade humana de quem está trabalhando. E, no caso específico deste estudo, o campo da experiência é o da experiência de trabalho; então, dentre as atividades humanas, nossa investigação recai sobre a atividade de trabalho.

É nesse sentido que Schwartz afirma que a “[...] atividade de trabalho é sempre o lugar, mais ou menos infinitesimalmente, de reapreciação, de julgamentos sobre os procedimentos, os quadros, os objetos do trabalho [...]” (2011c, p.33).

¹⁷ - O hábito é uma predisposição adquirida para modos ou modalidades de reação; significa sensibilidade ou acessibilidade a certas classes de estímulos, predileções e aversões fixas, mais do que meras repetições de atos específicos (DEWEY, 1956, p. 43).

Então, podemos entender que a experiência de trabalho é um produto do trabalho e, assim sendo, a melhor forma para compreendê-la é observando a atividade de trabalho onde ela ocorre. E, lembrando sempre que, conforme alerta Schwartz e Durrive, “[...] na atividade de trabalho, o ser humano sempre estará negociando as normas”(2007, p.70).

Geralmente, essas negociações são tentativas do trabalhador de recompor o seu ambiente de trabalho, de uma maneira como ele deseja que fosse. Yves Schwartz (2007) conclui que essas tentativas são positivas, no entanto, nem sempre os trabalhadores conseguem alcançar seu objetivo. Em meio às tentativas, normas e renormalizações, que se dão no posto de trabalho, onde o trabalhador exerce sua atividade, o conceito de experiência brotará.

A experiência de trabalho envolve saberes que podem transformar o trabalhador, suas normas, seus valores e até sua relação com o mundo, “[...] por meio de uma composição que cada trabalhador faz com seus históricos, considerando seus pontos fortes e suas fraquezas” (SCHWARTZ, 2014, p. 263).

Assim, Schwartz, (2010) em seus estudos, ainda, informa que: “O que nos interessa, na experiência, é algo de relativamente individualizado, por pessoas singulares numa trajetória feita de encontros sociais, técnicos, humanos” (SCHWARTZ, 2010, p.38). Seguindo esse raciocínio, Cunha explica que a experiência são encontros de trabalho, nos quais há confrontações das normas que antecedem o momento do trabalho e

[o] ser vivo ele mesmo histórico, tentando construir seu meio em função do complexo de valores que localmente e singularmente são seus. Ser vivo que coloca a prova e retrabalha as normas antecedentes que são sempre insuficientes para fazer face à situação presente. (CUNHA, 2007, p.3).

A abordagem ergológica não preconiza métodos únicos de análise do trabalho. Ela propõe uma análise sob a ótica das ações humanas, das singularidades, dos aspectos técnicos no posto de trabalho e do trabalhador, tendo como foco a visão deste último. Por isso, essa abordagem será propícia para a resposta ao questionamento do que é a experiência.

Outro ponto importante de interface entre experiência e atividade de trabalho, na ergologia, é a formação, ou seja, a aprendizagem no trabalho, que se constitui, também, como uma das questões desta tese. Ressaltamos que, conforme exposto, tanto Dewey como Schwartz se preocupam com a função formadora da experiência, pois, segundo Schwartz, “[...] há casos que somente a experiência ensina [...]” (2011b, p.25); já Dewey afirma que “[...] a experiência alarga os conhecimentos se ela é reflexiva” (1985, p.91). Dessa forma, reconhecemos mais uma interface entre a ergologia e a experiência.

Relacionamos a ação e a atividade, considerando que, para Dewey, a atividade é uma

ação dos corpos, da qual resulta a experiência, e que, para Schwartz, a atividade também é uma ação, um “[...] movimento, cinética psíquica ou social simples, gasto de energia sem risco particular” (2012, p.4), que os trabalhadores exercem, realizando escolhas e sofrendo dramáticas para efetuarem as renormalizações no posto e do trabalho que lhes é prescrito. Diante disso, concluímos que é pertinente falar de uma interface entre atividade e ação, componentes necessários para que a experiência aconteça.

As interfaces continuam. Em “*experiência é formadora?*”, Schwartz (2010) escreveu sobre o processo de validação dos saberes adquiridos na experiência (V.A.E.)¹⁸. Assim, Dewey e Schwartz concordam que, antes de lidar com a experiência, é preciso resolver o problema da dualidade. Nesse sentido, Schwartz afirma que:

O problema é extremamente delicado, pois remete às dificuldades que estão em parte insolúveis, exceto se resolvermos, desde agora, o problema das relações entre alma e corpo, entre o consciente e o inconsciente, o saber o que é a inteligência, a memória, a natureza e a cultura: há aí uma massa de saberes convocados, sem hierarquia *a priori*. É uma questão que devemos trabalhar, pois é extremamente complicada e ninguém, do meu ponto de vista, tem resposta definitiva (SCHWARTZ, 2010, p.37).

Dewey, mais radical, construiu uma filosofia evolucionista, instrumentalista, que critica as filosofias conservadoras, afirmando que elas criaram “falsos problemas”. Assim, esse autor explica que

[...] as filosofias especulativas criaram os sistemas idealistas e abstratos, [e] teriam buscado em vão encontrar a unidade entre fragmentos de um universo que o próprio pensamento especulativo dividiu. As dualidades matéria/espírito, exterior/interior, pensado/pensamento, todos esses problemas decorreriam de considerar a consciência como contemplação (DEWEY, 1985, p.8).

Prosseguindo, a partir do estudo das obras de Schwartz (2010) e de Dewey(1985), podemos afirmar que os autores acreditam que a experiência é algo individual e singular do sujeito. Assim, Schwartz elucida que,

A experiência não deve ser um conceito genérico, precisamos poder individualizá-la por intermédio de situações e de percursos, em partes singulares, sempre; é preciso que consigamos não absorver a experiência no saber, ou o saber na experiência, senão o problema tido como “a experiência é formadora?” perde sentido (SCHWARTZ, 2010, p.41)

¹⁸ - V.A.E. — Validation des Acquis de l’Expérience. Processo para aquisição do diploma do Ministério da Educação Nacional da França. Esse processo oferece aos sujeitos a possibilidade de obterem um diploma que reconheça suas competências construídas na situação do trabalho.

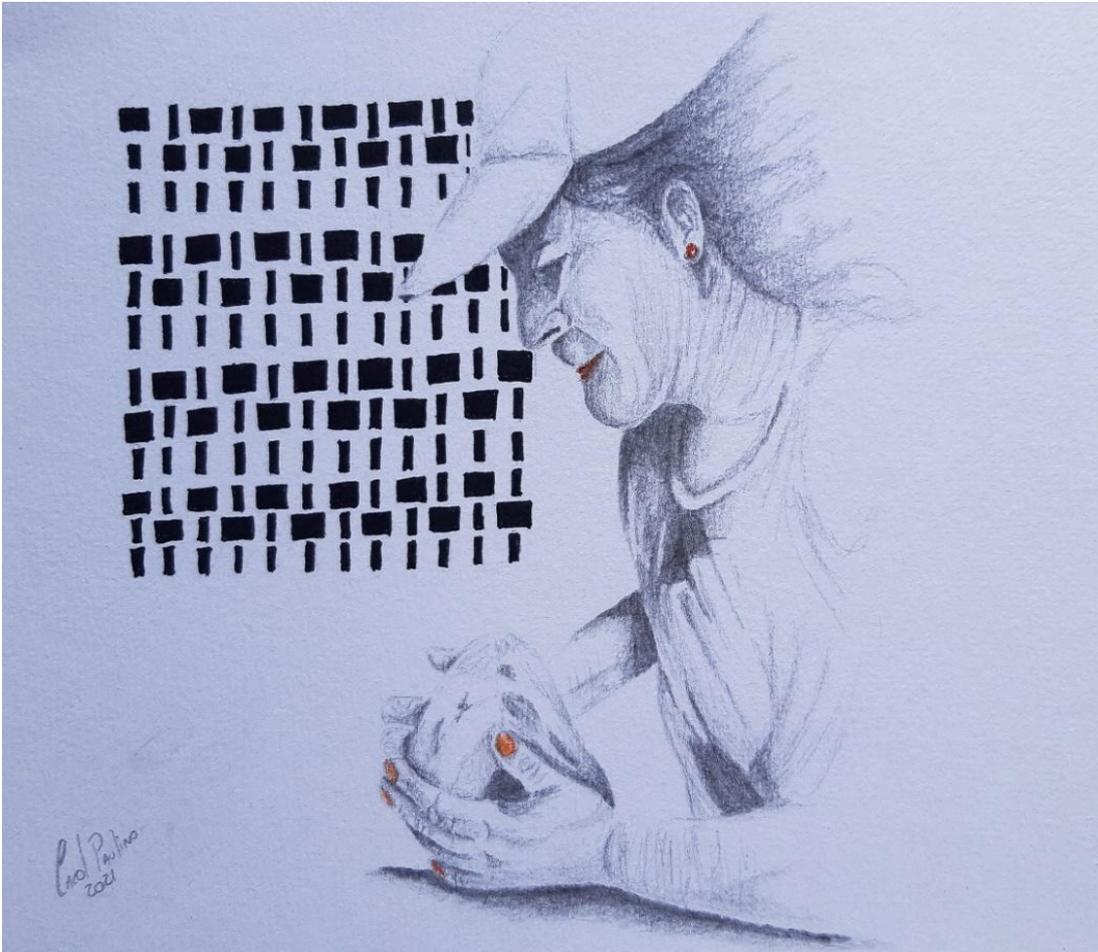
Já Dewey acredita em uma experiência vivida, ou seja, que “[...] a experiência é sempre o que é por causa de uma transação acontecendo entre um indivíduo e o que, no momento, constitui seu ambiente” (DEWEY, 2010, p.45). Nesse sentido, a experiência vivida pelo indivíduo somente poderá ser identificada por ele, pois ela é singular. E, ainda seguindo nesse raciocínio, Dewey afirma que “[...] se o fator individual que constitui a experiência se rompe, a experiência fica desordenada [...]” (DEWEY, 2010, p.45).

Outra interface importante entre os campos teóricos diz respeito à bagagem de conhecimentos que o indivíduo traz consigo. É o que Dewey chama de princípio da “continuidade e interação”, no qual ambos os momentos não se separam, ou seja, diferentes situações se sucedem, unindo aspectos interiores já vividos aos novos aspectos que surgem. Entendemos que essas situações são o que Schwartz chama de fazer uso de si, que é quando o sujeito recorre a seus conhecimentos, oriundos situações já vividas, para conseguir desenvolver novas situações.

Diante do exposto, consideramos que as teorias de Dewey e Schwartz têm alguns pontos que se interceptam com relação ao conceito de experiência e de atividade, e que podem contribuir significativamente para a resolução do problema inicial desta tese.

3 - MULHERES NO TRABALHO: “LUZES E SOMBRAS”

Desenho 1 - Mulher na olaria



“Elas começam a afirmar sua independência ate o homem; não sem dificuldades e angústias por que, educadas por mulheres num gineceu socialmente admitido, seu destino normal seria o casamento que as transformaria em objeto das supremacias masculinas.”

(Simone de Beauvoir)

As mulheres sempre estiveram no mundo do trabalho. Eram elas que coletavam frutas e sementes para as tribos, cozinhavam, na Idade Média, bordavam e teciam nos teares, produzindo tecidos para todos. Elas movimentavam a economia local e produziam, também, as cerâmicas utilizadas na cozinha. De acordo com Macedo (1985), podemos entender que, no período de transição, antes da Revolução Industrial na Inglaterra, no século XVIII, as mulheres obtinham sua renda executando trabalhos artesanais em suas casas.

É possível verificar, durante a história, que nem sempre a mulher foi reconhecida por seus valores profissionais ou, até mesmo, como ser humano! Na Grécia Antiga, berço da “civilização ocidental”, Aristóteles explicava, em sua obra *A política*, que o poder sobre os escravos, os filhos, a mulher e os outros “pertences” sempre seria do homem da família. Ou seja, essa pretensa superioridade masculina vem se arrastando por toda a história até aos dias atuais, porém se manifesta de forma diferente em períodos diversos.

Segundo Muraro, “[...] as mulheres nos primeiros tempos da Idade Média eram importantes reservas de força de trabalho, manipuladas de acordo com os desejos e as necessidades dos homens” (2002, p.102). Nesse período histórico, as mulheres ainda eram consideradas propriedade dos homens, porém, como a maioria deles deixava seu lar para lutar guerras e realizar as cruzadas, essas mulheres se tornaram responsáveis por suas famílias. Aquelas que tinham maior poder aquisitivo, frequentavam aulas e recebiam conhecimentos em todas as áreas da cultura.

Muraro (2002) continua explicando que, neste contexto fazia prevalecer a estrutura “valores masculinos” e “valores femininos” sobre o amor, submetendo o oprimido - no caso, as mulheres - a valores que eram adiados desta vida. Com o fortalecimento do papado, por volta do século VI, a mulher foi acusada de afastar o homem de Deus e de usar os prazeres carnis para manipulá-lo, assim foi imposto a elas o celibato. Então, as abadessas se tornaram influentes e ricas, pois elas eram encarregadas da educação dos filhos das famílias ricas e, para isso, recebiam fortunas.

As invasões e conquistas do imperador romano Carlos Magno destituíram as abadessas dos cargos. Elas foram proibidas de lecionarem para os meninos, e somente as meninas permaneceram nos conventos, para serem educadas. Essa situação trouxe benefícios para as mulheres, pois, após a morte de Carlos Magno, elas possuíam maior grau de escolarização e reconquistaram, por mais de 500 anos, grande prestígio.

As mulheres eram tão importantes neste período que o celibato [...] “instituído não foi obedecido, porque sem as mulheres os sacerdotes não poderiam sobreviver.” (MURARO,

2002, p. 104) Mas, em contrapartida, apesar da importância das mulheres, elas não podiam mais frequentar as universidades. Já as mulheres das classes sociais mais baixas, eram livres, exerciam sua sexualidade livremente, mas essa liberdade, infelizmente fazia delas bruxas, e por isso foram queimadas em fogueiras.

As fogueiras significavam a repressão da sexualidade e dos saberes dessas mulheres. As fogueiras eram uma forma de punição pública que, era vista como “[...] a cerimônia da recodificação imediata”, (FOUCAULT, 1987, p.130), recodificação esta que mostrava à população como deveria ser “o bom” comportamento.

Já na era moderna, dos grandes inventos, como a imprensa e a máquina a vapor, e da nova ciência epistemológica de Descartes, surgiu, também, a “nova mulher da era industrial”. Para produzir essa mulher, no entanto, foi necessário cultivar a domesticidade, fabricar a infância e o “amor materno”, como especificou Muraro (2002). Nessa mesma acepção, Furlanetto (2008) complementa, afirmando que:

As crianças na Idade Média, portanto, têm um papel social mínimo. São, geralmente, representadas como “pequenos homens”, tanto na vestimenta quanto na participação na vida social: seus brinquedos são os mesmos dos adultos, e elas são espectadores e protagonistas das festas religiosas, sazonais e civis (FURLANETTO, 2008, p.2707).

Assim, com a chegada do Renascimento Humanista, novas regras vieram e, segundo Furlanetto, “[...] ditavam como as crianças deveriam ter roteiros de ensino baseados na polidez, onde o bom comportamento poderia e deveria ser único e universalizado” (2008, p.2707).

A responsabilidade pela educação da prole foi conferida às mulheres, com o objetivo de submetê-las aos homens, tendo em vista que, enquanto elas estavam cuidando das crianças, o espaço público era dominado por homens. Vale lembrar que esses estereótipos, em parte, não se encaixavam nas mulheres pobres camponesas, pois elas “[...] sempre trabalharam muito, sempre tiveram jornada dupla, que perdura até hoje” (MURARO, 2002, p.127). Contudo, o mérito do trabalho produtivo foi atribuído ao homem, uma vez que ele sempre pôde sair de casa para o trabalho, conferências, palestras, etc., o que era negado às mulheres.

Mesmo as mulheres sendo desprestigiadas e “invisíveis” estiveram presentes em vários momentos históricos importantes e sempre foram questionadoras. Segundo Santos (2019), as mulheres tiveram participações relevantes em muitas revoltas camponesas, como na Reforma Protestante, conforme aponta Ulrich (2016), e em guerras civis que aconteceram no

século XVIII, como reforça Junior (2019). Schmidt (2012) salienta, também, que, na Revolução Francesa, as mulheres, motivadas pela fome, tiveram fundamental importância na tomada da Bastilha.

Segundo Scott (1991, p.443), “[...] a mulher trabalhadora foi produto da Revolução Industrial”, pois, no século XIX, elas representavam quase metade da força do operariado. Porém, as mulheres trabalhavam muito e recebiam salários baixos, comparados à remuneração dos homens. Além disso, elas tinham condições de trabalho precárias e eram sujeitas a todo tipo de assédio. Nesse sentido, Muraro (2002, p.131) conclui que “[...] o sistema industrial, ao invés de libertar, tornou-se o tipo de escravidão mais sofisticado que a humanidade conheceu, porque era uma escravidão que vinha de dentro para fora”.

Todavia, as mulheres alcançaram um pouco de visibilidade nesse período, pois começaram a realizar debates relevantes sobre seus direitos, marcando o início de sua entrada no mercado de trabalho. Tal entrada se configurou, principalmente, no período da Segunda Guerra Mundial, quando mulheres e crianças se tornaram uma mão de obra importante, porque os homens haviam sido convocados para os campos de batalha. Entendemos que, pela necessidade de sustentar suas famílias, as mulheres assumiram os postos de trabalho, mesmo eles sendo precários.

Apesar de serem controladas, assediadas e desmerecidas nos postos de trabalho, elas nem sempre foram passivas. As mulheres organizaram greves e se protegiam no ambiente de trabalho e, conforme ressalta Nogueira, “[...] os sindicatos tinham como membros mulheres que participavam de ações sindicais e grevistas” (2004, p. 20), apesar de alguns sindicalistas não verem com bons olhos a permanência de mulheres nesses locais. A organização sindical e a luta do movimento feminista influenciaram diretamente as conquistas que as mulheres obtiveram no mercado de trabalho. Assim, a partir da década de 1960, o feminismo, conforme afirma Nogueira (2004) trouxe contribuições importantes consideráveis para a história das mulheres, inclusive no ambiente de trabalho.

Nessa década, no Brasil, a expansão industrial começava a evidenciar-se, com o crescente êxodo rural e a absorção da mão de obra masculina pelas fábricas. Já a mão de obra feminina quase não era absorvida pelo mercado de trabalho, porque a indústria têxtil e de vestuário, seguimentos tipicamente femininos, cresciam num ritmo muito menos acelerado. Por outro lado, essa mão de obra feminina excedente foi aproveitada massivamente em serviços de pequenos comércios, serviços pessoais e trabalhos domésticos.

Assim, conforme dados do censo, a participação da mulher como população ocupada cresce visivelmente, chegando em 2010 a 44%. O censo de 1991, informa que, nesse ano, o

número de mulheres com ensino superior no mercado de trabalho superava o número de homens, porém, infelizmente, destaca, também, o ganho salarial das mulheres.

Ao longo do tempo, a situação não mudou, pois, conforme exposto na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2019 (PNAD Contínua) realizada pelo IBGE, os homens tiveram rendimento médio mensal 28,7% maior do que o das mulheres no ano. Assim, a maior participação das mulheres no mercado de trabalho não indica, necessariamente, igualdade de gênero, mas, pelo contrário, pode até intensificar a desigualdade.

O fato de as mulheres serem mais escolarizada que os homens não melhora a situação das trabalhadoras, pois os homens vão para os postos de trabalho de comando de maior visibilidade social. Conforme explicitado pela PNAD Contínua 2019, devido à dificuldade das mulheres encontrarem creches para seus filhos, elas ocupam menos vagas nos postos de trabalho.

A PNAD Contínua 2019 informa, ainda, que, em todas as grandes regiões do país, a participação masculina na população ocupada foi superior à feminina, sendo que, no Norte, houve a menor estimativa de mulheres trabalhando (38,7%). Já as regiões Sudeste (44,5%), Sul (43,8%) e Centro-Oeste (43,3%) registraram as maiores participações femininas na ocupação em 2019. No Nordeste, por sua vez, foi registrado o índice de 41,8%, sendo o maior avanço percentual desde 2012, do início da série histórica.

Não obstante, a PNAD Contínua de 2018 indicou que, para as pessoas negras, a condição no mercado de trabalho continua desfavorável, pois o índice de ocupação também variou conforme a cor da pele. Em 2018, os brancos representavam 44,8% da população ocupada, enquanto os pardos 43,7% e os pretos, 10,4%. Os dados da pesquisa mostram, porém, que a participação dos brancos caiu 4,1 pontos percentuais desde 2012. Já a ocupação de pretos e dos pardos subiram 2,3 e 1,5 pontos percentuais, respectivamente.

Em uma perspectiva global, o último relatório publicado pela Organização Interacional do Trabalho (OIT), em 2016, segue afirmando que “[...] a disparidade de gênero na participação foi consideravelmente diferenciada, [mas] essa desigualdade foi mantida”. O relatório de 2016 apresenta a seguinte análise:

No Sul da Ásia e no Leste Asiático, as disparidades aumentaram ainda mais. As faixas mais baixas a participação das mulheres se traduz em menos oportunidades de emprego, com pouca variação, prejudicando seu poder de ganho e segurança financeira. Em 2015, a diferença entre homens e mulheres em termos de taxa de emprego foi 25,5 pontos percentuais inferiores no caso das mulheres, apenas 0,6 ponto percentual abaixo do valor registrado em 1995 (OIT, 2016).

As lacunas de emprego foram apenas ligeiramente preenchidas no Norte, Sul e Oeste da Europa, uma vez que muitas mulheres continuaram a entrar no mercado de trabalho naquela região, mas, também, como consequência da redução da taxa de emprego dos homens, devido à recessão econômica que, por sua vez, é uma consequência do sistema capitalista, que substitui os empregados com salários mais altos por mão de obra mais barata. Dessa forma, como o salário pago às mulheres é menor e em tempos de crise econômica, ele diminui ainda mais, e elas acabam ocupando postos de trabalho mais elevados, mas recebendo menos.

Ademais, os dados apresentados pela OIT (2016) explicitam que a crise financeira global levou à redução temporária das disparidades de gênero nos empregos na América do Norte. No entanto, em geral, praticamente não foram observadas alterações definitivas, pois essa disparidade temporária. É o que Vaz (2013) chama de “teto de vidro”:

Conhecido na literatura como teto de vidro, esse fenômeno caracteriza-se pela menor velocidade com que as mulheres ascendem na carreira, o que resulta em sua sub-representação nos cargos de comando das organizações e, conseqüentemente, nas altas esferas do poder, do prestígio e das remunerações. É observado mesmo quando as mulheres são dotadas de características produtivas idênticas ou superiores às de seus congêneres do sexo masculino (VAZ, 2013, p.765).

O “teto de vidro” se configura, na ocupação temporária, pelas trabalhadoras dos cargos de hierárquicos maiores, posição esta que os homens retomam, tão logo voltem de suas férias, licenças, ou coisa que o valha. Assim sendo, as mulheres só permanecem nos cargos de comando por tempo limitado.

Surmani et al (2020), afirmam que o conceito “teto de vidro” foi construído em meados da década de 1980, nos Estados Unidos, com a publicação do artigo *Breaking the Glass Ceiling: Can Women Reach the Top of America's Largest Corporations?*, escrito por Ann M. Morrison, Randall P. White e Ellen Van Velsor (1987). O teto de vidro é representado pela não ocupação de mulheres aos cargos de comando das empresas, pois existem barreiras invisíveis. Nesse contexto, apesar de elas serem estimuladas a buscarem aos postos de trabalho mais elevados, elas não conseguem fazê-lo, pois há sempre “algo” as impede, mesmo depois de cumprir os requisitos exigidos para tais vagas.

Outro conceito importante que amplia a compreensão da noção de teto de vidro é o conceito de “labirinto de cristal,” que segundo Mendes (2017) foi desenvolvido por Alice

Eagly & Linda Carli¹⁹ em 2007. Esse conceito permite entender a trajetória profissional das mulheres, que é cheia de obstáculos, pois a mulher está sempre dividida entre o privado e o público. Ela é sobrecarregada pelos afazeres de casa, pelos cuidados com as crianças e com os membros mais velhos da família. As autoras explicam a metáfora do “labirinto de cristal”, segundo Surmani et al (2020, *apud* EAGLY;CARLI, 2017, p.2), da seguinte forma:

Uma metáfora melhor para o que confronta as mulheres em seus empreendimentos profissionais é o labirinto. É uma imagem com um longo e variado história na Grécia antiga, na Índia, no Nepal, na América do Norte e do Sul, na Europa medieval e em outros lugares. Como contemporâneo símbolo, transmite a ideia de uma jornada complexa em direção a um objetivo pelo qual vale a pena lutar. A passagem por um labirinto não é simples ou direta, mas requer persistência, consciência do progresso da pessoa e uma análise cuidadosa dos enigmas que estão por vir. É esse o significado que nós pretendemos transmitir. Para as mulheres que aspiram à alta liderança, existem rotas, mas são cheias de reviravoltas inesperadas e esperadas. (SURMANI ET AL, 2020, *apud* EAGLY;CARLI, 2017, p.2)

Diante disso, podemos compreender que as barreiras invisíveis vão se criando, apresentando diversas dificuldades que, aos poucos, deterioram as carreiras das mulheres no trabalho público, ao passo que, para os homens, essas barreiras não existem.

O relatório da OIT (2016) confirma o fato de as mulheres continuam a serem super-representadas como trabalhadoras familiares, sendo consideradas boas contribuintes para a sociedade, desde que estejam em casa.

A mulher, sendo assim caracterizada, nas propriedades agrícolas, por exemplo: tende a trabalhar somente na agricultura de subsistência, no âmbito da propriedade da família. Porém, muitas mulheres não seguem esse caminho imposto pelo patriarcado, uma vez que elas trabalham na agricultura, mas, concomitantemente, vão à busca de melhores postos de trabalho, em ocupações que são prováveis, ou seja, que oferecem proteção legal, com registro na previdência social. Porém, a segregação ocupacional é muito evidente, conforme aponta o relatório da OIT (2016).

O relatório da OIT (2016), ainda aponta que, o setor de serviços ultrapassou a agricultura como o setor que emprega o maior número de mulheres e homens. Em 2015,

¹⁹ - **Alice H. Eagly** é professora de psicologia e de administração e organizações na Northwestern University. Atualmente, ela ocupa a cadeira James Padilla de Artes e Ciências e é bolsista do Instituto de Pesquisa de Políticas da Northwestern University. **Linda Carli**, professora da Universidade Wellesley College, no Departamento de Psicologia, é Ph.D. em Psicologia Social pela Universidade de Massachusetts, Amherst. As psicólogas propuseram a metáfora “labirinto de vidro” em uma pesquisa que originou o livro “*Through the Labyrinth: The Truth about How Women Become Leaders*,” no qual fazem um estudo rigoroso baseado em dados coletados de trabalhadoras em empresas no Estados Unidos da América, concluída em 2007. Os relatos se referem aos percalços que as mulheres enfrentam na tentativa de atingirem postos de direção.

pouco mais da metade da força de trabalho mundial estava trabalhando no setor de serviços (50,1%). Enquanto 42,6% de todos os homens trabalham neste último setor, bem mais da metade das mulheres do mundo estão empregadas nele. O emprego feminino vem aumentando desde 1995 no setor de serviços, verificamos o aumento de 41,1% para 61,5%.

A segregação setorial e ocupacional contribui muito para a desigualdade de gênero, em termos do número de empregos e da sua qualidade, uma vez que a maior inserção de mulheres em um trabalho precário, insalubre e com baixos salários, reafirma a segregação contínua.

Mulheres que trabalham são excessivamente representadas em uma série limitada de setores e ocupações. Em países de renda média alta, mais de um terço das mulheres estão empregadas nos serviços de comércio por atacado e varejo (33,9%) e no setor manufatureiro (12,4%). Todavia, a principal fonte de emprego para as mulheres é o setor da saúde e da educação, que empregam quase um terço de todas as mulheres no mercado de trabalho (30,6%).

A agricultura ainda é a mais importante fonte de emprego para mulheres em países de baixa e média renda. No Sul da Ásia e na África Subsaariana, mais de 60% das mulheres trabalhadoras permanecem no setor agrícola e tendem a se concentrar em atividades intensivas, com mão de obra de baixa renda, mal paga ou não paga.

Já nos países desenvolvidos, as mulheres estão relativamente mais representadas no melhor grupo profissional remunerado, ou seja, “diretores, profissionais e técnicos” (48,1%).

A segregação ocupacional aumentou ainda mais nas últimas duas décadas, com a mudança da tecnologia, que favorece os trabalhadores e trabalhadoras mais qualificadas, especificamente em países desenvolvidos e em economias emergentes, sendo que neles, entre 1995 e 2015, o emprego cresceu mais rápido.

Porém, em ocupações com trabalhadoras e trabalhadores altamente qualificados, domina, nas economias desenvolvidas, a mudança no emprego, sendo 65,4% para mulheres e até 76,6% para homens. Foi comprovado também que, nas economias emergentes, as ocupações altamente qualificadas estão sendo ocupadas mais rapidamente para as mulheres do que para os homens, revelando que este é o único grupo de países no qual existe desigualdade de gênero em empregos altamente qualificados a favor das mulheres.

Quanto às ocupações de baixa qualificação, elas se espalham mais rapidamente ou com a mesma velocidade para homens e mulheres em todas as regiões estudadas. Diante do exposto, o relatório da OIT (2016) concluiu que a grande carga de atividades de cuidados assumidas pelas mulheres no privado e os sistemas pelos quais o salário, os benefícios líquidos e sociais aumentam com o tempo de emprego, ameaçam a aumentar, ainda mais, a

desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Para reduzir as desigualdades entre homens e mulheres, o relatório da OIT (2016) considera que se deva implementar e reforçar políticas destinadas à promoção de uma melhor divisão das responsabilidades de prestação de cuidados, para ajudar a diminuir as disparidades salariais entre homens e mulheres. Nesse sentido, pode-se promover igualdade de remuneração por trabalho de igual valor, por meio de transparência salarial, treinamentos e avaliações de empregos que são neutros em termos de gênero.

As medidas enérgicas contra práticas discriminatórias, ao adotar o princípio da igualdade de tratamento dos trabalhadores em tempo parcial, para garantir o acesso a proteções fiscais sociais e trabalhistas relacionadas ao emprego, também fortalecem a igualdade salarial. Essas práticas poderão promover o trabalho de meio período de qualidade e padronizá-lo para todos os trabalhadores. Assim, finaliza o relatório da OIT (2016), enfatizando a urgência dessas medidas e outras mais para o bem-estar no exercício do direito da mulher, que é ter um trabalho para seu sustento e de sua família.

Mas, o tempo passa e a condição de trabalho para as mulheres é, como disse Laís Abramo (2007), de períodos de “luzes e de sombras”.

A partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2018²⁰, é possível observamos que a representatividade do emprego feminino, em relação ao total de vagas formais do mercado no Brasil, cresceu levemente, passando de 40% em 2017 para 40,1% em 2018. Essa pouca representatividade leva a segregação do trabalho da mulher.

3.1 - RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E OU GÊNERO.

Antes de abordarmos as relações sociais de sexo, vale saber que, para Joan Scotth (1990), gênero é uma categoria analítica e, assim sendo, dá sentido à organização e percepção do conhecimento histórico do fenômeno. A autora explica, ainda, que o conceito de gênero recusa veementemente as justificativas biológicas como forma de subordinação, as quais se pautam nas ideias de que as mulheres têm filhos e devem se subordinar aos homens que, por sua vez, são dotados de força.

Essa abordagem de gênero interessa ao patriarcado, definido como, segundo Delphy, “[...] uma formação social na qual os homens detêm poder ou ainda, mais simplesmente, o

²⁰ - Os dados referentes às trabalhadoras na RAIS 2019, até a data da escrita deste trecho, não haviam sido divulgados.

poder é dos homens” (DELPHY,2009, p.173).

A categoria gênero surgiu, inicialmente, em discussões no campo das ciências sociais, a partir da década de 1970, sendo utilizada pelas feministas para explicar as desigualdades existentes entre o masculino e feminino.

A expressão gênero, conforme explica Piscitelli (2009, p.123), citando o artigo *Gênero para um dicionário marxista*, da historiadora Donna Haraway, foi introduzida e conceituada na academia pelo psicanalista Robert Stoller, em 1963, em Estocolmo, durante um congresso psicanalítico internacional. O conceito que Stoller formula diz respeito à identidade de gênero, visando distinguir natureza e cultura, sendo o sexo relacionado ao biológico, e o gênero, à cultura. Assim, ficou denotado que as diferenças entre homens e mulheres são apenas biológicas e que estas diferenças não podem servir de instrumento para subjugação das mulheres. Então, “[...] o termo gênero refere-se ao caráter cultural das distinções entre homens e mulheres”. (PISCITELLI, 2009, p.2).

A partir do exposto, compreendemos que as feministas queriam enviar um recado aos liberais patriarcalistas, que afirmavam que as mulheres tinham uma inclinação natural para o doméstico, ou seja, o domínio delas seria apenas a esfera do lar, o que as privava do acesso ao espaço público.

Por meio da crítica, podemos compreender a categoria gênero como uma categoria de relacionamento, inferindo que homens e mulheres se relacionam, se reproduzem e produzem as mais variadas formas de relações existentes na sociedade.

Todavia, não podemos perder de vista as análises do patriarcado, que sustentam essas relações, fundamentando-as no poder dos homens e nas bases materiais, tal como coloca Beauvoir (2009) quando diz que “[...] a humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo” (BEAUVOIR, 2009,p.16). A autora revela, assim, que o patriarcado não quer abrir mão dessa máxima da dominação. Após essa pequena introdução, iniciaremos a abordagem sobre as relações sociais de sexo.

As relações sociais de sexo, como explica Kergoat (2009), são derivadas das tensões que atravessam o campo social. A tensão provocada nos grupos sociais, homem e mulher, gira em torno do trabalho e suas divisões. Já os fenômenos sociais produzidos por essas tensões, por sua vez, referem-se, em nosso contexto, ao grupo social dos homens e ao grupo social das mulheres. Dito isso, Devreux (2005) afirma que, “[...] não pode haver relação social com uma categoria única. Não pode haver relação social sem confrontação.” (DEVREUX, 2005, p. 564)

Kergoat (2009, p.76) explica que “[...] esses grupos não podem ser confundidos com a dupla categorização biologizante, macho-fêmeas”, pois:

São dois grupos envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009, p.76).

Continuando, Kergoat (2009), analisa as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho, chegando à conclusão de que elas são expressões indissociáveis que, epistemologicamente, formam um sistema: a divisão sexual do trabalho. “A divisão sexual do trabalho tem o status de *enjeu*²¹ das relações sociais de sexo” (KERGOAT, 2009, p.71).

Helena Hirata (2015) explica que essa expressão está presente em nossas sociedades salariais, da seguinte forma

As diferenças de diploma ou de experiência profissional existem, mas elas não explicam a totalidade do diferencial de salários, esse famoso “resíduo”, que só se explica pelas relações sociais de sexo, essas relações contraditórias, antagônicas entre os sexos em torno de um enjeu: o trabalho (profissional e doméstico) e sua repartição (Kergoat, 2000). As desigualdades entre homens e mulheres também se apresentam em relação à aposentadoria: há um diferencial bastante significativo em virtude da descontinuidade da vida profissional das mulheres e das modalidades de emprego, sobretudo em virtude do emprego em tempo parcial. O montante médio da aposentadoria global era de 822 euros para as mulheres e de 1455 euros para os homens em 2003, segundo o INSEE (DREES, 2001)²². (HIRATA, 2015, p.8-9)

As relações sociais de sexo são caracterizadas, segundo Kergoat (2009, p.71), pelas seguintes dimensões:

a relação entre os grupos assim definidas é antagônica;

as diferenças constatadas entre as atividades dos homens e das mulheres são construções sociais, e não provenientes de uma causalidade biológica;

essa construção social tem uma base material e não unicamente ideológica; em outros termos a “mudança de mentalidades” jamais acontecerá de forma espontânea, se estiver desconectada da divisão de trabalho concreta; podemos fazer uma abordagem histórica e periodizá-la;

essas relações sociais se baseiam antes de tudo numa relação hierárquica entre os sexos; trata-se de uma relação de poder, de dominação. (KERGOAT, 2009, p.71)

Dessa maneira, Danièle Kergoat (2010) nos explica que:

²¹ - “Enjeu” significa um jogo, uma disputa, pode perder ou ganhar. Le Robert.p.247

²² - INSEE - L’institut National de La statistique ET dès études économiques de La France. Instituto nacional de estatísticas e estudos econômicos da França. (tradução livre)

as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se co-produzem mutuamente.” (KERGOAT, 2010, p.94)

Essa reflexão nos leva a compreender o quanto é difícil isolar o trabalho das mulheres, enfatizando a necessidade de análise da atividade delas juntamente com o contexto social na qual ela se insere. Assim, prossegue Kergoat (2002)

A noção de relação social remete ao mesmo tempo a um princípio de geração (as relações sociais produzem e reproduzem, pela mediação dos desafios, as práticas sociais que, por sua vez, agem sobre as tensões que são as relações sociais) e a um princípio heurístico (as relações sociais servem para compreender as práticas observadas). Ao passarmos para o nível das relações sociais de sexo, encontramos as mesmas características: os grupos sexuais não são o produto de destinos biológicos⁴mas antes constructos sociais; esses grupos constroem-se por tensão, oposição, antagonismo, em torno de um desafio, o do trabalho. As relações sociais de sexo têm uma base material embora tenham, também, uma base ideativa: qualquer poder, dizia Foucault, precisa de um saber; neste caso, o naturalismo serve de ideologia de legitimação. (KERGOAT, 2002, p.49) Dessa forma, a análise feita holisticamente nos permite compreender a complexidade das mudanças no posto de trabalho, dado que elas não acontecem ao mesmo tempo.

Durante o período de observações na olaria, foi possível verificarmos as tensões no posto de trabalho. Estas foram e confirmadas durante as entrevistas, conforme podemos ver no depoimento de Hera quando ela diz que: “o barrista controla o trabalho delas, pois ele abastece as bancas com barro quando quer e, como ele ganha em cima do que a gente produz, ele exige muito e até “xinga” se demoramos para enformar. Eu acho humilhante”.

Ao analisarmos a fala da operária, notamos como a dominação é presente. Nesse sentido, para compreender o desabafo dela, recorreremos à afirmação de Danièle Kergoat (2002) quando ela diz que:

Homens e mulheres coexistem continuamente, vivem juntos e “produzem viver” juntos. Contudo, a teoria do laço social está longe de conseguir dar conta, por si só, do real observável: as violências (físicas e simbólicas) são cotidianas, o grupo dos homens legisla, em nome do universal, a vida do grupo das mulheres, explora seu trabalho profissional e ainda extorque delas trabalho extra (o trabalho doméstico). O fato de que, nesse último ponto, muitas mulheres cedam “por amor” nada muda a dura realidade dos fatos. (KERGOAT, 2002, p.49).

Para Schwartz, “[...] esse trabalho é, portanto, inicialmente, um tempo, mas ele traz consigo estigmas sociais profundamente marcados” (SCHWARTZ, 2011, p.23). É no trabalho que as relações sociais de sexo dão origem à divisão social do trabalho que, segundo Marx, é baseada “na diferença dos sexos e de idade” (MARX, 2011, p.406). Então, entendemos que a divisão social do trabalho é puramente fisiológica e que data do período das comunidades tribais, diferentemente da divisão sexual do trabalho atual.

3.2 – A divisão sexual do trabalho

Danièle Kergoat (2009) pensa a divisão sexual do trabalho como fruto da divisão social existente nas relações sociais entre os sexos. Essa divisão sexual do trabalho, por sua vez, é histórica e social, podendo ser considerada como uma ferramenta para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Kergoat (2009), afirma que o termo “divisão sexual do trabalho” foi utilizado, “[...] primeiramente, por etnólogos, que a designavam para representar a repartição complementar das tarefas entre homens e mulheres nas sociedades por eles estudadas” (2009, p.67). Assim, a autora Kergoat explica que “[...] Lévi-Strauss fez dela o mecanismo explicativo de estruturação da sociedade em família.” (2009, p. 67). Kergoat (2009) enfatiza, ainda, que as antropólogas feministas geraram um novo entendimento para a “complementaridade” de Lévi-Strauss. Nessa compreensão, as mulheres, na verdade, não complementavam as tarefas domésticas, mas o que se estabelecia eram relações de poder dos homens sobre as mulheres. Nesse escopo, Quirino reflete da seguinte maneira acerca do pensamento de Danièle Kergoat:

A partir do ponto de vista dessa autora, a divisão sexual do trabalho é indissociável de uma Sociologia das Relações Sociais e conceituá-la em termos de relação social baseia-se na ideia de uma relação antagônica entre dois grupos sociais: homens e mulheres. Esses grupos estão em tensão permanente em torno de uma questão: o trabalho e suas divisões. A divisão sexual do trabalho é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, e nela a dimensão opressão/dominação está fortemente contida.” (QUIRINO, 2015, p.234) Podemos verificar que, segundo Helena Hirata (2015), “[...] a divisão sexual do trabalho remete ao conceito ampliado de trabalho, que inclui o trabalho profissional e doméstico, formal e informal, remunerado e não-remunerado” (HIRATA, 2015, p.3).

Academicamente, Kergoat (2009) alerta que a divisão sexual do trabalho, no olhar das disciplinas de história e sociologia, é historicamente adaptada em cada sociedade. Assim, fica

evidenciado que as mulheres pertencem à esfera reprodutiva, e os homens, à esfera produtiva, estes ocupando, conseqüentemente, funções privilegiadas socialmente.

O detalhamento que Kergoat (2009) fez para esclarecer que a divisão sexual do trabalho tem dois princípios organizadores, conforme já explicitado: “[...] o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher)” (KERGOAT, 2009, p.67). Nessa linha de pensamento, corroborando com a autora, Helena Hirata explica que:

Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que remetem ao destino natural da espécie. (HIRATA, 2007, p. 599)

Continuando, Hirata (2007) constata que:

Se os dois princípios (de separação e hierárquico) encontram-se em todas as sociedades conhecidas e são legitimados pela ideologia naturalista, isto não significa, no entanto, que a divisão sexual do trabalho seja um dado imutável. Ao contrário, ela tem inclusive uma incrível plasticidade: suas modalidades concretas variam grandemente no tempo e no espaço. (HIRATA, 2007, p. 600)

Esses princípios como afirma Kergoat (2009), são legitimados pela ideologia naturalista, que se constitui como um tipo de consenso social de que o gênero é especificamente biológico, ligado a um fim natural da espécie, o papel sexuado. Nessa acepção, podemos entender que os indivíduos são valorizados ou não, dependendo do sexo no qual nasceram.

Yannoulas (2003) explica que, nas sociedades modernas capitalistas, a divisão sexual do trabalho proporciona a divisão horizontal e vertical do trabalho da mulher. Sendo que a divisão horizontal é quando:

[...] As mulheres concentram-se em um determinado setor de atividade (em função das características atribuídas culturalmente às mulheres, através da identidade feminina predominante na época considerada). Suas ocupações têm em comum o fato de serem derivadas das funções de reprodução social e cultural, tradicionalmente desempenhadas pelas mulheres. “Quando não são extensões diretas da domesticidade, requerem qualidades muito estimuladas na socialização das meninas (paciência, docilidade, meticulosidade, delicadeza etc.), por exemplo, nas linhas de montagem da indústria eletromecânica.” (YANNOULAS,

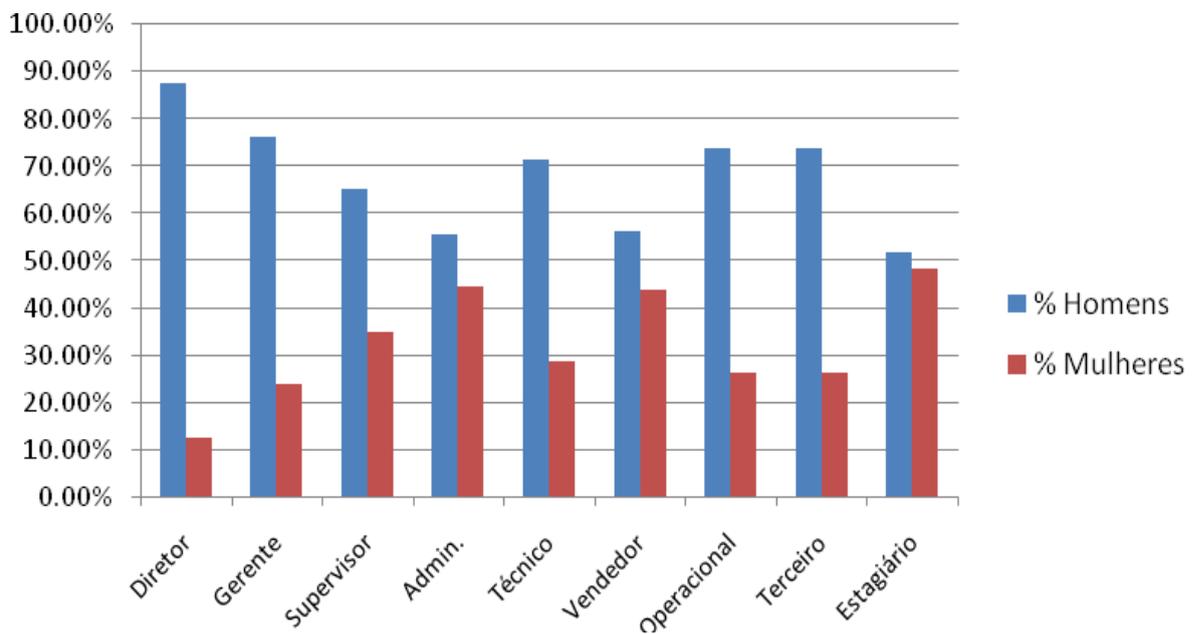
2003 , p. 48)A conceituação dessa divisão, nesse sentido, vem apenas confirmar a realidade da divisão sexual do trabalho como mais uma manobra para a discriminação do trabalho da mulher.

Ainda, no que diz respeito à divisão horizontal, Yannoulas (2003) explica que, como as mulheres estão em ocupações relacionadas culturalmente à reprodução social, elas entram no mercado de trabalho de forma precária, originando a segregação no trabalho da mulher.

A divisão sexual vertical do trabalho acontece quando “[...] as mulheres como grupo estão em desvantagem em relação aos homens, em termos de salário, ascensão funcional (cargos) e condições de trabalho (em função de ser o homem o responsável pelo sustento familiar)” (YANNOULAS, 2003, p.48).

No gráfico 1, construído por Silva et al (2011), oriundo de um estudo realizado em 2010, nas 150 empresas eleitas como melhores para se trabalhar no Brasil²³, pela Fundação do Instituto de Administração (FIA/USP). A proposta do estudo foi investigar a empregabilidade de homens e mulheres na realidade organizacional.

Gráfico 1 empregabilidade de homens e mulheres na realidade organizacional



Fonte: Silva et al, (2011, p.11)

²³ - Anualmente são premiadas as 150 Melhores Empresas para se Trabalhar. A lista de empresas publicada no Guia é estabelecida pelo IFT – Índice de Felicidade no Trabalho – composto da seguinte forma:

IQAT – Índice de Qualidade do Ambiente de Trabalho (70% do IFT): formado por resultados relativos à visão do empregado sobre a empresa, nos moldes de uma pesquisa de clima organizacional.

IQGP – Índice de Qualidade da Gestão de Pessoas (30% do IFT): formado por resultados relativos a “o que a empresa oferece aos seus empregados”, por meio da análise de material quantitativo e qualitativo e visita dos jornalistas. Saiba mais acessando o site [Relatório Melhores Empresas](https://progep.fia.com.br/melhores-empresas/). <https://progep.fia.com.br/melhores-empresas/>

A representação dos dados da pesquisa da FIA, consolida o conceito da divisão sexual do trabalho na forma vertical, pois, segundo os pesquisadores, em nenhuma das empresas investigadas, constatou-se um percentual relevante de ocupação por mulheres em cargos de alto comando. Eles encontraram certo equilíbrio no número de mulheres ocupando cargos nas áreas administrativas, de vendas e de estagiários, ou seja, nos cargos com menor relevância salarial e de comando. Silva et al. (2011) acreditam que essas discrepâncias nas posições ocupacionais se dão devido aos estereótipos criados pela sociedade, que fortalecem o gênero masculino e desprestigiam o gênero feminino no mercado de trabalho.

A divisão sexual vertical do trabalho também deu origem ao fenômeno que Yannoulas (2003) chama de “pirâmide ocupacional baseada em gênero”, e que está bem representada no Gráfico 1. Este indica, claramente, que é mais difícil para as mulheres alcançarem cargos hierarquicamente superiores aos dos homens. Segundo Yannoulas (2003),

A combinação dos efeitos perversos da divisão vertical e horizontal do trabalho pode ser verificada nos setores de atividade nos quais a presença de mão-de-obra feminina é maior, porém os cargos hierarquicamente mais altos são ocupados preferencialmente por homens (ver, por exemplo, Saúde e Educação). (YANNOULAS, 2003, p. 48)

Hirata e Kergoat (2007), explicam que a expressão “divisão sexual do trabalho” tem duas vertentes de entendimentos. A primeira é sociográfica, que trata do estudo da distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho doméstico. Essa análise é a base para a construção de indicadores confiáveis voltados para mensuração da igualdade profissional entre homens e mulheres. Entretanto, as pesquisadoras indicam que a análise da divisão sexual do trabalho deveria ir além da verificação das desigualdades.

A segunda vertente de entendimento é explicada pelas autoras da seguinte forma: a primeira é provar que as desigualdades de gênero são sistemáticas. Hirata (2015) afirma haver um paradoxo na desigualdade da divisão profissional, pois, ao pesquisar empresas multinacionais, no Japão, Estados Unidos da América, França e Brasil, a autora constatou, sistematicamente, que a posição hierárquica das mulheres em relação aos homens, no trabalho doméstico, profissional e na representação política, não é a mesma nas sociedades contemporâneas. Nesse contexto, apesar das mulheres hoje serem mais escolarizadas que os homens, elas ainda recebem menores salários que os homens em posições laborais iguais.

Esse paradoxo referido por Hirata (2015) é estruturado na divisão sexual do trabalho,

que, por sua vez, se baseia nos princípios hierárquicos elaborados por Hirata e Kergoat (2008). Ou seja, o trabalho dos homens é considerado de maior valor que o trabalho das mulheres. Conforme dito, essa situação permanece mesmo quando as mulheres são mais escolarizadas que os homens.

O outro entendimento sobre a divisão sexual do trabalho é: “[...] articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades e, portanto, os sexos; em suma, para criar um sistema de gênero” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 596).

Porém, por meio da força do movimento feminista o projeto “divisão sexual do trabalho”, na França, tinha como objetivo repensar o trabalho. não, a pensar o trabalho como elemento integrante do movimento feminista, principalmente o trabalho feminino, não tratando somente da questão do aborto, como acredita o senso comum. O fato de o movimento feminista ter evidenciado que as mulheres sempre prestaram serviços gratuitos fez refletir a opressão à elas, o que “[...] permitiu considerar simultaneamente a atividade realizada nas esferas doméstica e profissional, e [pode-se] raciocinar, em termos de *divisão sexual do trabalho*”(KERGOAT, 2003, p.57, grifo da autora.).

A noção de que a divisão sexual do trabalho poderia articular essas duas esferas se esvanece em detrimento da:

[...] conceitualização dessa relação social recorrente entre os grupos dos homens e o das mulheres. Essa foi a origem do que nós, francesas, chamamos de “relações sociais de sexo”, sendo que na França ela é indissociável da teorização em termos de divisão sexual do trabalho. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.598)

As autoras alertam, que a divisão sexual do trabalho, com sua plasticidade, está sempre evoluindo e se adaptando, sendo que o elemento permanente é sempre a separação entre os grupos de homem e de mulher, sendo comum se atribuir “[...] às mulheres o trabalho manual e repetitivo e aos homens os trabalhos que requerem conhecimentos técnicos” (HIRATA, 1995, p.46).

Souza-Lobo (2011) esclarece e afirma que, deve haver conscientização de que a “[...] divisão sexual do trabalho é a desqualificação das tarefas femininas, e o que refletirá na diferença entre o salário médio masculino e o feminino” (SOUZA-LOBO, 2011, p.129). A desqualificação do trabalho feminino ocorre devido à prevalência da visão patriarcal na qual “[...] o trabalho feminino é visto como concorrencial ao trabalho masculino, e é considerado uma ‘intromissão’ indevida das mulheres, numa esfera que não é a sua” (SOUZA-LOBO,

p.128).

As relações sociais de sexo, por sua vez, são o estigma da divisão sexual do trabalho, pois acentuam as desigualdades entre homens e mulheres. Tais desigualdades imperam há muito tempo, já que, conforme afirma Burke (2002), ao longo da história, o “[...] trabalho diário e a influência política e econômica da mulher sempre foram subestimados” (BURKE, 2002, p.76). Essa desvalorização do trabalho da mulher caminha para a segregação da ocupação por gênero.

Existem elementos que são vitais à divisão sexual do trabalho, sendo os responsáveis pela manutenção da desigualdade. São eles: a segregação, a vulnerabilidade e a precariedade do trabalho, o desemprego, o subemprego, o trabalho em tempo parcial, o tele trabalho e, principalmente, a disparidade salarial. Todas essas adversidades ampliam as desigualdades. Se analisarmos o grupo das mulheres, em particular, veremos que as mulheres negras se encontram em situações de vulnerabilidade ainda piores.

3.3 – Segregação ocupacional por gênero.

Inicialmente, ressaltamos que, aqui, não será feita uma análise das políticas públicas de família e gênero. Visamos, porém, apresentar uma abordagem conceitual sobre a segregação ocupacional por gênero.

A condição socioeconômica, segundo a sociologia, não depende de esforços individuais, mas é determinado pela origem do sujeito. Segundo esclarece Scalom (2001), os estudos sobre mobilidade social, objetivam detectar os movimentos estruturais da sociedade e identificar padrões.

No caso da mobilidade ocupacional ou da mobilidade de classes o foco de análise é a associação entre a posição social de origem, representada pela ocupação do pai, e a posição social de destino, representada pela ocupação atual ou a primeira ocupação do indivíduo; no primeiro caso trata-se da mobilidade intergeracional, no segundo caso da mobilidade total. O objetivo do estudo da mobilidade social é apontar as fraturas na estrutura social, que expõem as desigualdades nas oportunidades de aquisição de bens e valores e as estratégias de manutenção e reprodução das posições sociais. (SCALON, 2001, p.2)

As “fraturas na estrutura social”, conforme menciona Scalon (2001), são as desigualdades sociais que perpetuam a segregação ocupacional. No caso deste estudo, abordaremos a segregação ocupacional por gênero.

A segregação ocupacional, segundo Madalozzo, Martins e Lico (2015), é uma das diferenças que mais afeta as mulheres no mercado de trabalho, pois possuem raízes históricas, que geram discriminações. Nesse sentido, As ocupações consideradas femininas, que geralmente são identificadas com o trabalho doméstico e com tarefas que requerem cuidados e delicadeza, são delegadas às mulheres e, geralmente, apresentam as menores remunerações, configurando-se a chamada disparidade salarial. Assim, Micanato, Filho e Soares (2013) esclarecem que:

A disparidade salarial e a segregação ocupacional são fenômenos característicos das relações de gênero na história da sociedade brasileira e do mundo. Por disparidade salarial, compreende-se a diferença (em geral negativa) entre a remuneração do trabalho feminino e a remuneração do trabalho masculino. Por segregação ocupacional, entende-se a divisão do mundo do trabalho em ocupações “femininas”, de pouco prestígio e baixa remuneração, e ocupações “masculinas”, reconhecidas socialmente e com melhor remuneração. (MINCATO, FILHO, SOARES, 2013, p. 1)

A segregação ocupacional e a disparidade salarial podem ser verificadas se observarmos o Gráfico 1, no qual é vista a diferença na participação feminina nas ocupações dos trabalhadores nas empresas estudadas.

Conforme publicado pelo IBGE em março de 2021,

A diferença de salários e rendimentos também foi apurada no levantamento. Em 2019, as mulheres receberam, em média, 77,7% do montante auferido pelos homens. A desigualdade atinge proporções maiores nas funções e nos cargos que asseguram os maiores ganhos. Entre diretores e gerentes, as mulheres receberam 61,9% do rendimento dos homens. O percentual também foi alto no grupo dos profissionais da ciência e intelectuais: 63,6% (IBGE, 2021)

Assim, concluímos que já houve muita luta nesse sentido, porém, a partir dos dados apresentados na pesquisa supracitada, podemos afirmar que muita luta ainda será necessária.

Em nossa estadia na Olaria, percebemos que as mulheres seguem em busca de melhores condições de trabalho e direitos trabalhistas, apesar das atuais políticas econômicas avassaladoras. Elas buscam, também, combater a divisão sexual do trabalho, que se constitui como um dos ícones da disparidade no posto de trabalho, ou melhor, representa todos os horrores aos quais as mulheres vivem no mercado de trabalho.

3. 4 - A Interseccionalidade

O sucesso da interseccionalidade, dentre os trabalhos acadêmicos franceses, na

segunda metade dos anos 2000, é assinalado por Helena Hirata (2014). Porém, a socióloga afirma que a teoria da interseccionalidade nasceu e foi desenvolvida inicialmente dentro do movimento *Black Feminist*, no final da década de 1970. Esse movimento foi caracterizado pela luta contra o feminismo branco e de classe média, que floresceu nos Estados Unidos da América do Norte, durante as duas primeiras ondas²⁴ do feminismo.

Mas o que vem a ser a interseccionalidade? A interseccionalidade, de acordo com Bilge (2009), “[...] remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado.” (BILGE *apud* HIRATA, 2014, p. 62-63). Assim, Bilge (2009) refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social, que são representados pelas categorias: sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual.

Nesse sentido, “O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão, que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais” (BILGE, 2009, p. 70). No entanto, podemos compreender que para Kimberlé Crenshaw “[...] a interseccionalidade é uma conceituação do problema, que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p.177).

A necessidade da interseccionalidade é explicada, segundo Crenshaw (2002), se dá quando os múltiplos sistemas associados de subordinação são descritos com discriminação. A interseccionalidade, mostra as cargas múltiplas, duplas ou triplas, de discriminações. Para a autora, as vias definidas como eixo de poder se constituem em caminhos de desempoderamento, pois essas vias se movem dinamicamente, excluindo os sistemas entre si - como o racismo não exclui o patriarcado - e ainda tornando outros distintos, fatos isolados, como opressão de classe e outros caminhos de discriminações.

Por meio da interseccionalidade, será constatado que esses sistemas de opressões se sobrepõem e se cruzam, criando-se as intersecções, como é possível observar no sistema interseccional representado na Figura 7, baseado no sistema de Crenshaw (2004).

²⁴ - Na metade do século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista passa a ganhar força. É nesse período que se inicia a chamada **primeira onda** do movimento feminista que, segundo Cisne (2015), é o período em que as mulheres terão aproximação com as lutas sociais. A **segunda onda** é marcada com o lançamento do livro de Betty Friedmam, em 1963. Essa onda passa a abordar pautas relacionadas à opressão da mulher, sexualidade, construção cultural de gênero e dominação. Na terceira onda, a partir de 1990, as feministas passaram a questionar o próprio movimento. Percebia-se que os estudos feministas abordavam experiências que representavam apenas as mulheres da classe média e brancas. Esse questionamento marcará a **terceira onda**, pois é, nesse momento, que mulheres ligadas ao feminismo farão críticas aos estudos que caracterizaram a segunda onda (MIGUEL *et al*, 2014). E é nessa onda que se desenvolve o feminismo negro, pois, até então, as mulheres negras estavam à margem das discussões feministas.

Figura 6- Sistema interseccional



Fonte: Elaboração da autora a partir de Crenshaw (2004).

Arte: Carolina AlvesCassimiro.

Kimberlé Crenshaw (2002) esclarece que:

As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o tráfego que flui através dos cruzamentos. Esta se torna uma tarefa bastante perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções. Por vezes, os danos são causados quando o impacto vindo de uma direção lança vítimas no caminho de outro fluxo contrário; em outras situações os danos resultam de colisões simultâneas (CRENSHAW, 2002, p.177).

Dessa forma, podemos compreender que interseccionalidade é o estudo ou teoria da sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação e discriminação.

Conforme Proni e Gomes (2015), no mundo do trabalho, a discriminação racial e a discriminação de gênero se manifestam frequentemente no âmbito do emprego formal, seja nos diferenciais de remuneração, seja na possibilidade de promoção na carreira e de ocupação de postos de comando. Contudo, é preciso considerar que algumas formas de discriminação também permeiam a reprodução da precariedade ocupacional no país. Nessa linha de raciocínio, Carla Akotirene (2019), afirma que:

A interseccionalidade não é narrativa teórica de excluídos e sim “são diferenças sempre relacionais, todas e todos são diferentes uns em relação aos outros. Raciocínio exato sobre a interseccionalidade, desinteressada nas diferenças identitárias, mas nas desigualdades impostas pela matriz de opressão. (AKOTIRENE, 2019, p,50).

Akotirene (2019) esclarece, ainda, que, “[...] a interseccionalidade nos permite, a partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, [...] revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz da opressão”.

Com o olhar interseccional, podemos confirmar que uma ou várias discriminações, tais como racismo, misoginia, gênero, preconceito por idade, cultura, religião e outras, acometem as trabalhadoras em um mesmo momento. Sendo assim, se faz necessária a exclusão de todas as discriminações, não somente apenas uma no mundo do trabalho, pois todas promovem a segregação e o infortúnio da trabalhadora. Sobretudo quando se trata das trabalhadoras da olaria, que tem baixa ou nenhuma escolaridade e são negras. Essa compreensão é corroborada por Proni e Gomes (2015), ao revelarem em seus estudos que:

A elevada proporção de trabalhadores negros em especial, de mulheres negras em situação ocupacional muito precária, sugere a existência de processos de segregação social, que se refletem na forma de inserção no mercado de trabalho. “O acesso à escola e a formação profissional são condições necessárias para evitar a segregação, mas não suficientes para superar o quadro crônico de desigualdades. (PRONI; GOMES, 2015, p. 149).

Entendemos, portanto, a definição de interseccionalidade de Crenshaw²⁵ (2002), como sendo uma conceituação do problema, que busca capturar as consequências e possíveis soluções. Nessa linha de pensamento, a autora cunhou o termo “interseccionalidade”, quando da elaboração da defesa das trabalhadoras da General Electric (GE), que não eram contratadas por serem negras.

Diante do argumento da empresa, de que lá não existia racismo e misoginia, as funcionárias perderam a causa. Porém, Crenshaw percebeu que tais argumentos seguiam uma evolução de pensamento que não era válida, pois as proposições não estavam corretas. Então, ela concluiu que a empresa, apesar de não mentir ao afirmar que contratava mulheres e

²⁵- Advogada e, atualmente é professora em tempo integral de direito civil, estudos raciais críticos e direito constitucional, na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos.

negros, omitiu fatos produzindo proposições não válidas.

As proposições não válidas eram: mulheres eram contratadas, porém somente mulheres brancas, que ocupavam cargos de recepcionistas e secretárias; negros também eram contratados, mas eram homens e ocupavam postos de trabalho inferiores, ou seja, os piores postos para os homens negros. Já os postos que representavam a “cara da empresa” eram preenchidos por apenas mulheres brancas.

Após compreender essa organização da empresa, Crenshaw (2002) elaborou a sua contra defesa, fundamentando-se na teoria da interseccionalidade. Assim, ela esclareceu que os afro-americanos recrutados pela GE não eram mulheres e, as mulheres que a GE recrutava, não eram negras. Então, embora a GE recrutasse negros e mulheres, ela não recrutava mulheres negras. Dessa forma, Fassa, Lépenard e Escoda (2016) explicam que:

A análise de Kimberlé visa demonstrar como as categorias do pensamento jurídico favorecem os membros de grupos dominantes e, assim, contribuem para reproduzir relações estruturais de dominação, ignorando experiências de opressão localizadas na intersecção de várias relações de poder (FASSA; LÉPENARD; ESCODA, 2016, p. 9, tradução nossa).

Na olaria, as relações se pautam nas diferenças de cor, combinadas com gênero, classe e atividade laboral, que traduzem a desvalorização social da atividade executada pelas mulheres trabalhadoras desse setor. Durante nossa pesquisa de campo, observamos a questão da interseccionalidade, quando a operária informou que o marido foi assassinado há mais de um ano e, até aquele momento, ela não sabia nada a respeito do que havia acontecido.

A operária disse que sempre ia à delegacia, mas não conseguia nenhuma informação. Isso é um exemplo de relação interseccional entre classe social, gênero e raça, pois nos permite identificar empecilhos econômicos e sociais de acesso aos direitos de uso da justiça. A condição econômica, social e racial da operária não lhe garantiu acesso a um advogado, para que ele pudesse realizar os trâmites judiciais e resolver os problemas encontrados.

Destacamos que, mesmo tendo direito à assessoria de um advogado da Defensoria Pública, a trabalhadora ainda não conseguia acessá-lo, pois foi incluída em uma lista de espera e poderia demorar entre dois e três anos para ser chamada e dar início à investigação. Na entrevista, a operária disse que toda vez em que ia à delegacia tinha o sentimento de estar não ter o direito de estar lá, pois percebia o desprezo dos policiais. Por isso, decidiu não voltar à delegacia, para saber sobre o assunto. Dessa forma, a operária se tornou invisível publicamente. Esse tipo de invisibilidade é visto por Costa (2008) como “[...] resultado de um

processo histórico de longa demarcação. Rebaixa a percepção de outrem, especialmente a percepção de alguém vinculado à forma baixa do trabalho assalariado, o trabalho desqualificado, alienado e alienante. (COSTA, 2008, p. 15)

3.5 - A interseccionalidade e a atividade de trabalho

As diferenças existentes no trabalho fazem com que a ergologia se aprofunde no conceito de atividade. Verificamos que tais diferenças acontecem entre o trabalho prescrito e o trabalho real, o que faz com que a atividade de trabalho comporte, sempre, debates de normas. Nesse contexto, entendemos que os trabalhadores e as trabalhadoras recriam as normas que elaboradas por outros à distância do posto de trabalho. Assim, nesse percurso, os trabalhadores e as trabalhadoras fazem uso de si por si e uso de si pelos outros, movimentando o corpo-si.

O processo de renormalização faz com que os trabalhadores e as trabalhadoras mobilizem todos os seus recursos, de diferentes origens, tais como inteligência, disposição, experiência, subjetividade e a bagagem sociocultural. Ainda, salientamos que, nesse processo, existem escolhas que envolvem valores. Os valores, segundo Schwartz (2011d, p.142), “[...] não existem como dado externo às dramáticas da atividade, externo às experiências vividas. Estas, ao contrário, não param de reelaborar, re-hierarquizar, redefinir esses valores.”

Schwartz (2011d), também, que, apesar de os valores não serem permanentes, eles são divididos em duas categorias:

Os valores quantitativos e particularmente monetários, poderosos por sua simplicidade, maleabilidade, comensurabilidade. Mas o segredo de seu sucesso é serem antecipações puras ou puro resultado das atividades que desaparecem sob esses resultados. Esses valores podem ser um motivo, objetivo, portanto um valor para atividade, mas eles jamais são tecidos na atividade, no momento em que ela deve escolher aquilo que vale mais a pena. Escolher, ganhar mais tempo em detrimento de seus vizinhos de trabalho, ganhar um bônus com risco para sua saúde permanecem escolhas. Não se trata de comparação entre numerais numa escala numérica de valores. Mesmo entre duas quantidades, uma escolha que permanece uma escolha que, por sua vez, não se pode reduzir a uma determinação quantitativa, sem que, na mesma ação, a escolha seja suprimida. Ora, a atividade como convidada em todos os momentos de nossas vidas não nos deixa tal escolha, como foi aqui lembrado, de não escolher de não renormalizar; os valores “sem dimensões:” sem dimensões por eles não possuem nenhuma unidade de medida para comparar sua grandeza ou seus graus próprios de intensidade, ou para compará-los entre eles. Também nada diz sobre que afinidades, que ligações de condicionantes acondicionando eles podem exibir, nem seu grau de exterioridade entre uns e outros. As respostas podem variar infinitamente segundo as circunstâncias. É possível conceber a promoção da

saúde sem a democratização ao acesso aos saberes? Mas como cada um vai definir saúde? E a democratização do saber? É a justiça inseparável da igualdade? Mas de que igualdade se fala? (SCHWARTZ, 2011d, p.142-143).

No momento da escolha, na atividade, há uma dramática, pois, como foi dito, deve-se arbitrar entre os valores que permeiam a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras, as normas do trabalho e as exigências de cada situação. Nesse contexto, o sujeito é tomado como produto de sua cultura, de seu território de vivências e de seus determinantes sociais, que sofrem, mais ou menos, opressões, iniquidades, exclusões, violações de direitos, discriminações, etc.

Consideramos, portanto, que os indivíduos são compostos por diversas esferas, o que dá relevância à noção de interseccionalidade. Partindo da compreensão de que quem executa a atividade é sempre um “sujeito singular,” que articula e problematiza a sua situação de trabalho, evidenciamos a necessidade de uma análise da atividade sob o prisma do conceito de interseccionalidade.

Abordar a interseccionalidade na atividade de trabalho nos faz refletir sobre como os poderes hierarquizados interferem direta ou indiretamente na existência de cada sujeito. Logo, compreender esses fatores, que agem sobre os trabalhadores e trabalhadoras, nos possibilita ponderar sobre como se dá a articulação entre gênero, etnia, classe, idade e outros mais, visto que essas categorias não estão isoladas e também não se excluem.

Conforme já mencionado, Crenshaw (2002) afirma que a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências e possíveis soluções. Assim sendo, consideramos que essa abordagem seja pertinente à análise da atividade do trabalho. Esclarecemos, também, que, segundo Hirata (2018),

A interseccionalidade pode ser vista como uma das formas de combate das opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, como instrumento de luta política. É neste sentido que Patrícia Hill Collins (2015; 2016) considera a interseccionalidade ao mesmo tempo como um “projeto de conhecimento” e uma “arma política”. (HIRATA, 2018, p.12)

Nessa linha de raciocínio, Di Fanti e Barbosa (2016), corroborando com a afirmação de Hirata (2018), ponderam, citando Schwartz, que “[...] atrás dessas renormalizações, há valores da vida social e política que são colocados em questão, sem soluções anteriormente fixadas” (DI FANTI; BARBOSA, 2016, p.225). Dessa forma, podemos entender que, existem intersecções na atividade de trabalho, pois ela é exclusivamente movimentada pelo ser humano que:

[...] Não está integralmente em sua atividade precisamente porque ele é, antes de mais nada, heterogêneo, sujeito de várias atividades psíquicas ou práticas que convergem nele, mais ou menos vinculadas ou desvinculadas, mais ou menos disponíveis às reorganizações funcionais que supõem seu desenvolvimento” (CLOT, 2010, p.31).

Assim, entendemos que a análise interseccional considera todos os fatores que se aplicam a um indivíduo como uma combinação, em vez de considerar cada fator isoladamente. Então, suas escolhas, no momento da dupla antecipação²⁶ na atividade de trabalho, podem afetar os resultados do trabalho, sendo fruto das renormalizações que produzem o trabalho real.

As renormalizações, conforme entrevista de Schwartz concedida à Di Fanti e Barbosa (2016), são definidas como um retrabalho dos saberes prescritos. De acordo com Schwartz,

[...] saberes prescritos, os saberes que eu chamo de normas antecedentes – sempre havia retrabalho, recomposição dessas normas, o que eu chamei, depois de alguns anos, renormalizações e que estão sempre frente a uma situação de trabalho. Tínhamos de ler uma espécie de mistura entre uma consequência em decorrência dos saberes das normas antecedentes, dos saberes em desaderência, e das renormalizações emergidas no trabalho. (DI FANTI; BARBOSA, 2016, p.223).

Em vista disso, tentaremos, com um olhar interseccional, compreender a atividade de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras da Olaria, utilizando o Dispositivo Dinâmico de 3 Polos (DD3P), uma vez que esse dispositivo objetiva realizar a confrontação entre o saber informal e o formal.

A sociedade, em um plano macroscópico, está em constante debate de normas pelos seus diversos fios que são tecidos em seu interior, tais como valores, crises existenciais, econômicas e políticas. Logo, o mundo do trabalho também está mergulhado em toda essa trama. Os trabalhadores e trabalhadoras, que representam o plano micro, em todo esse tecido social, são afetados por esses fenômenos. Nesse contexto, compreendemos que os trabalhadores e as trabalhadoras que vivenciam esses fenômenos sociais ficam sensíveis e, até mesmo, abalados psicologicamente, pois, conforme pondera Schwartz (2011d), são homens e mulheres que trabalham, mergulhando seus corpos em uma atividade de trabalho, para a produção de bens materiais para sua sobrevivência e de sua família.

Depois do exposto, compreendemos que a interseccionalidade auxilia e procura

²⁶- A dupla antecipação é um movimento no qual a gerência antecipa com suas normas e os trabalhadores antecipam com seus saberes e experiência. Assim, segundo Schwartz “Os gestores, os formadores e os pesquisadores são protagonistas da primeira antecipação. A segunda antecipação é feita pelos próprios trabalhadores. A experiência reconvoca aqueles que antecipam em primeira instância. A dupla antecipação é um fato antropológico” (SCHWARTZ, 2010, pág. 46).

examinar as diferentes categorias sociais, culturais e fenômenos sociais discriminatórios. Os eixos discriminatórios podem interagir de diversas formas e, até mesmo, simultaneamente. Assim, defendemos que a teoria da interseccionalidade poderá ser utilizada quando os trabalhadores e trabalhadoras estiverem no seus postos de trabalho, lidando com os polos do DD3P, pois esse dispositivo é, conforme argumenta Schwartz (2000b), “uma consequência direta da ideia de renormalização na atividade” (SCHWARTZ, 2000b,p.44).

O DD3P teve sua origem a partir de alguns questionamentos feitos pelo professor Yves Schwartz, que foram transcritos por Di Fanti e Barbosa (2016):

Como conhecer as realidades humanas, se as realidades humanas são o resultado da atividade humana e se a atividade humana é sempre, sob todas as formas, um debate de normas, cujo resultado são as renormalizações? Como, nessas condições, imaginar uma postura de conhecimento que não altera, não ignora essa definição do agir humano? (DI FANTI; BARBOSA, 2016, p.226).

O dispositivo em questão consiste em uma síntese da postura ergológica, que nos permite compreender a noção da dupla antecipação. Dessa forma, o dispositivo se constitui como uma tentativa de compreender a história do indivíduo e de suas tensões, crises, dificuldades, sofrimentos, etc, focando-se, sobretudo, naquilo que se passa na atividade de trabalho. Segundo Trinquet (2010), o DD3P pode:

Colocar em diálogo a pluridisciplinaridade dialética dos saberes eruditos e dos saberes de experiência. Ou, dito conforme noções ergológicas: a prática dos processos socráticos em duplo sentido, entre os saberes constituídos e os saberes investidos, organizados no seio de um dispositivo dinâmico de três pólos. (TRINQUET, 2010, p.95)

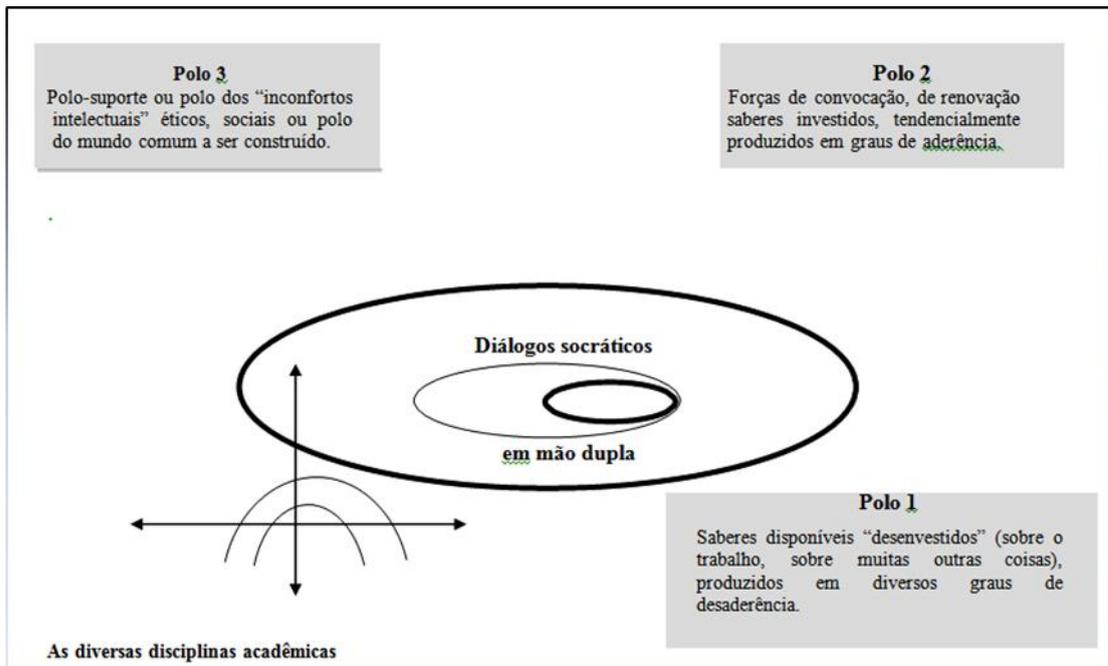
O dispositivo significa, também, realizar um trabalho colaborativo e de formação, sendo, igualmente, lugar de encontro que, segundo Schwartz, “[...] é uma verdadeira matriz de interdisciplinaridade que não é artificial.” (SCWARTZ, 2007, p. 269), Os três polos do DD3P são definidos como:

Polo 1: polo dos saberes constituídos, que são aqueles saberes da aprendizagem acadêmica que exigem conhecimentos dos conceitos.

Polo 2: polo das atividades humanas, onde estão localizados os questionamentos dos valores e da percepção do mundo que, de certa forma, estão ligados a algum conceito que acontece na atividade.

Polo 3: polo da ética e epistemologia, que nos faz olhar o outro como nosso semelhante, como companheiro de atividade; lugar da dialética constante entre o “impossível e o invivível”. (SCWARTZ, 2007, p. 269)

Figura 7 - Esquema geral do Dispositivo Dinâmico de Três Polos



Fonte: SCHWARTZ, 2016, p. 388.

O DD3P nos ajuda a compreender a descoberta que cada um faz de si e dos outros. Todos aprendem e ensinam, processo dialético chamado de diálogos socráticos. Segundo Durrive:

Nós transformamos continuamente o mundo pela atividade humana. Isto produz certo tipo de saber, de construções híbridas, mais ou menos em aderência, portanto ligadas a valores reconcebidos localmente, e mais ou menos em desaderência, quer dizer, próximos de uma elaboração conceitual. (DURRIVE, 2011, p.55)

Durrive (2011) argumenta, ainda, que o diálogo entre o polo 1 e o 2 não é claro à primeira vista, pois o polo 1 se beneficia dos conhecimentos científicos e o polo 2 representa os saberes da/em ações. Então, para haver um diálogo fecundo, é necessária a intervenção do polo 3, que pode desenvolver a interligação dos saberes.

Em uma aproximação da teoria da interseccionalidade, vimos a pertinência de usá-la como lente para compreender a atividade de trabalho, dado que, na Olaria, percebemos a existência de elementos que podem formar uma intersecção, tais como: trabalhadoras negras, pobres e oprimidas. O aprendizado se dá levando em consideração essas intersecções e, assim sendo, a análise da atividade precisa levá-las em consideração, pois são fatores que interferem, dificultando, a construção da experiência pelas trabalhadoras. Por isso, aliamos a interseccionalidade ao dispositivo DD3P;

Segundo Schwartz e Durrive (2016), “[...] cada um se coloca em disponibilidade para aprender com os outros e para transmitir a outros o que a confrontação com o real lhes ensina” (2016, p. 387). Dessa forma, para que exista essa disponibilidade, é necessário que, no momento da atividade de trabalho, conforme explica Trinquet (2010), as trabalhadoras sejam tomadas de uma “atividade interior” que possam dar significado às reflexões feitas na atividade.

O que se passa no corpo das trabalhadoras é um diálogo com elas mesmas, com o posto de trabalho e com os outros, ou seja, essas impressões vêm da “atividade interior”, a qual se refere Trinquet (2010). Considerando a “atividade interior” um movimento interno e que sofre influência da sociedade, presumimos que o resultado dessa reflexão interfere no agir e nas tomadas de decisão das trabalhadoras.

Diante do exposto, acreditamos que, com o olhar interseccional, podemos observar o que se passa entre os polos do DD3P e nas dramáticas do uso de si, por si e pelos outros, pois, pelas dramáticas passam todas as particularidades da vida dos indivíduos.

A interseccionalidade nos ajudou como importante teoria para orientação do campo de pesquisa, pois a maioria das trabalhadoras era negra, pobre e de baixa escolaridade. Além disso, por elas perpassam outros eixos de opressão, ou seja, racismo, sexismo, assédio sexual e assédio moral. Existem, também, na atividade, opressões configuradas na forma de discriminação, tais como a origem social, a opção religiosa, a orientação sexual, a gordofobia e outras mais.

As pessoas que sofrem as opressões são impedidas de exercerem seus direitos como cidadãos. Tais opressões segregam e negam à elas o acesso a coisas e situações. Seguindo essa perspectiva, entendemos que os eixos supracitados podem influenciar nas escolhas e nas tomadas de decisão pelas trabalhadoras na atividade de trabalho, impedindo-as de renormalizar conscientemente a seu favor.

Como exemplo, remetemos ao relato de Héstia que diz sobre os conflitos entre trabalhadoras e chefia em relação às formas de tijolo. Segundo a trabalhadora, as formas têm uma haste de metal que, dependendo do manejo, pode machucar as mãos e os braços. Ela nos informou que já pediu aos chefes para não comprarem esse modelo de forma, mas, ainda assim, o diretor-administrador, que tem formação em engenharia, faz a compra dessas formas, ignorando as trabalhadoras.

FOTOGRAFIA 5 - Formas com hastes de metal

Fonte: Acervo da autora.

Pensando no DD3P, é possível compreender que essa situação retrata a divergência entre o polo 1 e o polo 2, pois transparece o conflito entre os saberes acadêmicos e disciplinares e os saberes da experiência. Então, perguntamos para Héstia se elas reclamam quando essas formas chegam aos postos de trabalho. Cansada e desanimada, ela respondeu que não adianta, porque, apesar de sempre falarem sobre os problemas deste modelo de forma, o diretor administrador responde que elas são as melhores.

FOTOGRAFIA 6 - Operária mudando a posição dos braços na enformação do barro

Fonte: Acervo da autora.

Com a perspectiva interseccional, percebemos que elas, cansadas e discriminadas por

serem mulheres e de forma conjunta, sofrem outras opressões e procuram soluções para os conflitos entre os dois primeiros polos, continuando a trabalhar com os materiais que lhes são fornecidos.

FOTOGRAFIA 7 - Operária modelando o barro na forma com hastes de metal



Fonte: Acervo da autora.

FOTOGRAFIA 8 - Operária modelando o barro na forma com hastes de metal



Fonte: Acervo da autora.

Héstia nos disse que, para não machucar as mãos, ela muda de posição, mas que isso atrapalha execução da atividade. A sequência do gesto, aqui, seria continuar deslizando a mão

até encher a forma, porém, como pode se machucar, ela ergue um pouco a mão e o braço, para não encostar na haste de metal. Em seguida, ela utiliza o arame para cortar o excesso de barro na forma, conforme podemos ver na Foto 28.

Analisando a situação dessas operárias, detectamos um dos eixos da interseccionalidade, que é a dinâmica da hierarquização nas formas de opressão dentro da lógica das relações de poder. No nosso entendimento, as trabalhadoras não têm a oportunidade de desenvolver o terceiro polo do DD3P, pois um dos eixos da interseccionalidade, as relações de poder, estão presentes em seus postos de trabalho. Nesse entendimento, a relação hierárquica e de poder dificulta a efetivação do polo 3, que é, justamente, o pólo da “exigência ética, do respeito”. Segundo Schwartz (2007,p. 268), o terceiro pólo “[...] esta confrontação somente pode ocorrer se existir uma nítida consciência, eu diria um certo modelo de humanidade, que faça com que olhemos nosso semelhante como alguém que está na atividade”. Assim dito, entendemos que o autor destaca que se deve tratar o outro como igual, ou seja, quando estamos em atividade somos todos iguais, pois é em atividade que acontece a dialética que “[...] é permanente entre o impossível e o invivível” (SCHWARTZ, 2007b, p.134).

Entendemos que as mulheres sempre sofreram opressão, conforme alerta Saffioti (2000):

Acham muitos que a opressão (exploração-dominação) não só das mulheres, mas também deles era muito mais aguda no passado remoto. O capitalismo teria aberto as portas do mundo do trabalho para a mulher. Não foi, nem é assim. O capitalismo abriu as portas sim, mas do emprego, pois as mulheres já trabalhavam, havia muito tempo, mais que os homens. A realidade social é contraditória, comportando avanços e retrocessos. Como ilustração destes últimos, lembra-se a Lei 9.099/95, que liberou os maridos e companheiros para a agressão física, psicológica e sexual contra suas mulheres. (SAFFIOTI, 2000, p.73).

E no posto de trabalho não é diferente. A opressão vem de diversas formas, por isso pensamos em analisar a atividade das mulheres, baseando-nos na teoria interseccional juntamente com a noção de Dispositivo Dinâmico de Três Polos.

No caso acima apresentado, nós podemos verificar a confrontação do saber formal e informal, sendo que, na situação descrita, o saber formal prevaleceu. O conhecimento informal da trabalhadora não foi considerado para que a forma com haste de metal não fosse comprada, pois, conforme ela disse, “ele [o diretor] não a ouve.

É importante esclarecer que a análise da atividade das trabalhadoras abordou os seus

atos e sentimentos no posto de trabalho. O DD3P, por sua vez, auxiliou no sentido de voltar para a questão da atividade humana de trabalho, e a interseccionalidade foi utilizada para analisar a questão da opressão a que toda mulher está sujeita.

Percebemos que, no posto de trabalho na Olaria, são produzidos saberes e que eles se renovam a cada novo tijolo enformado. Notamos, também, a confrontação dos polos 1 e 2, porém, com o olhar interseccional, vimos que faltou ética e respeito à atividade das trabalhadoras.

4 - OLARIA DE TIJOLOS ARTESANAIS: TERRITÓRIO DE TRABALHO.

O trabalho não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades. (Karl MAarx)

Território, segundo Santos, (1999) “[...] é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem se realiza plenamente, a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 1999, p.1). Seguindo essa linha de raciocínio, Souza (2003) explica que “[...] o território também é um espaço delimitado e, a partir de relações de poder, o território não se refere somente aos limites político-administrativos estabelecidos por linhas ou marcos divisório”. (SOUZA, 2003, p.86)

Todavia, trabalho e território são duas categorias que se articulam em direção à compreensão acerca do que se referia Durkheim (2007,p., 35) quando afirmou, em sua teoria social, que “[...] o trabalho cria vínculos sociais”, dado que, apesar das tensões surgidas no território, ele também é lugar de encontros. Dito isso, podemos entender que, no território, os indivíduos se identificam, gerando sentimentos de pertencimento.

O território de trabalho, por seu turno, é um lugar ativo que pode ser de desenvolvimento, de retrocesso ou de estagnação, visto que ele é um local de relações de poder, onde atuam os sujeitos. Nesse sentido, compreendemos que o território da Olaria de tijolos artesanais é onde se situam homens e mulheres trabalhando, cada um exercendo a sua territorialidade.

A territorialidade pode ser entendida como um fenômeno que acontece na sociedade entre indivíduos do mesmo grupo social e/ou de grupos distintos, com relações de poder. Segundo Saquet,

A territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, no trem, na rodoviária, enfim, na cidade-urbano, no rural agrário e nas relações urbano-rurais de maneira múltipla e híbrida. (SAQUET, 2009, p. 90)

O trabalho, na sociedade, é uma atividade cotidiana e pode ser uma categoria cultural, já que a cultura também está no território. Então, refletimos sobre a compreensão de Schwartz

(2011c), quando ele afirma que “[...] em todas as sociedades, quaisquer que sejam os lugares ou as épocas, os homens e as mulheres trabalham, ou seja, envolvem seus corpos em uma atividade socialmente programada que visa a produzir os meios materiais de suas existências” (SCHWARTZ, 2011c, p.20). Logo, é possível questionar: será que o trabalho está presente em todo território? O trabalho está sempre sujeito às territorialidades? Essas indagações nos fazem refletir, pois, tratando-se de trabalho, as questões não são simples.

Em 2013, a OIT adotou a definição de trabalho como sendo toda atividade que fabrica bens e serviços, independentemente de ela ser informal ou formal, realizada em empresas ou domicílios. O trabalho, contudo, pode ser abordado de diferentes formas, já que seu conceito, segundo Tersac e Maggi (2004), pode ter o sentidos variados, dependendo da sociedade, do modo econômico, da atividade produtiva, etc. Os autores seguem explicando que esse fenômeno acontece, por que:

[...] o trabalho reflete uma configuração singular de uma sociedade em um dado momento e, de outro, a própria noção de uma construção social que repousa sobre a codificação de práticas e exclui totalmente certas realidades, por meio das quais estas práticas revelam outras (TERSAC; MAGGI, 2004, p.80).

Assim, neste estudo, tentar-se-á conceituar o trabalho por meio da abordagem ergológica, que, conforme dissemos, é um modo de aproximação da atividade, conforme Schwartz (2016, p. 255) “[...] é voltada às pesquisas de interfaces com numerosas disciplinas. A definição de trabalho é melindrosa. Até mesmo os estudiosos Durrive e Schwartz (2007) dizem não saber muito bem o que é o trabalho, pois a roda da vida gira e tudo se modifica, sendo que o que era considerado “trabalho” no início da Idade Média, hoje já não o é mais. Cunha (2013) expressa, da mesma forma, que:

Não podemos definir o que seja o trabalho, essa experiência cujos contornos conceituais e históricos não podem ser delimitados, não só em cada um de nós, mas também na humanidade. Ao mesmo tempo, podemos observar elementos fundamentais de toda atividade que atravessam a história da humanidade, e é preciso articular as dimensões antropológicas e históricas para localizar o que muda, o que está em crise na experiência do trabalho. Mesmo fazendo face à necessidade premente de caracterizar o que muda no trabalho na contemporaneidade entre emprego/desemprego, produção/serviços, trabalhar/gerir etc. (CUNHA, 2013, p.28)

A dificuldade encontrada em se conceituar o trabalho se justifica pela sua própria essência, já que, de acordo com Schwartz (2011, p. 20), “[...] o trabalho é uma realidade enigmática, e que uma definição clara do trabalho será sempre um problema”.

Mesmo com todas as dramáticas que permeiam a noção de trabalho, o território

escolhido para o estudo do processo de trabalho foi Olaria, que é um território de ofícios milenares, cansativos, precários e inóspitos. Assim sendo, no desenvolver deste tópico, teceremos, brevemente, a história das olarias, onde são produzidas as cerâmicas, e que deram origem aos ofícios de oleiros e oleiras, sujeitos deste estudo.

A Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica (ANFACER) informa que a cerâmica é o material artificial mais antigo produzido pelo homem. Em seu site²⁷, ela explica que a origem etimológica da palavra cerâmica vem do vocábulo grego *kéramos*, que significa “terra queimada” ou “argila queimada”, sendo este um material que possui grande resistência, frequentemente encontrado em escavações arqueológicas.

Estudos arqueológicos Gonzdlez (1998), Santos; Munita (2013) apontam que a cerâmica é produzida há mais de 10 mil anos. Assim, a ANFACER explica que, quando o homem se tornou agricultor, no período Neolítico, ele teve dificuldades para guardar e cozer sua produção, então aqueles que moravam em lugares próximos à fontes de argila construíram vasilhames rudimentares, usando esse material, que, inicialmente, era seco ao sol. Segundo Petrucci (1976, p. 1), na cidade antiga de “Caldeia foi muito utilizado o tijolo cozido”, demonstrando que, quando os homens constataram que a argila era resistente, começaram a usar o mesmo material para a construção de casas. O mesmo aconteceu com os assírios, que construíram o palácio de Khorsabad com tijolos, aproximadamente, no ano de 717 a.C.

Segundo a ANFACER, a cerâmica pode ser uma atividade artística, quando se volta para a produção de artefatos com valor estético; ou uma atividade industrial, quando se produz utensílios domésticos e artefatos para uso na construção civil e nas engenharias em geral, na medicina etc. Hoje, além de sua utilização como matéria-prima constituinte de diversos instrumentos domésticos, para a construção civil e como material plástico nas mãos dos artistas, a argila também é utilizada na tecnologia de ponta, mais especificamente na fabricação de componentes para foguetes espaciais, devido à sua durabilidade.

No Brasil, Schaan (2007) aponta que os artefatos mais antigos de cerâmica foram encontrados na Ilha de Marajó e em sítios arqueológicos na região amazônica, e datam de 1500 a.C. A partir dessas descobertas, o autor afirma que a cerâmica vermelha não chegou ao Brasil com os colonizadores portugueses ou foi trazida pelos africanos escravizados. Contudo, os portugueses foram os responsáveis pelas instalações das primeiras olarias sistematizadas no país, na cidade de São Paulo, sendo que as primeiras instalações foram realizadas em colégios, engenhos e nas fazendas dos jesuítas. Segundo Salla (2014), as olarias paulistas

²⁷ - Site ANFACER <https://www.anfacer.org.br/>

produziam tijolos e telhas para atender à grande demandam oriunda das construções de edifícios e casas na cidade que se formava. Para suprir a busca por vasilhames, elas também produziam utensílios domésticos de barro.

Atualmente, a indústria cerâmica pode ser dividida entre: olarias que fabricam artefatos artísticos para ornamentos residenciais; olarias que fabricam adornos pessoais; e olarias de cerâmica vermelha, que fabricam tijolos, blocos, telhas, elementos vazados, lajes, tubos cerâmicos e argilas expandidas. Nos dois primeiros tipos de produção, na maioria das vezes, os oleiros utilizam o torno para a moldagem de objetos ou podem trabalhar usando somente as mãos. Já o último tipo de olaria são divididas em:

Materiais de revestimento: são aqueles na forma de placas, usados na construção civil para revestimento de paredes, pisos, bancadas e piscinas de ambientes internos e externos. Recebem designações, tais como: azulejo, pastilha, porcelanato, grês, lajota, pisos.

Cerâmica branca: é um grupo muito diversificado, que utiliza massa branca com camadas vítreas transparentes incolores, na produção de suas peças. Esse grupo se subdivide em: louça branca, louça de mesa, isoladores elétricos para alta e baixa tensão, cerâmica artística (decorativa e utilitária) e cerâmicas técnicas para fins diversos, como químico, elétrico, térmico e mecânico.

Materiais refratários: materiais que têm a finalidade específica de suportarem elevadas temperaturas, geralmente equipamentos industriais que envolvem esforços mecânicos, ataques químicos, variações bruscas de temperatura.

Isolantes térmicos: materiais que podem ser subdivididos em isolantes térmicos não refratários, que podem suportar até 1100°C, e fibras ou lãs térmicas, que podem suportar até 2000°C.

Abrasivos: materiais que utilizam matérias-primas e processos semelhantes aos da cerâmica, constituindo-se num segmento cerâmico da indústria de abrasivos. Entre os produtos mais conhecidos, podemos citar o óxido de alumínio eletrofundido e o carbetto de silício.

Vidro, cal e cimento: materiais que constituem três importantes segmentos cerâmicos e que, por suas particularidades, muitas vezes, são considerados à parte da cerâmica.

Cerâmica de alta tecnologia/cerâmica avançada: materiais desenvolvidos a partir de matérias-primas sintéticas de altíssima pureza e por meio de processos rigorosamente controlados, que são utilizados por áreas como a aeroespacial, a eletrônica, a nuclear e muitas outras que necessitam de materiais com qualidade excessivamente elevadas.

Revestimentos cerâmicos: materiais feitos de placas cerâmicas que são constituídas, em geral, de três camadas: a) o suporte ou biscoito, b) o engobe,²⁸ que tem função impermeabilizante e garante a aderência da terceira camada, e c) o esmalte, camada vítrea que também impermeabiliza, além de decorar uma das faces da placa. O corpo cerâmico compõe-se de matérias-primas naturais, argilosas e não

²⁸ - Técnica de decoração cerâmica.

argilosas. Os materiais argilosos são formados de uma mistura de diversos tipos e características de argilas para dar a composição desejada e são a base do biscoito. Os materiais não argilosos, quartzo, feldspato e caulim, servem para sustentar o corpo cerâmico ou promover a fusão da massa, e os materiais sintéticos são utilizados para a produção de engobes e esmaltes que servem para fazer a decoração dos revestimentos. (ANFACER, 2020)

O estudo aqui desenvolvido analisa o trabalho das oleiras na fabricação de tijolos artesanais, mais especificamente, investigando sobre como elas constroem sua experiência na atividade de trabalho no território oleiro.

4.1 - Origens do trabalho oleiro de tijolos artesanais na cidade de Betim

As olarias são consideradas um subgrupo das indústrias da cerâmica vermelha, que fazem parte do grande grupo da construção civil. Segundo, Cabral Junior ET AL (2005), a identificação do setor como de “cerâmica vermelha” se deve ao fato de que as peças produzidas, depois de “queimadas”, adquirem uma coloração avermelhada. O grupo das indústrias da cerâmica vermelha é dividido em: produção de tijolos, telhas e outros produtos para a construção civil; e produção de vasilhames, que podem ser ornamentais ou de utilidades domésticas. No caso desta pesquisa, o campo escolhido foi uma olaria de tijolos artesanais e industriais.

Conforme informam Cabral Junior ET AL (2020), as indústrias oleiras estão na grande cadeia de serviços da construção civil e representam 4,8% desta indústria no país, sendo responsável por 90% da alvenaria e coberturas construídas no Brasil. Geralmente, as olarias artesanais são investimentos de pequeno e médio porte e gerenciados por uma família.

No entanto, segundo o IBGE (2008), em todo o Brasil, existem cerca de 6.093 olarias, e, segundo a Associação Nacional da Indústria Cerâmica (ANICER) (2008), as empresas de cerâmica vermelha geraram cerca de 293 mil empregos diretos e 900 mil indiretos, faturando em torno de 18 bilhões de reais anuais. Com relação à matéria-prima, a argila, a movimentação é em torno de 60 milhões de toneladas ao ano, com reflexos nas vias de transporte e no meio ambiente de lavra de argila.

No que diz respeito à produção de cerâmica vermelha no mercado externo, segundo Bustamante e Bressani (2000), o Brasil vem melhorando gradativamente a sua participação no mercado mundial, sendo que a exportação do país representa 5% do consumo mundialmente, mas ainda está muito aquém de países como a Itália e a Espanha que exportam para, aproximadamente, 78% do mercado mundial. A América do Norte, a Europa e a

América Latina, com exceção dos países do Mercosul, compram aproximadamente 60% das exportações brasileiras. Já os países do Mercosul ficam com 33,5% das exportações.

As olarias, na cidade de Betim, começaram a serem instaladas por volta do ano de 1750. A cidade de Betim, por sua vez, originou-se de uma Sesmaria concedida a Joseph Rodrigues Betim, por Borba Gato. Nessa época, o local era uma importante rota para os Bandeirantes que vinham de São Paulo e iam para Pitangui, em busca de esmeraldas e outros minerais preciosos. Betim foi colonizada, majoritariamente, por portugueses. Com essa nova população, surgiu necessidade de construção de casas. Inicialmente, as moradias eram feitas de adobe, que gradualmente foram, substituídos pelos tijolos artesanais de argila.

FOTOGRAFIA 9 - Primeira edificação de Betim, hoje, Casa da Cultura Josephina Bento-²⁹



Fonte: Acervo da autora

O acelerado crescimento da cidade se deu devido às grandes expedições realizadas pelos bandeirantes em busca de pedras preciosas, que acabaram se instalando na cidade. Esse fator contribuiu para a proliferação das olarias, que se concentravam em torno do rio Betim e córrego Areias, devido à grande quantidade de matéria-prima que existia em suas margens, a argila.

, Mais tarde, a cidade se tornou polo petroquímico, com a instalação da Refinaria Gabriel

²⁹- Primeira edificação de Betim, construída em “pau a pique” foi feita para servir de estalagem para os tropeiros, viajantes e bandeirantes que vinham para as Minas Gerais. Hoje, Casa da Cultura Josephina Bento, tombada pelo IEEPHA em 1998.

Passos. Após o estabelecimento da refinaria, segundo a FUNARBE, o planejamento estadual destinou à Betim uma industrialização de base, representada pela criação de indústrias siderúrgicas e de produção de alimentos, para o abastecimento da capital. Betim, com outras cidades, constituiria o chamado “Cinturão Verde” de Belo Horizonte.

A FUNARBE informa que, na década de 1940, instalam-se as primeiras indústrias de Betim, ligadas à constituição do Parque Siderúrgico Nacional, a saber: Cerâmica Saffran (1942), Ikerá (1945), Cerâmica Minas Gerais (1947). Nos anos 1950, outro tipo de indústria se desenvolve no Brasil, o que encontrou reflexo em Betim: a indústria de bens de consumo duráveis, como os automóveis. Betim, por sua oferta privilegiada de infraestrutura e por sua localização, às margens de rodovia e ferrovia, torna-se polo de atração para as indústrias. Nesse período, construiu-se a Rodovia Fernão Dias, cujo leito atravessa a cidade de Betim e se constituiu em um novo eixo de desenvolvimento econômico para a cidade e para o estado de Minas Gerais. Este importante eixo rodoviário que liga Belo Horizonte a São Paulo influenciou no desenvolvimento industrial de Betim, afetando, inclusive, o crescimento das olarias, dado que a demanda por construções de moradias e parques industriais aumentaram. Mas, com o passar do tempo e a chegada de novas tecnologias, que culminaram na criação de novos materiais para a construção civil, tais como os blocos feitos de cimento, a época áurea das olarias foi desaparecendo.

Dessa maneira, as olarias foram diminuindo, restando somente algumas no entorno da cidade. As olarias remanescentes sobrevivem ao tempo, operando com pouca mão de obra e, na maioria das vezes, além de não serem resguardadas socialmente, ou seja, não terem registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social, utilizam o sistema de produção manufaturado e, quando tal sistema é industrial, o maquinário está ultrapassado.

FOTOGRAFIA 10 - Primeiras olarias em Betim

Fonte: Acervo da autora.

4.2 - O processo de trabalho na olaria

O processo de trabalho engloba todas as etapas que constituem as práticas produtivas do trabalho, que, por sua vez, “ a atividade adequada a um fim, [elas envolvem] o próprio trabalho; a matéria a que se aplica o trabalho; o objeto de trabalho; os meios de trabalho; o instrumental de trabalho.”(MARX, 2011, p. 212)

O trabalho também deve ser considerado parte de qualquer estrutura social, pois a produção de valores de uso não muda sua natureza, estando ou não em controle do capitalista. Marx (2011) explica que o trabalho é um processo pelo qual o homem e a natureza participam, modificando um ao outro. Essa concepção foi definida pelo autor em meados do século XIX, porém ela é atual na Olaria, onde o processo de produção de tijolos é manufaturado. Ou seja, lá as mulheres ainda interagem com a natureza, modificando-a e sendo por ela modificadas.

As trabalhadoras imprimem no material (o barro) o projeto que têm conscientemente no pensamento (o tijolo), o qual constituiu a lei determinante do seu modo de operar e para o qual devem subordinar sua vontade; isto é, a matéria que se aplica o trabalho (a terra), o objeto de trabalho (o barro) e os meios e o instrumento de trabalho, que, segundo Marx “[...] é

um complexo de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto” (2011, p. 212). O autor informa, ainda, que, concluído o produto, acaba-se aquele processo.

Assim sendo, o processo de trabalho produtivo das mulheres começa quando elas chegam ao terreiro da Olaria e preparam a bancada de trabalho. A bancada, por seu turno, consiste em uma mesa, onde é enformado o barro, e um caixote, situado ao lado, que é abastecido com areia fina. Essa areia fina do caixote é jogada na forma antes de o barro ser colocado, como explicou a operária Atena: “Você joga a areia na forma e depois bate a forma na bancada para se retirar o excesso. É igual quando se faz um bolo, que antes de colocar a massa você tem que enfarinhar”. Dessa forma, as trabalhadoras usam a areia fina para não deixar o barro grudar na forma, facilitando a saída do tijolo pronto. Assim, o tijolo se solta da forma, quando ela é batida no chão.

A bancada é abastecida com o barro pelo barrista e, quando as mulheres chegam até ela, basta começarem o trabalho. Elas pegam uma porção de barro com as mãos (Foto 7) e vão moldando-a até formarem o bastão (Foto 8). Essa modelagem do barro contribui para que ele se encaixe melhor dentro da forma, que já está “lavada” com areia.

FOTOGRAFIA 11 n- Operária iniciando a modelagem do bastão



Fonte: Acervo da autora.

FOTOGRAFIA 12 - Operária modelando o bastão

Fonte: Acervo da autora.

Depois que o bastão está dentro da forma, com a ajuda de um arame, as trabalhadoras cortam o excesso de barro. Após esse corte, as trabalhadoras alisam o barro com as mãos até que ele fique uniforme dentro da forma. Depois desse procedimento, elas dão uma “batidinha de leve” com a forma na bancada, para, logo em seguida, batê-la no chão, de maneira que o barro enformado saia sem quebrar. Depois, os tijolos são depositados no chão para que sequem.

FOTOGRAFIA 13 - Operária empilhando os tijolos para a secagem



Fonte: Acervo da autora.

Após a secagem dos tijolos no chão, eles são empilhados no pátio de secagem, por cerca de 30 dias, para depois irem ao forno.

FOTOGRAFIA 14 - Operária empilhando os tijolos para a secagem



Fonte: Acervo da autora.

FOTOGRAFIA 15 - Tijolos para a “queima”

Fonte: Acervo da autora.

Logo após o período de secagem (Foto 10), os tijolos são acondicionados no forno para a queima. Após três dias ou mais, o tijolo estará “queimado”. Então, ele precisa ser resfriado, o que pode acontecer em um ou dois dias, dependendo da temperatura ambiente. Os tijolos já queimados (Foto 11) irão para o estoque ou, se forem encomendados, serão diretamente carregados no caminhão para entrega (Fotos 12 e 13).

FOTOGRAFIA 16 - Tijolos “queimados” dentro do forno

Fonte: Acervo da autora.

FOTOGRAFIA 17 - Tijolos no estoque

Fonte: Acervo da autora.

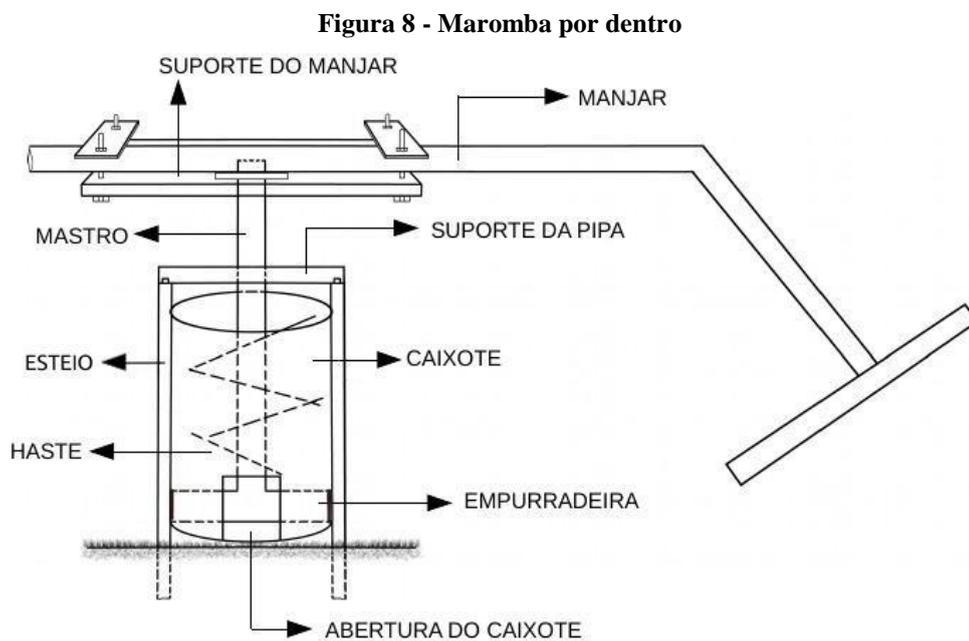
4.3 - O trabalho do barrista e o trabalho dos forneiros

A atividade do barrista é fundamental no fluxo de trabalho na olaria, pois é o trabalhador que ocupa esse posto de trabalho quem fornece o material para a produção dos tijolos. Na olaria pesquisada, tal atividade é executada por um homem que trabalha há vinte e cinco anos de trabalho na empresa. Esse sujeito nem sempre foi barrista. Ele nos disse que começou a trabalhar como ajudante de tijoleiro, passando a ocupar, posteriormente, o cargo de barrista, função hierarquicamente superior a todas as outras da olaria, com exceção dos postos ocupados pelos proprietários.

Assim como todos acontece com todos os outros trabalhadores do local, em sua carteira de trabalho a remuneração constante é equivalente a um salário-mínimo, sendo que os ganhos suplementares são referentes à porcentagem de sua capacidade produção individual e, também, da produção dos tijoleiros. A remuneração desse trabalhador, normalmente, é de quase R\$ 3.000,00 (três mil reais). Este trabalho, porém, é muito precário, cansativo e repetitivo. O barrista é o primeiro a chegar ao local de trabalho, sendo que sua jornada de trabalho começa às 2h e termina por volta das 16h. Ele tem 1h de almoço e 15 minutos de lanche pela manhã e à tarde.

O trabalho do barrista consiste em recolher a argila e a fuligem no estoque, e levá-los para a maromba - que está representada na Figura 5 - para serem transformados em barro. Compete a esse trabalhador o controle da água na vala e do animal de tração que movimentava a pipa ou a maromba.

Na maromba, notamos que a peça fundamental é formada por um eixo (mastro), munido por hastes (formato das hélices), inserido em um recipiente de madeira ou metal (caixote), que na olaria pesquisada é de madeira.



Fonte: Arte por Carolina Alves Cassimiro.

O caixote tem duas aberturas, a superior, por onde é feito o abastecimento, e a inferior, onde ocorre a saída do barro. Segundo Ribeiro (1972, p.292), o sistema da maromba é “[...] aplicado há séculos na roda de oleiro”. Na Olaria pesquisada, o funcionamento da maromba se dá por tração animal, no caso, por cavalos³⁰. O animal é atado ao sistema do manjar que o faz girar. O cavalo, então, faz o mastro e as hélices girarem, o que acarreta a mistura do material dentro do caixote, até que ele se transforme em um barro homogêneo. Quando esse ciclo se completa, o barrista retira o barro e o distribui entre bancadas.

³⁰- Segundo os proprietários, os animais da olaria são revezados e não trabalham mais que 4 horas diárias. Eles têm assistência veterinária e andam livremente pela olaria.

FOTOGRAFIA 18 - Maromba

Fonte: Acervo da autora.

O controle da quantidade de barro colocada nas bancadas é de responsabilidade do barrista, pois se ela ultrapassar o necessário, o barro seca, dificultando a sua modelagem. O barrista distribui o barro entre as bancadas e, também, controla o trabalho, porque quanto maior for a produção, maior será seu ganho financeiro. Apesar desse funcionário não ter sido nomeado como “gerente” da olaria, os trabalhadores o reconhecem como tal.

FOTOGRAFIA 19 - - Barrista preparando o barro para o abastecimento das bancadas



Fonte: Acervo da autora.

Dessa forma, o barrista chama a atenção dos outros trabalhadores quando a produção está “devagar” ou quando algum funcionário que se atrasa ou que falta ao trabalho. Ressaltamos, ainda, que o ofício do barrista é uma posição invejada.

FOTOGRAFIA 20- O Barrista abastecendo a maromba



Fonte: Acervo da autora.

FOTOGRAFIA 21 - - Forno tipo caieira



Fonte: Acervo da autora.

A atividade dos forneiros também é considerada, entre os trabalhadores, como uma das melhores, porém esta é uma das funções da Olaria que apresenta maior risco à saúde do trabalhador. A olaria pesquisada emprega um forno tipo caieira, cuja característica é manter uma chama intermitente, com capacidade de queima de mais de 200 mil peças em cada fornada. Ao lidar com esse equipamento, os forneiros ficam expostos a altas temperaturas. Segundo as autoras Borges e Zandonadi (2014), que são estudiosas na área de engenharia do trabalho:

A NR-15 [...], alerta que as temperaturas extremas podem ter influência sobre o trabalhador no seu posto de trabalho. O problema pode ser originado pela exposição ao calor produzido por fontes radiantes, correntes de convecção ou por condução (BORGES; ZANDONADI, 2014,p.3).

FOTOGRAFIA 22 -Boca do forno

Fonte: Acervo da autora.

Além desse contato contínuo com o equipamento em alta temperatura, as funções do forneiro são: limpar a boca do forno sempre que se formarem cinzas; selecionar a madeira e abastecer o forno, cuidando sempre para manter a chama uniforme; manter o estoque de lenha próximo ao forno; e colocar as peças dentro do forno para a queima e retirá-las após o resfriamento.

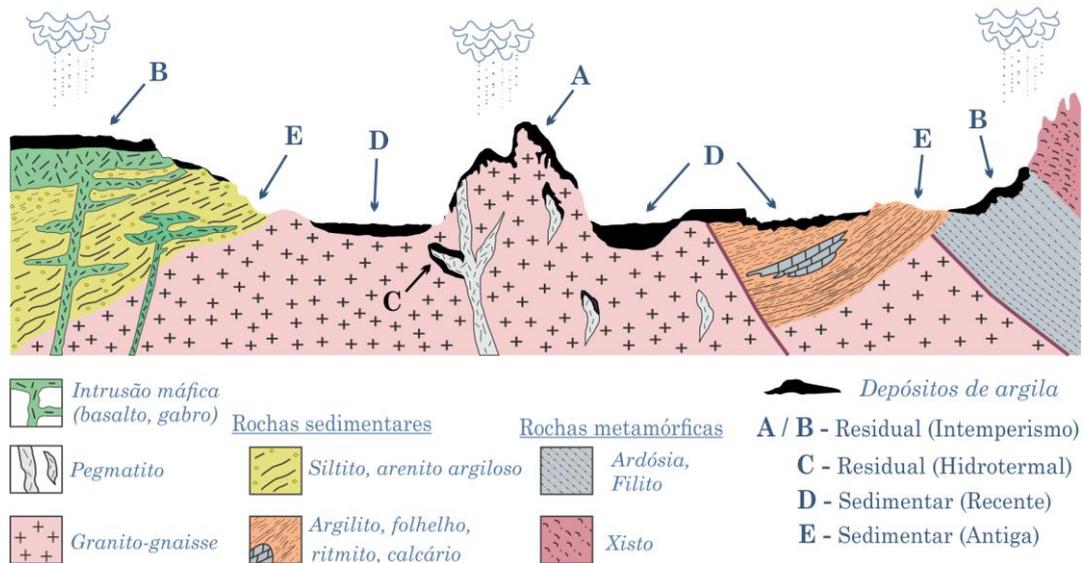
Em entrevista com os forneiros, perguntamos a eles se gostavam desta função. Eles responderam que gostavam, que já se acostumaram e não se incomodavam, relatando que o trabalho mais pesado é o de tempo da “queima”, porque, quando não há peças para o forno, eles fazem atividades mais leves. Perguntamos, também, o motivo pelo qual não havia mulheres trabalhando no forno e eles responderam que “a mulher não dá conta do serviço lá.”

4.4 - A matéria prima: a argila

A argila é a principal matéria prima para a elaboração dos tijolos. Segundo Sotero ET AL (2020) é um termo que “não tem significado genético, sendo utilizada para materiais provenientes do intemperismo³¹, ação hidrotermal ou da sedimentação.” (2020, p.47)

Continuando Sotero et al, explica que os depósitos extraídos de argila comercial, normalmente são residuais, ou seja originados da decomposição direta das rochas, ou sedimentares, decorrentes da sedimentação de partículas transportadas, ou diagenéticas. Na RMBH a atividade mineral da argila é escassa, a maior concentração encontra-se nas cidades de Rio Manso, Esmeraldas e Pedro Leopoldo, com depósitos de argila sedimentar em terraço aluvionar, quase sempre associados a extrações de areia, os quais a argila é subproduto da extração da areia. As argilas são classificadas em: Argilas residuais (primárias ou de alteração) e Argilas sedimentares (secundárias ou transportadas).

Figura 9 - Formação depósitos argilosos



A ilustração acima, conforme informa Victória, (2018) é um esquema das diferentes formas de ocorrências dos depósitos argilosos. As argilas residuais formam-se a partir da decomposição de vários tipos de rochas em superfície (A e B), ou então pela alteração hidrotermal das rochas em profundidade (C). Por outro lado, as argilas sedimentares resultam do acúmulo de argilominerais re trabalhados em superfície, quando os mesmos se depositam em regiões de baixos topográficos (bacias).

Segundo Sotero ET AL (2020), “as argilas fluviais são extremamente plásticas,

³¹- Intemperismo - Conjunto de processos decorrentes da atividade climática e biológica sobre as rochas (sedimentos e solo), alterando sua estrutura e composição. Acesso em 11/06/2021. Disponível em: http://www.mrlima.agrarias.ufpr.br/GMCS/arquivos/slides_intemperismo.pdf

apresentam alto teor em óxido de ferro e são utilizadas com sucesso na produção de cerâmica vermelha.” Os autores ainda informam que, as argilas com essas características, são mais facilmente encontradas em países de clima tropical, como o Brasil.

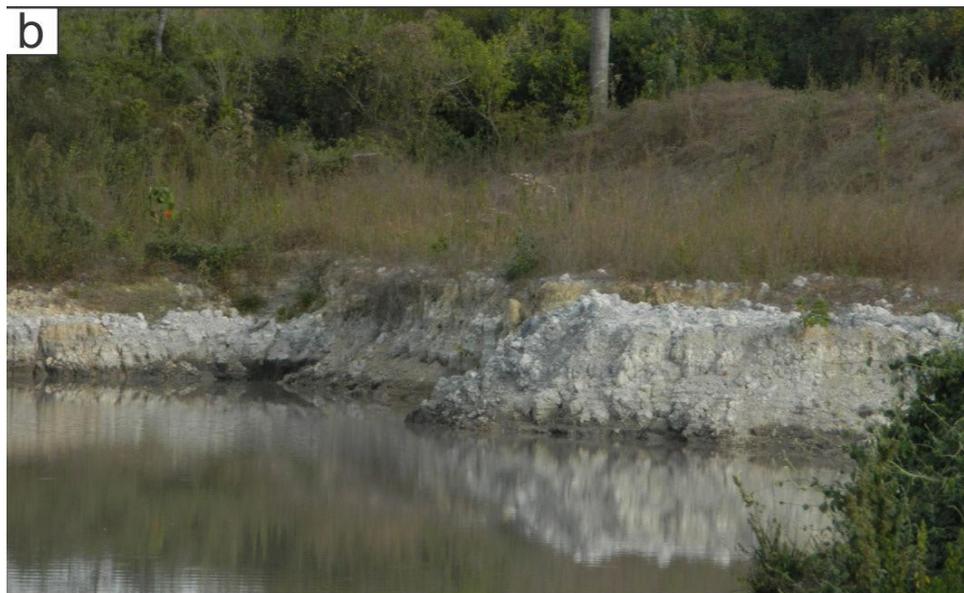
A cidade de Esmeraldas é a maior produtora de areia da RMBH, ela está situada na região noroeste da RMBH, é vizinha da cidade de Betim, distam aproximadamente 33 km da Olaria pesquisada. Conforme mapa abaixo, podemos verificar que ela está na porção central do estado de Minas Gerais, onde estão as lavras de areia, conseqüentemente, de argilas comuns. Essas minas são comumente exploradas para o mercado da construção civil e para a produção de cerâmicas vermelhas em fábricas de pequeno, médio ou grande porte, ou em olarias familiares que abastecem os mercados locais.

Vale lembrar que, o escopo da pesquisa não é a investigação da extração de argila, porém reconhecemos que é importante citar no estudo a origem da matéria prima trabalhada na olaria em questão. Como também, é importante alertar que a atividade extrativista da argila pode provocar impactos ambientais importantes. De modo que, Almeida (2020) explica que:

Ao extrair a argila, as indústrias ceramistas jogam o rejeito, ou seja, a parte superficial do solo que é retirado, no leito do rio. Onde tira a argila fica uma cratera sem nenhuma proteção vegetal como visto na figura abaixo, fazendo com que a área fique inóspita para o desenvolvimento da vegetação. O rejeito é lançado ao rio e quando vem a enchente no período das chuvas ele é arrastado pela correnteza da água contribuindo para o assoreamento destes e das lagoas. (ALMEIDA, 2020. S/P)

A exploração da areia, que gera a argila, provoca assoreamentos de rios e lagos, destruindo a fauna e flora no entorno e dentro do rio ou lago. Dessa forma, ocasionando muitos danos ao meio ambiente, como podemos observar nas fotografias nº 23 e 24.

FOTOGRAFIA 23 - Argila sedimentar em terraço aluvionar em Esmeraldas



Fonte: Sotero et al (2020)

FOTOGRAFIA 24 - Alta turbidez e assoreamento de corpos d'água associado a extrações de areia



Fonte: Sotero et al (2020)

O transporte da argila é feito por meio de frete pago pela Olaria. Segundo Luz e Lins (2008) o transporte de argila das lavras até as olarias são feitos por meio de caminhos basculantes comuns. A legislação referente a transporte de materiais, abrange somente aos

materiais perigosos (resolução nº 5.232, de 14 de dezembro de 2016)³². Existe a Lei nº 19.976, de 27 de dezembro de 2011 (MG de 28/12/2011) com atualização em 2017, que exige no artigo 16, parágrafo 5º a obrigatoriedade de registro no CERM³³ para pessoas com interesse em: lavar, (método de lavra) transporte e distribuição dos recursos minerários extraídos.

Nós indagamos ao diretor proprietário sobre as questões ambientais no tocante a olaria, ele respondeu que todos os documentos estão em dia e que periodicamente recebe fiscalização da SEMAD³⁴, mas nunca lhe questionaram sobre o transporte da argila até a olaria, porém questionaram sobre o transporte dos tijolos aos seus clientes.

4.5 - Trabalhos manufaturado e industrial na olaria

A tortura deu lugar às descobertas mecânicas engenhosas, cuja produção dá trabalho a uma imensidade de honestos artesãos.

(Karl Marx)

O trabalho manufaturado se iniciou por volta do século XVI. A manufatura nasceu com a concentração de trabalhadores independentes e a criação de vários ofícios, onde os processo produtivo começou a dividir-se em diferentes setores. Segundo Marx (2011), esta é a forma clássica do processo de produção capitalista, ou seja, o trabalhador não tem controle sobre seu trabalho como tinha na produção artesanal.

Marx (2011) informa que a manufatura deriva do artesanato e tem duas vertentes. A primeira diz respeito à junção de vários ofícios que antes eram independentes e que se tornam especializados. Nessa vertente, os trabalhadores perderam a sua independência e se tornam trabalhadores parciais. A outra vertente decompôs ofícios em diferentes fases, individualizando cada uma, tornando o artífice completo em um trabalhador exclusivo, que

³² - resolução nº 5.232, de 14 de dezembro de 2016 Para conhecer a resolução, acessar – site da Agência nacional de transportes terrestres.

https://antilegis.datalegis.inf.br/action/UriPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00005232&seq_ato=000&vlr_ano=2016&sgl_orgao=DG/ANTT/MTPA&cod_modulo=161&cod_menu=5411

³³ - CERM - Cadastro Estadual de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários.

³⁴ - SEMAD – Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais.

tem conhecimento de apenas uma função. A manufatura, de qualquer maneira, faz a divisão do trabalho e do trabalhador, pois ela é, um mecanismo de produção, e, como em todas épocas da história houve a divisão do trabalho, não é diferente no modelo manufatureiro. O ofício segue esse mesmo caminho, pois, inicialmente, existiam oficinas nas quais a fabricação de tijolos e de vasilhames e utensílios domésticos se misturavam, diferentemente do que acontece atualmente.

Ao longo dos anos, sistema manufatureiro foi se ampliando cada vez mais, e a produção aumentando, estendendo-se até o final do século XVIII. Nesse contexto, “[...] a habilidade profissional do artesão é o fundamento desse processo de produção, no qual o trabalhador é absorvido por uma função parcial e sua força de trabalho se transforma para sempre em órgão dessa função parcial” (MARX, 2011, p.219). Ademais, há, também, o aperfeiçoamento de velhas ferramentas e o surgimento de novas, o que acarretou à aceleração do processo de produção.

Nesse cenário, explica Marx (2011) criam-se condições para o aparecimento das primeiras máquinas, que não passam de simples combinações de algumas ferramentas já existentes. Assim, o trabalho ficou cada vez mais parcial e especializados, e as máquinas e as técnicas se aperfeiçoaram. Nesse caminho, as novas ferramentas produziam cada vez mais rapidamente, e, em 1735, o anúncio da máquina de fiar de John Wyatt, que fiaria sem os dedos, foi o marco da Revolução Industrial.

A Revolução Industrial é dividida segundo Frigotto da seguinte maneira:

A primeira revolução industrial abrange um período de mais de 70 anos (1730-1830) de invenções, sendo as mais expressivas, o tear e a máquina a vapor. Esta primeira revolução industrial muda as bases técnicas da produção: concentra-se o capital, amplia-se a divisão do trabalho. O capital funciona, agora, sob as condições técnicas que lhe são favoráveis. A gerência científica do trabalho dá-se na perspectiva de forte domínio do capital sobre o trabalho. Do ponto de vista da qualificação, o trabalhador perde o controle do instrumento do trabalho e do saber mais global sobre o trabalho. Demanda-se uma qualificação especializada. A segunda revolução industrial começa no final do século XIX e é caracterizada pelo surgimento do aço, energia elétrica, petróleo e indústria química. Essa revolução permite a maximização da organização e a gerência do trabalho. Expõe, de outra parte, mais cruamente, as contradições e o esgotamento de determinadas relações de trabalho. O fordismo representa, ao mesmo tempo, uma resposta técnica, organizacional e política a esta fase do processo capitalista de produção. A terceira revolução industrial, cujo impacto começa a se fazer sentir a partir das últimas décadas, caracteriza-se por uma velocidade descontinuamente brutal no processo tecnológico, na escala de produção, na organização do processo produtivo, na centralização do capital, na organização do processo de trabalho e na qualificação dos trabalhadores (FRIGOTTO, 1989, p.40).

A Cerâmica Candelária³⁵, importante indústria do setor oleiro no Rio Grande do Sul, conta a história do surgimento do tijolo e alega que a Revolução Industrial trouxe, também, para o processo de trabalho oleiro, muitas modificações, como a produção em massa de tijolos. Assim, a maior parte das pequenas oficinas que produzia tijolos desapareceu para dar lugar a grandes fábricas, com fornos enormes, que tornavam a produção de tijolos mais rápida e barata. O uso do tijolo foi generalizado e, por toda a Europa, apareciam novas fábricas que precisavam ser erguidas. Dessa maneira, a indústria de tijolos se expandiu largamente, apesar de, ainda hoje, existir muitas olarias que trabalham com o sistema rudimentar.

Este é o caso da Olaria na qual realizamos a pesquisa de campo. Nela, o trabalho manufaturado e o trabalho industrial são realizados simultaneamente. Isso porque, apesar de o sistema industrial produzir muito mais e utilizar menos trabalhadores, o trabalho manufaturado é mantido por imposição do proprietário mais antigo e, também, por que as peças produzidas dessa forma são vendidas para fins decorativos, e segundo ele tem um nicho de demanda, que é da arquitetura. Os arquitetos sempre põem em seus projetos os tijolos artesanais, pois eles consideram que valorizam seus projetos ambientais. Assim define o proprietário, os tijolos manufaturados são a alma da olaria, já que deram início ao que existe lá hoje, promovendo o sustento de muitos trabalhadores. Por isso, ele faz questão de manter o sistema. Esse fato é expresso quando o proprietário diz: “como pode a olaria viver sem alma? Esse sistema de sentir o barro nas mãos é o que faz sentido à olaria existir”.

Ouvir aquele homem, se referir a Olaria dessa forma foi emocionante, pois em suas palavras continha sua história de vida. Sua vivacidade demonstrava o amor ao barro, ao produto do barro, o tijolo artesanal.

Será que também foi este o pensamento dos artesãos na época da Revolução Industrial, quando suas oficinas foram sendo destruídas e eles perderam o controle de seu trabalho? Nesse momento, não foi possível responder a esta indagação, mas tal reflexão é algo que pode ser feito. Sabemos que, com a Revolução Industrial, o modo de produção foi modificado, o que antes era manufaturado passou a ser industrial, sendo implantado um sistema hegemônico de produção, com capacidade material para expandir a produção em grande escala, o sistema capitalista, que mudou o modo de vida de toda a sociedade.

Dessa forma, o ser humano, que era o cerne no trabalho artesanal, passou a ser apenas o meio no trabalho industrial, pois a máquina se tornou central no novo sistema, o que desqualificou o seu trabalho. O sistema capitalista se desenvolveu por meio da tecnologia,

³⁵ - Cerâmica Candelária teve início no dia 02 de março de 1956, na localidade da linha Brasil, Candelária-RS, nessa época fabricava tijolos maciços e telhas. Para saber mais <https://www.ceramicacandelaria.com.br/>

cada vez mais aprimorada, das máquinas, que ocupou vários postos de trabalho, como explicam Marx e Engels:

O desenvolvimento da maquinaria e a divisão do trabalho levam o trabalho dos proletários a perder todo caráter independente e com isso qualquer atrativo para o operário. Esse se torna um simples acessório da máquina, do qual só se requer a operação mais simples, mais monótona, mais fácil de aprender (MARX; ENGELS, 1996, p.72).

Assim, a manufatura tem como principal fundamento as habilidades e qualificações das técnicas de cada indivíduo, um entrave para a expansão da produção. Esse fato foi um dos motivadores para o desenvolvimento do novo sistema, pois as máquinas foram se aperfeiçoando e a burguesia queria uma produção cada vez maior. Nesse contexto, o capital foi se acumulando, o que fortaleceu a burguesia, uma vez que ela era a possuidora dos meios de produção e controlava o tempo de trabalho, o que antes não acontecia, pois o artesão era dono de seu tempo e de seu trabalho.

Na olaria pesquisada, o sistema de produção industrial foi instalado há pouco tempo, e a diferença no potencial de ganho financeiro é clara, uma vez que, nesse sistema, a cada 4 horas de trabalho, são produzidos 4 mil tijolos, com apenas 3 funcionários trabalhando por período, enquanto no sistema de produção manufaturado são fabricados entre 1500 e 2000 mil tijolos por dia, por cada funcionário. Podemos verificar, nesse processo, o que Marx (2011, p.213) deduziu na época em que a maquinaria tomou o lugar do artesão: que quanto maior o tempo em que a máquina permanece repetindo o mesmo processo de trabalho, maior será o valor ganho pelo capitalista. Assim sendo, Marx explica que:

[...] a ferramenta não é suprimida pela máquina: de um instrumento diminuto do organismo humano, ela se amplia e se multiplica no instrumental de um mecanismo criado pelo homem. O capital faz o operário trabalhar, agora, não com a ferramenta manual, mas com a máquina que maneja os próprios instrumentos (MARX, 2011, p.443).

Tendo em vista a teoria de Marx, podemos afirmar que as operárias não têm consciência dessa estratégia, pois trabalhar no setor industrial da olaria é um desejo delas. Essas operárias consideram que, como o trabalho não é feito em campo aberto, ele é menos cansativo. O único inconveniente apontado por elas é o tempo de trabalho, já que, na manufatura, as trabalhadoras param quando sentem vontade. No setor industrial, por sua vez,

os momentos de pausa e os períodos de trabalho são delimitados pelo funcionamento da máquina, porque, enquanto houver material, ela não poderá ser desligada. Apesar de as operárias desejarem trabalhar no setor industrial, foi observado que não havia nenhuma máquina sendo operada por elas.

Questionamos o diretor sobre o fato de não haver mulheres trabalhando no setor industrial da Olaria. Ele nos informou que não escalava mulheres para este local, porque o trabalho é “muito pesado para elas”. Contudo, o que observamos está em consonância com o o que Helena Hirata (1995) já comprovou em suas pesquisas: os trabalhos com conhecimento técnico são direcionados aos homens, tendo em vista que tais atividades proporcionam maiores rendimentos. Então, questionamos as operárias se realmente o trabalho no setor industrial seria considerado por elas mais penoso. Segundo as mulheres o trabalho na manufatura exige mais esforço, já que as formas de barro são mais pesadas.

O material usado no processo de trabalho no setor industrial é o mesmo que do adotado no setor de manufatura, porém, no primeiro, a argila é colocada com uma pá em uma esteira, que a leva diretamente para o desintegrador.

FOTOGRAFIA 25 - Material para o desintegrador



Fonte: Acervo da autora.

FOTOGRAFIA 26 - Desintegrador

Fonte: Acervo da autora.

O desintegrador tritura a argila, fazendo com que fique homogênea. Depois, o material segue para a laminação, onde acontece o processo de compactação, tornando-a menos porosa e com maior densidade, eliminando bolhas de ar ou aglomerados remanescentes. Dessa maneira, são eliminados pedriscos e raízes que ainda existirem na argila, fazendo com que o processo de extrusão se torne mais preciso e com menos risco de o material final sair danificado. No processo da extrusão, diferentemente do que acontece no processo manufaturado, a maromba é responsável por dar forma ao produto final. Ela o faz ao forçar um pistão ou eixo helicoidal em seu interior, passando a massa, continuamente, por um molde ou boquilha. A massa adquire a forma deste último, gerando, então, uma coluna contínua, com a forma desejada já definida. Essa coluna é levada por uma esteira para ser laminada e cortada nas medidas padronizadas previamente.

FOTOGRAFIA 27 - Coluna contínua para ser cortada



Fonte: Acervo da autora.

FOTOGRAFIA 28 - Corte do tijolo



Fonte: Acervo da autora.

FOTOGRAFIA 29 - Tijolos na estufa para secagem natural



Fonte: Acervo da autora.

FOTOGRAFIA 30 - Tijolos de oito furos no estoque



Fonte: Acervo da autora.

Após essa etapa, o tijolo cortado (Foto 22) e levado para a estufa, pois, se permanecer no ambiente externo e chover, ele pode ser danificado, uma vez que ele é menos compacto que o tijolo manufaturado. O tijolo ficará armazenado até a secagem natural, para ir ao forno, e depois será estocado para a venda (Fotos 23 e 24).

4.6 - Trabalho das mulheres na olaria

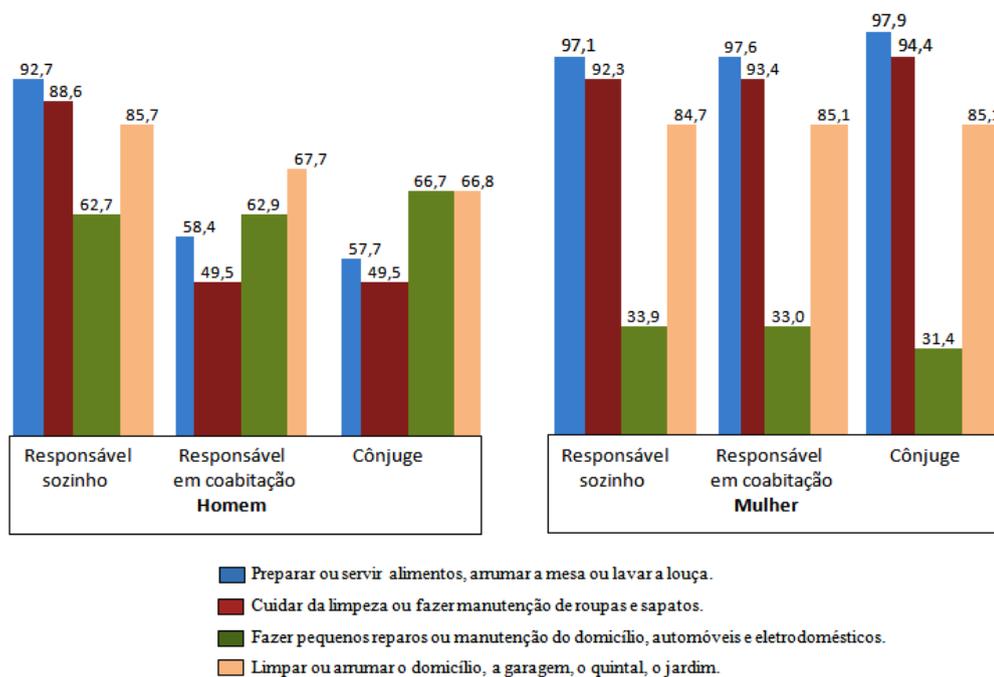
O trabalho das mulheres na olaria é pesado, repetitivo e inóspito, pois ele é realizado ao ar livre, sendo sujeito às intempéries, como sol muito quente e ventos que trazem muita areia. A jornada de trabalho é sacrificante. As mulheres começam a trabalhar às 3h e terminam sua jornada, ao enformarem os tijolos, por volta das 11h. Após esse horário, elas

vão para casa, almoçar, e voltam ao trabalho às 12h, quando começam a empilhar os tijolos recém-enformados, dando início à secagem. Depois de empilharem os tijolos, elas retornam definitivamente para suas casas. Nesse momento, inicia-se a sua outra jornada: a jornada no privado. Então, elas trabalham 6 horas e 45 minutos com a enformação de tijolos, depois mais 2 ou 3 horas com o empilhamento, totalizando, aproximadamente, 9 horas e 45 minutos de trabalho por dia, na olaria. Já em casa, essas mulheres trabalham por volta de 4 a 5 horas. Os homens que trabalham na olaria, em contrapartida, quando voltam para casa, apenas descansam, pois suas companheiras fazem o trabalho doméstico, apesar de elas também trabalharem na Oleria.

O tempo duplo de trabalho da mulher é o que Hirata (2010, p. 46) chama de “modelo de conciliação”, no qual a mulher trabalha fora, mas concilia trabalho profissional e trabalho doméstico. Por outro lado, o homem não faz essa conciliação, pois, para ele, não há exigências de realização de atividades domésticas, por parte das instituições da sociedade ou das normas sociais. Essa constatação é corroborada por Araújo e Veiga (2017), em pesquisa realizada entre os anos de 2013 e 2014, referente às relações de gênero nas famílias. Na conclusão de seu estudo, as autoras informam “[...] que em qualquer idade o número de horas dedicadas ao trabalho doméstico é bem maior para as mulheres.” (ARAÚJO; VEIGA, 2017, p.60), Posto isso, fica claro que as mulheres trabalham mais horas não remuneradas que os homens.

Ao analisarmos o gráfico a seguir, formulado a partir dos dados apresentados pelo IBGE em março de 2019, referente à pesquisa sobre a realização de trabalhos domésticos por homens e mulheres, no período de 2010 a 2018, é possível concluir que a responsabilidade pela realização das atividades doméstica é maior para as mulheres do que para os homens, independentemente de terem cônjuges ou não.

Gráfico 2- Afazeres domésticos entre homens e mulheres, no período de 2010 a 2018



Fonte: Elaborado pela autora.

O Observatório da Igualdade de Gênero³⁶, que desenvolve várias pesquisas sobre gênero em diversos países da América Latina, também constatou que, em nenhum país pesquisado, as horas de trabalho não remuneradas dos homens superam as das mulheres. A realidade das trabalhadoras da Olaria não é diferente, já que, conforme explicitado, o trabalho delas nesse local começa às 3h e termina às 15h, de segunda a sexta-feira, e, quando chegam a casa, elas continuam trabalhando, realizando o trabalho considerado não produtivo, enquanto seus companheiros se banham e vão descansar

³⁶ - O Observatório Brasil da Igualdade de Gênero surgiu em diálogo com a iniciativa da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) de criação de um Observatório de Gênero para América Latina e Caribe, como estratégia de disseminação de informações acerca das desigualdades de gênero e dos direitos das mulheres, com vistas a subsidiar o processo de formulação e implementação de políticas de gênero e de políticas públicas com perspectiva de gênero no país. Lançado em 8 de março de 2009, o observatório é uma iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), hoje, Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, em parceria com outras instituições públicas, organizações da sociedade civil e organismos internacionais, que mantém diálogo com outros observatórios do Brasil e da América Latina. Para saber mais: <https://oig.cepal.org/pt>

5 - ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesse tópico apresentaremos a análise dos dados coletados durante a pesquisa de campo, que procurou investigar como as trabalhadoras da Olaria constroem sua experiência na atividade no trabalho. Os dados analisados referem-se aos resultados obtidos por meio das observações, entrevistas semiestruturais, da técnica da Instrução ao Sósia e da releitura das anotações sobre as reflexões realizadas no campo de pesquisa.

Na tentativa de responder à pergunta inicial *Como as operárias constroem a experiência na atividade de trabalho na olaria?*, foram elaborados objetivos específicos. A especificação do conceito de experiência visa nos auxiliar na compreensão da experiência na atividade de trabalho, sendo que este conceito serve de fundamento para esta pesquisa. Nesse seguimento, o conceito de experiência também nos respalda na análise da atividade de trabalho, que é o segundo objetivo específico traçado para esta tese. Esse percurso é crucial para demonstrar que experiência e atividade de trabalho são indissociáveis.

Por se tratar de um estudo que envolve as categorias mulher e trabalho, foi indispensável investigar, na olaria, as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho, bem como abordar a interseccionalidade, o que nos possibilitou observar os problemas que acometem as operárias, tais como opressão, machismo, racismo.

Foi de grande importância verificar a configuração dos processos do trabalho manufaturado e industrial que são executados, simultaneamente, na Olaria. O setor industrial nos ajuda a levantar questionamentos, pois algumas operárias desejam trabalhar lá, mas foi observado que elas não são indicadas pelo fato de serem mulheres, motivo que acentua a problemática machista no trabalho na Olaria. Dessa maneira, com o desenvolvimento desta pesquisa orientada pelos objetivos específicos, foi possível alcançarmos, em parte, ao objetivo geral: compreender como acontece a construção da experiência de trabalho pelas operárias de uma olaria, na atividade de trabalho.

A abordagem ergológica foi fundamental para a análise. Por meio dela, foi possível concluirmos que a atividade representa um movimento. É no lastro desse pensamento, que este estudo conduz ao conceito de experiência elaborado por John Dewey (1985), defensor de que a experiência é a integração interna e a realização alcançada por um movimento ordenado e organizado. Assim dito, e, por meio dos depoimentos dos trabalhadores e trabalhadoras, fizemos nossa análise, abordando, pelo ponto de vista dos sujeitos, as atividades que exercem no trabalho.

A atividade de trabalho oleiro é exercida em um “meio que é infiel (CANGULHEM,

2009, p.64)”, sujeito às intempéries de todos os tipos, no qual os trabalhadores e as trabalhadoras necessitam do exercício de sua experiência pessoal para seu desenvolvimento do trabalho. Notamos a necessidade da experiência na fala de Hera, quando ela diz que “se não bater a forma, antes, direitinho, os cantos não saem direito. A fala de Hera nos remete ao que Dewey (1985) explica, quando afirma que se “não houver reflexão, a experiência não acontece”. Assim, a experiência não será positiva.

Comparando a fala de Hera ao que foi observado, notamos que, nem sempre, ela dá essa “batidinha” na forma. Nesse contexto, entendemos que essa “batidinha” é o que lhe foi prescrito como ação necessária para que o tijolo saia da forma com qualidade. Mas, em substituição à essa “batidinha”, vimos que ela passa os polegares nos cantos da forma. Quando dissemos à operária que ela fazia isso, Hera nos respondeu que, aos poucos, foi substituindo a “batidinha”, pois ela está sentindo, ao longo do tempo, a forma cada vez mais pesada. Contudo, constatamos que, em determinados momentos, ela não percebe quando dá a “batidinha” ou quando passa os polegares na forma. Nessa ação da trabalhadora, identificamos que, para lidar com a dramática do peso da forma, ela faz “uso de si”, para resolver seus conflitos, substituindo a “batidinha” pelo uso dos polegares.

A observação e a entrevista nos possibilitaram refletir sobre a divisão sexual do trabalho na olaria e nas casa das trabalhadoras desse local. Diante das falas das operárias verificamos que, mesmo que elas trabalhem na olaria com seus maridos, o trabalho doméstico é executado somente por elas. Diante da fala das trabalhadoras, observamos a configuração da divisão sexual do trabalho, em que homens são provedores, e mulheres, cuidadoras. Devido a esse estigma, cabe às mulheres a responsabilidade pelos cuidados domésticos, e, aos homens, o descanso doméstico.

Na olaria, por seu turno, existem trabalhos que são destinados apenas aos homens, como acontece no setor de produção industrial, e trabalhos realizados somente por mulheres, como a produção de tijolos artesanais. Além disso, foi observado que, seguindo o raciocínio imposto pela sociedade de que o ato de prover compete ao homem, a eles são destinados os melhores cargos e os melhores salários, enquanto as tarefas mais fáticas, mais estéticas e com menor remuneração são destinadas às mulheres, mesmo que algumas delas sejam responsáveis pelo sustento de suas famílias.

No que diz respeito ao tempo que os funcionários estão empregados na Olaria, apuramos que o empregado mais recente foi contratado há três anos. Perguntamos o porquê de permanecerem tanto tempo trabalhando na olaria, e a maioria respondeu gostar do trabalho, além da facilidade de poder residir no local e ter um bom relacionamento com o proprietário.

Ademais, os trabalhadores disseram que a crise está muito grande, que há muitas pessoas desempregadas e que têm medo de deixar o emprego na olaria e não encontrar outro, pois sabem que a exigência de formação é muito grande e eles, devido a baixa escolaridade, dizem não ter o que oferecer.

Perguntamos às mulheres se elas gostariam de trabalhar no setor industrial da Ollaria, e a maioria respondeu que sim, pois pensam ser um trabalho mais leve, em que se trabalha na sombra e sem ter que mexer diretamente com o barro. Enfim, as trabalhadoras consideram que o trabalho no setor industrial é melhor. Contudo, não há mulheres trabalhando nesse setor da Ollaria, porque, segundo o diretor-proprietário, esse trabalho é muito pesado. Porém, de acordo com as operárias, manusear as formas de tijolo com barro molhado é muito mais pesado, ou seja, elas não concordam com a explicação dele.

Esse fato corrobora a conclusão de Abramo (1994, 1997) ao analisa a inovação tecnológica e o gênero no mercado de trabalho, de que: “[...] a inovação tecnológica e a modernização empresarial não têm contribuído de forma significativa para reduzir a discriminação feminina no mercado de trabalho e eliminação da divisão sexual do trabalho” ABRAMO (1994,1997).

Nesta tese, adotamos a técnica de Instrução ao Sósia (IaS) com a intenção de saber como a operária constrói sua experiência na atividade de trabalho na olaria. Durante a IaS, a trabalhadora entrevistada forneceu “[...] aspectos práticos do trabalho que estavam situados na experiência prática” Pereira(2017), fato de extrema importância pois agrega informações a pesquisa. Destacamos que somente uma pessoa com experiência no ofício poderia nos orientar a buscar por determinada forma, com nome dela, pois somente essa não machucava as mãos. A operária sabia desse detalhe, devido à sua experiência.

E, à medida que a Instrução ao Sósia seguia, ela passava informações sobre a realização de seu próprio trabalho, como a fala sobre a retirada dos caroços que poderiam estar no barro e que danificam os tijolos. Assim, a IaS se mostrou uma técnica muito rica, pois, no momento em que a trabalhadora (linha 14T) nos instruía, devido à riqueza de detalhes, de gestos e expressões, era como se ela estivesse revivendo a situação, na atividade de trabalho. Foi fascinante, dado que já tínhamos observado a operária várias vezes em seu posto de trabalho, e ela simplesmente repetiu as informações sobre como a atividade é realizada no local.

A técnica tem seu fascínio, porém não é fácil de ser executada, como vemos na linha 02T, em que se constata o que afirma Silva *et al.*: “[...] que o sósia substituto tem todas as dificuldades para recuperar a experiência do trabalhador”. (SILVA *et al.*, 2016,p.449). Tendo

isso em mente, continuam os autores, “[...] é fundamental compreender como o sujeito realiza a sua atividade profissional, como ele age nas diferentes situações encontradas e quais caminhos ele encontra para ultrapassar os diferentes obstáculos” (SILVA *et al.*, 2016, p.449).

Portanto, na IaS, é necessário que o trabalhador não verbalize somente as prescrições do trabalho, mas detalhe, efetivamente, o que se faz no decorrer do trabalho. Somente dessa forma, talvez, será possível se aproximar do processo de formação da experiência.

Mas, em vários pontos, quando ela usa a expressão “você deve”, percebemos um imperativo. Então, notamos que ela está utilizando a prescrição. Todavia, há momentos, como na linha 14T, nos quais a trabalhadora parece não recorrer à prescrição, executando a atividade de acordo com o que julga ser um tijolo produzido de forma correta. Ela deixa a experiência comandar, fazendo uso de si, que, segundo Schwartz (2000, p.48), “[...] é a forma indiscutível de manifestação de um sujeito”. Com relação à experiência, na linha 32T, sua fala nos faz entender que a experiência é “esse fazer todos os dias.”

É significativo o destaque para a compreensão de que não há experiência sem atividade, visto que, é por meio da atividade, no posto de trabalho, que os sujeitos desenvolvem sua experiência fazendo uso de si e dos outros, para conseguir “desembaraçar” as dramáticas que vão surgindo.

6 - EM BUSCA DE UM FINAL

O sobressalto da humanidade, se vier, passa necessariamente pela consciência individual ao se propagar totalmente como uma onda de choque coletivo.
(Edgar Morin)

Consideramos a impossibilidade de elaborar uma conclusão definitiva, pois o conhecimento não tem fim. Ele é como o horizonte, quanto mais se aproxima, mais se distancia. E, uma vez que a pesquisa científica é uma experimentação contínua, ela é uma dialética. Assim, os conteúdos abordados nesta tese não representam fórmulas únicas e acabadas. Eles são reflexões que, futuramente, poderão ser abordados por outros pesquisadores, com uma nova visão diante do problema apresentado.

Acreditamos que, ao realizarmos a nossa última análise deste estudo, será preciso rever, primeiramente, os caminhos pelos quais nos movimentamos durante a pesquisa. Por ora, conseguimos apurar e refletir sobre o tema nos guiando através dos objetivos específicos, que nos ajudaram à alcançar o objetivo geral: *compreender como acontece a construção da experiência de trabalho pelas operárias de uma olaria, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, na atividade de trabalho.*

O encontro com as trabalhadoras e os trabalhadores nos possibilitou uma aproximação do trabalho real e a viabilizou a realização da análise da atividade. Por meio dessa análise, cremos que foi possível revelar as nuances do posto de trabalho e, dessa maneira, clarear as repercussões que se originam das transformações do trabalho das trabalhadoras e dos trabalhadores da Olaria pesquisada. Assim, cumprimos um dos objetivos específicos: analisar, ergologicamente, a atividade de trabalho das operárias.

Toda a pesquisa se alicerçou na análise da atividade respaldada pelo arcabouço da abordagem ergológica do trabalho, que, também, contribuiu para a especificação do conceito de experiência. Porém, antes do tratamento desse conceito, foi necessário compreender outras noções da ergologia, como “atividade humana”, “uso de si” e “competência”.

Nós começamos pelo conceito de atividade humana, porque o ser humano vive em um mundo rodeado de objetos, ligados a outros e de todas as espécies, se situando no centro de tudo. Logo, esse é o meio no qual o ser humano reagirá, assim supôs o filósofo Canguilhem (2015). Diante do exposto, entendemos que a atividade humana é uma intensa dialética entre o ser humano e o seu meio, sendo que a atividade de trabalho é uma das formas de interação.

A atividade de trabalho é um encontro do trabalhador com meio, no qual emergem necessidades de gerir os imprevistos, por meio de negociações. Ela exige muito das trabalhadoras pesquisadas, pois elas precisam, sempre, buscar suas memórias, seus confrontos internos. Esses confrontos são as dramáticas e, diante delas, as trabalhadoras fazem o uso de si.

O uso de si nada é o uso que o sujeito faz de seus conhecimentos e valores particulares e coletivos, em determinadas situações. Em nossas observações no campo de pesquisa, vimos as operárias fazendo uso de si, quando, por exemplo, elas manejavam as formas de tijolo. Cada uma tinha uma maneira diferente de fazê-lo: Héstitia salpicava areia na forma antes de colocar o barro, como ela faz em uma forma de bolo. A operária busca em sua memória esse saber que, segundo ela, sua mãe lhe ensinou quando era mocinha. Já Hera não fazia alusão a nada. Ela simplesmente jogava a areia na forma, porque isso é o que tem de ser feito antes de se colocar o barro. Assim, as duas operárias recorriam a experiências diferentes para resolvem as dificuldades encontradas na atividade de trabalho, sinalizando a singularidade do ser humano.

Para fazer uso de si, é necessário um corpo-si, que é o árbitro na execução da atividade. As trabalhadoras e os trabalhadores não permitem as tentativas de objetivação, resistindo por meio das renormalizações, driblando as inconsistências do meio, para preencher os vazios das normas antecedentes. Os trabalhadores e trabalhadoras estão sempre se arriscando, sempre fazendo uso de si. Para fazer uso de si, eles utilizam suas competências, que possibilitam que eles saibam o exato momento para agir e quando se deve renormalizar.

No percurso da pesquisa, notamos que a experiência é um termo polissêmico, pois, desde a Antiguidade, vários estudiosos se aproximam desse conceito, de maneiras diferentes. Aristóteles, por exemplo, pensou a experiência como algo que começa na memória, ações que se repetem e acabam em uma única experiência. No século XVI, Descartes assegurava que a experiência se derivava totalmente do empirismo, pois ele sempre recorreu aos experimentos. Entendemos, portanto, que Aristóteles sempre usou a razão para justificar seus pensamentos, e Descartes, os experimentos.

Kant, com sua filosofia transcendental, justificava as suposições e as hipóteses com a confirmação pela experiência, ou seja, ele afirmava que a razão é universal e natural e seus conteúdos são vindos da experiência. Assim, ele criou, *a priori*, estruturas da sensibilidade e do intelecto, que permitem a experiência do objeto.

Esta reflexão foi feita para ilustrar alguns dos diferentes pensamentos sobre o conceito de experiência. Notamos nas respostas das trabalhadoras e dos trabalhadores que eles pensam

a experiência, igualmente, como um acúmulo de ações que se somam.

No nosso estudo, foi priorizado o tratamento do conceito de experiência a partir do arcabouço da ergologia e dos fundamentos teóricos de John Dewey. Este elaborou o conceito de experiência, tendo como substrato a natureza, na qual é gerado um processo de continuidade, o que ele chamou de atividade. Então, a partir do pensamento de Dewey, podemos entender o universo como um conjunto infinito de elementos que se relacionam perpetuamente, modificando-se reciprocamente. A esse agir entre os corpos, Dewey chamou de experiência, mas, ele nos lembra, também, que, no relacionamento humano, existe a reflexão.

Para Dewey, as constantes relações existentes no universo resultam na experiência. Contudo, existem corpos que não mantêm sua essência. Como exemplo, ele indica o ferro que, em contato com a água, perde suas características e se transforma em bióxido de ferro. Há corpos que têm preferências, seleções e adaptações, conservando seu organismo. E há os seres humanos, que, além de se adaptarem e selecionarem, têm preferências e são dotados da capacidade de reflexão. As reflexões sobre os fatos podem levar ao conhecimento e, ainda, à reconstrução da experiência.

Nós podemos ver nas respostas das trabalhadoras e dos trabalhadores, conforme a Tabela 1, que a experiência para eles é uma questão de tempo e repetição. Então, compreendemos que as trabalhadoras constroem sua experiência no trabalho e que é necessário um tempo para ocorrer a aprendizagem.

Após a reflexão aqui realizada, concluímos que Dewey e o Schwartz consideram a experiência como suporte para aprendizagem. Schwartz pensa que, em determinados casos, somente a experiência ensina. Já para Dewey, se a experiência for reflexiva, ela poderá aumentar o campo dos conhecimentos do indivíduo. Dessa forma, especificamos a experiência.

Destarte, prosseguindo com as nossas ponderações sobre o campo de pesquisa, trataremos sobre o processo de trabalho manufaturado e o industrial na olaria. Conforme dito, a olaria pesquisada opera com dois sistemas operacionais, o manufaturado e o industrial. Verificamos que, no sistema manufaturado, a maioria das trabalhadoras realizam a enformação dos tijolos, enquanto os homens exercem funções como forneiro e barrista, que têm os maiores salários.

No sistema industrial, trabalham somente os homens. Este sistema é o carro-chefe da produção do tijolo furado. Algumas operárias gostariam de trabalhar com esse sistema, porém, conforme informação obtida por meio da entrevista, o diretor-proprietário considera

que as mulheres não conseguiriam fazê-lo, por ser “muito pesado”. Com essa informação em mente, perguntamos às operárias qual método de trabalho é mais pesado, e elas responderam que na produção de tijolo artesanal é a forma mais pesada e que, no sistema industrial, o trabalhador quase não se tem contato com o barro, pois a máquina faz quase todo o trabalho.

Após algumas reflexões sobre a atividade observada, identificamos as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho na olaria. O principal indício foi a presença específica de homens trabalhando no sistema industrial e a confirmação do diretor de que operárias não trabalham neste local. Assim sendo, na olaria, observamos, claramente, os princípios da divisão social do trabalho: o princípio da separação, no qual há trabalho de homens e trabalho de mulheres (trabalho manufaturado para as mulheres e trabalho industrial somente para os homens), e o princípio da hierarquização, no qual o trabalho dos homens vale mais que o das mulheres (no trabalho industrial se ganha mais do que no trabalho manufaturado).

Essa divisão sexual do trabalho prolonga-se para o âmbito do privado, pois, durante a entrevista, ficou claro que os homens não executam as tarefas domésticas, após a jornada de trabalho na olaria, sendo que, aqueles que o fazem, é porque não têm a presença feminina em casa. Ao contrário, todas as mulheres informaram que fazem as tarefas domésticas, antes e depois do trabalho na olaria.

Além disso, a abordagem interseccional nos possibilitou constatar as opressões no trabalho, como exemplo podemos citar o relato da operária sobre os problemas com as formas com hastes de metal. Essas formas, conforme nos foi informado, podem provocar machucados nas mãos e nos braços, mas, mesmo assim, a direção não mudou o modelo do de material.

Nesse sentido, o entendimento sobre o DD3P e a interseccionalidade guiou nossas reflexões sobre como o poder hierárquico e o conhecimento formal podem se sobressair em relação ao conhecimento informal, derivado da experiência, provocando opressões nas trabalhadoras. Nós percebemos, também, que, na vivência do trabalho, as mulheres conseguem aprender e, assim sendo, constroem a sua experiência.

Entendemos que a experiência não se forma apenas no aprender o trabalho, mas, da mesma forma, ela acontece na convivência com os colegas, com o fato de saber lidar com a hierarquia, com o saber exercer a atividade de trabalho no trabalho, apesar de todos os contratemplos que podem acontecer. Tendo sempre em vista que a atividade de trabalho faz parte da atividade humana.

No posto de trabalho, foi possível captar também que a interseccionalidade é uma teoria que pode ser adotada quando os trabalhadores e as trabalhadoras estiverem lidando com o DD3P, lembrando que Schwartz explicou que o dispositivo é uma consequência direta da

ideia de renormalização na atividade. E, como já foi dito, as renormalizações são a maneira de os trabalhadores e as trabalhadoras exercerem a atividade de trabalho.

O exercício de tal atividade requer o saber do trabalho e os saberes que os trabalhadores e as trabalhadoras trazem em sua bagagem, construídos em suas vidas. Por isso, a pertinência, no caso deste estudo, do uso da teoria da interseccionalidade e do Dispositivo Dinâmico de Três Polos. Por fim, com as provocações que a pesquisa nos causou, encerramos esta tese com o desejo de permanecer em um campo pelo qual nos apaixonamos, porém é preciso continuar a busca, pois ela faz parte da formação humana.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. ed. Martins Fontes São Paulo. 2007.

ABRAMO, Laís Wendel. *A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?* 2007. 327 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-23102007-141151/publico/TESE_LAIS_WENDEL_ABRAMO.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2020.

ABRAMO, Laís Wendel; ARMIJO Marianela. Cambio tecnológico y el trabajo de las mujeres. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina, v. 5, n. 1, p. 31-68, 1997.

ABRAMO, Laís Wendel. Inovação tecnológica e segmentação por gênero no mercado de trabalho. In GITAHY, Leda (Org.). *Reestructuración productiva, trabajo y educación en América Latina*. Campinas, SP-IG/UNICAMP, Buenos Aires: RED CIID-CENEP, 1994. p. 229 a246.

AKOTIREN, Carla. *Interseccionalidade: feminismos plurais*. Ed. Sueli Carneiro. Polén. São Paulo. 2019.

Agência de notícias IBGE. Homens ganharam quase 30% a mais que as mulheres em 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27598-homens-ganharam-quase-30-a-mais-que-as-mulheres-em-2019#:~:text=Em%20todas%20as%20grandes%20regi%C3%B5es,femininas%20na%20ocupa%C3%A7%C3%A3o%20em%202019>>. Acesso em: 10/06/2020

ALMEIDA, Janilton de Lima. **Impactos ambientais provocados pela extração de argila no Município de Ibiassucê-BA**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 09, Vol. 03, pp. 35-46. Setembro de 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/meio-ambiente/extracao-de-argila>

ALVARES, Sônia Carbonell. *Maragogipinho – as vozes do barro: práxis educativa em culturas populares*. 2015. 375 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais*: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson, 1999.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Etnografia da prática escolar*. São Paulo: Papirus, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006.

ARANHA, Antônia Vitória Soares. O conhecimento tácito e a qualificação do trabalhador. *Revista Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 2, n.-2, p.-21-34, ago./dez.1997.

ARAÚJO Clara; VEIGA, Alinne. Um difícil equilíbrio-vida familiar e trabalho remunerado de mulheres e homens no Estado do Rio de Janeiro. In: *Entre casa e o trabalho*; gênero e família no Rio de Janeiro. ARAÚJO Clara ; GAMA Andréa (Org.).ed. ABE Graph. Rio de Janeiro. 2017

ARISTÓTELES. Metafísica. Livro I. In: *Os pensadores*, v.4 Abril Cultural, 1973.

ARTE E ARTISTAS. Operários – Tarsila do Amaral. 1 maio 2017. Disponível em: <<https://arteeartistas.com.br/operarios-tarsila-do-amaral/>>. Acesso em: 22/10/2019

BERTH, Joice. Opressões estruturais e empoderamento: um ajuste necessário. In: RIBEIRO, Djalma.(Coord.). *Feminismos Plurais*. ed. Jandaíra. São Paulo. 2019.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. v. 1. 2.ed. Ed, Nova Fronteira. Rio de Janeiro.2009

BIASOTTO, Karine. *Experiência e educação escolar em John Dewey (1859 a 1952)*. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2016.

BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Revue Diogène*, vo.1 1,n. 225 ed. Presses Universitaires de France. Paris, 2009. acesso em: 07/08/2019
<https://www.cairn.info/revue-diogene-2009-1-page-70.html>

BORGES, Gisele C. Bettega; ZANDONADI, Franciane Baroni. Análise de temperatura do posto de trabalho de forneiro em indústrias cerâmicas na cidade de Sorriso. Acesso em 25/08/2019. <http://www.segurancanotrabalho.eng.br/artigos/30102014.pdf>

BRITO, Jussara. Corpo e trabalho em busca de outras formas de intervenção sobre os riscos. In: PORTO, Marcelo Firpo; BARTHOLO, Roberto (Org.). *Sentidos do trabalho humano*, Miguel de Simoni, presença e inspiração. Rio de Janeiro: E-papers, 2016.

BROCHIER, Christophe. O aprendizado *in loco* nos canteiros de obras brasileiros. In: COSTA, Luciano Rodrigues; BARONE, Rosa Elisa Mirra (Org.). *Qualificação profissional em construção: formação e aprendizagem na construção civil*. CRV: Curitiba, 2014.

BURKE, P. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002.

BUSTAMANTE, Gladstone Motta; BRESSIAN, José Carlos. A indústria cerâmica brasileira. *Revista Cerâmica Industrial*, v. 5, n. 3, p. 31-36, maio/jun. 2000. Disponível em: <<https://www.ceramicaindustrial.org.br/journal/ci/article/587657067f8c9d6e028b4623>>. Acesso em: 30/11/2019

CABRAL JUNIOR, M.; MOTTA, J. F. M.; ALMEIDA, A. S.; TANNO, L.C.. RMIs: argila para cerâmica vermelha. IN: *Rochas e Minerais Industriais no Brasil: usos e especificações*. 2.ed. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2008. p. 747-770.

CABRAL JUNIOR, Marsis; AZEVEDO, P. B. M; CUCHIERO, Gláucia; MOTTA, J. F. M. Estudo Estratégico da Cadeia Produtiva da Indústria Cerâmica no Estado de São Paulo: Introdução e a Indústria de Cerâmica Vermelha. *Revista da ANICER – Estudo técnico – on line.*, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://revista.anicer.com.br/estudo-estrategico-da-cadeia-produtiva-da-industria-ceramica-no-estado-de-sao-paulo-introducao-e-a-industria-de-ceramica-vermelha>.

CAMPOS, Ana Claudia Borges. *Gestão da informação: uma análise ergológica da atividade do bibliotecário gestor*. 2016. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. (on line)

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

CASSIN, Bárbara. *O efeito sofisticado*: sofisticada, filosofia, retórica, literatura. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Maria Cristina Franco Ferraz e Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2005.

CESIT/IE - UNICAMP - Equipe do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho. Caderno de Formação n.3. As mulheres e o mercado de trabalho. 2017 Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/Caderno-3-web.pdf>

CLOT, Yves. *A função psicológica do trabalho*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CLOT, Yves. *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

COMTE-SPONVILLE, André. *Dicionário Filosófico*. Tradução de Eduardo Brandão. Ed, Martins Fontes. São Paulo. 2003.

COSTA, Fernando Braga. *Móises e Nilce*: retratos biográficos dos garis. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas. Tese. (doutorado em psicologia). Instituto de psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2008.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CUNHA, Daisy Moreira. Atividade humana e produção de saberes no trabalho. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 8., 2006, Recife. *Anais do ENDIPE*. Recife, 2006. Disponível em: <http://endipe.pro.br/anteriores/13/paineis/paineis_autor/d_paineis_autor.htm>. Acesso em: 22/10/2019

CUNHA, Daisy Moreira. Lições de pedra: das minas de saberes de valores. *Revista Educação Unisinos*, v. 13, n. 3, set./dez.2009.

CUNHA, Daisy Moreira. Notas conceituais sobre atividade e corpo-si na abordagem ergológica do trabalho. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 30., 2007, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPED, 2007. Disponível em: <<https://anped.org.br/sites/default/files/gt09-3586-int.pdf>>. Acesso em: 05/01/2020

CUNHA, Daisy Moreira. Saberes, qualificações e competências: qualidades humanas na atividade de trabalho. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 28., 2005, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPED, [s.n.], 2005.

CUNHA, Daisy Moreira. Trabalho, humana atividade. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 16, n. especial 1, p. 25-35, 2013.

D'AQUINO, Teresinha. Dobarroaopó: estudos sobre tecnologia, processo de trabalho e saúde ocupacional nas olarias. *Revista Perspectivas*, São Paulo, v. 12/13, p. 115-142, 1989/1990.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Tradução de Bento Júnior e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena *etal.*(Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DELPHY, Christine. Un féminisme matérialiste est possible? *Nouvelles Questions Féministes. Revue Internationale des Francophones*, n. 4, p.50-86, 1982.

DESCARTES, René. Discurso do método. In: *Os pensadores*. v.15 São Paulo: Editora Abril Cultural, 1973.

DEVREUX, ANNE-MARIE. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, set./dez.2005.

DEWEY, John. *A natureza humana e a conduta*. Bauru: Tipografia Brasil, 1956.

DEWEY, John. Arte como experiência. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

DEWEY, John. *Democracia e educação*. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1959a.

DEWEY, John. *Experiência e educação*. Tradução de Renata Gaspar. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

DEWEY, John. Experiência e natureza. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

DEWEY, John. *Reconstrução em filosofia*. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho e revisão de Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1959b.

DI FANTI, Maria da Glória Corrêa; BARBOSA, Vanessa Fonseca. Uma entrevista com Yves Schwartz. *Revista Letrônica*, Porto Alegre, v. 9, n. especial (supl.), p. 222-223, 2016.

DUC, Marcelle; DURAFFOURG, Jacques. O trabalho e o ponto de vista da atividade. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Org.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: EdUFF, 2007.

DUC, Marcelle; DURRIVE, Louis; SCHWARTZ, Yves. O homem, o mercado e a cidade. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Org.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: EdUFF, 2007.

DUC, Marcelle; SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. Trabalho e uso de si. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Org.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: EdUFF, 2007.

DURKHEIM, É. De la division du travail social. Paris: PUF, 1893. Quadrige, 2007

DURRIVE, Louis. A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 9, supl. 1, p. 47-67, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/tes/v9s1/03.pdf>>. Acesso em: 03/01/2020

FASSA, Farinaz; LÉPINARD, Eléonore; ESCODA, Marta Roca. L'intersectionnalité pour une pensée contre-hégémonique. In: *L'intersectionnalité: enjeux théoriques et politiques*. FASSA, Farinaz; LÉPINARD, Eléonore; ESCODA Marta Roca (Org.). Paris: La Dispute. Coleção Le Genre du Monde, 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Novo Aurélio*. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1972.

FREITAS, Viviane Gonçalves. Movimento de mulheres negras no Brasil: organização, agenda e contexto de lutas nos anos 1970 – 1990. In: FREITAS, Viviane Gonçalves. (Org.) Jundiaí. *Feminismos e interseccionalidade: mulheres protagonistas de suas histórias* (série Estudos Reunidos. Vol.75) ed. Paco. Jundiaí. 2019.

FÍGARO, Roseli. Um passeio pelo bosque da filosofia: Yves Schwartz, um pensador da atividade humana, sempre inédita e regida por valores. *Revista Comunicação & Educação*, n. 2, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. 1ª reimpressão. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramalhte. Petrópolis. Ed. Vozes, 1987

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e crise no trabalho: perspectivas de final de século*. Ed. Vozes. Petrópolis. 1989.

FURLANETTO, Beatriz Helena. Da infância sem valor à infância de direitos: diferentes construções conceituais de infância ao longo do tempo histórico. In: Congresso Nacional de Educação 2008, Curitiba. *Anais...* Champagnat: EDUCERE. Disponível em: <www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/892_632.pdf>. Acesso em: 1 mar.2020.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2008.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. Atlas: São Paulo, 2007.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Atlas: São Paulo, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GONZDLEZ, Erika Marion Robrahn. Teoria e métodos na análise cerâmica em arqueologia. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 8: 287-294, 1998.

GOMES, Thiago Barros. *Experiência como arte: John Dewey e a vanguarda artística estadunidense*. 2018.232 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

HESSEN Johannes. *Teoria do conhecimento*. Tradução – João Vergílio Gallerani Cuter Revisão Técnica – Sérgio Sérvulo da Cunha. Ed. Martins Fontes. São Paulo. 2000.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. *Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil*,

França, Japão. In: BRUSCHINI, ET AL. Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais. Rio de Janeiro, FGV, 2008.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Revista Cadernos de Pesquisa*, São Paulo. v. 37, n. 132. 2007.

HIRATA, Helena. Divisão internacional do trabalho, precarização e desigualdades interseccionais. *Revista da ABET*, v. 17, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/abet/article/view/41160/20620>>. Acesso em: 10/02/2020

HIRATA, Helena. Divisão – Relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. *Revista Em Aberto*, Brasília, v. 1, n. 65, p. 39-49, jan./mar.1995.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 26, p. 61-74, nov. 2014.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena. *Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa*. Revista Análises, número 7, 2015.

HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Org.). *Organização, trabalho e gênero*. 1. ed. São Paulo: Editora Senac, 2008.

Jornal UOAL. Estudo mostra desigualdade de gênero no mercado de trabalho. <https://economia.uol.com.br/noticias/agencia-brasil/2021/03/04/estudo-revela-tamanho-da-desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho.htm?cmpid=copiaecola>

CABRAL JUNIOR, Marsis; MOTTA, José Francisco Marciano; ALMEIDA, Amilton dos Santos; TANNO, Luiz Carlos. RMIs: argilas para cerâmica vermelha. 2005 disponível em: <http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/1085/1/28.ARG.%20CER.VERM%20.pdf>

CABRAL JUNIOR, Marsis; AZEVEDO, P. B. M; CUCHIERO, Gláucia; MOTTA, J. F. M. Estudo Estratégico da Cadeia Produtiva da Indústria Cerâmica no Estado de São Paulo: Introdução e a Indústria de Cerâmica Vermelha. *Revista da ANICER – Estudo técnico – on line.*, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://revista.anicer.com.br/estudo-estrategico-da->

cadeia-produtiva-da-industria-ceramica-no-estado-de-sao-paulo-introducao-e-a-industria-de-ceramica-vermelha/

KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. In: *Os pensadores*. vol. 25. ed. São Paulo: EditoraAbril, 1974.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Tradução de Valério Rohden e UdoBaldur Moosburger. São Paulo: Editora Nova Cultural,1999.

KERGOAT, Danièle. A Relação Social de Sexo da Reprodução das Relações Sociais à sua Subversão. Revista Pro-Posições- vol. 13.n. 1 Campinas. 2002

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Revista Novos EstudosCEBRAP*, São Paulo, n. 86, mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100005>. Acesso em: 31/01/2020

KERGOAT, Danièle Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli *et al.* (Org.). **Trabalho e Cidadania Ativa para as mulheres**. São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p.55-63. (Coleção Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher, n.3).

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et al.* (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KERGOAT, Danièle. A Relação Social de Sexo Da Reprodução das Relações Sociais à sua Subversão. Revista. Pro-Posições- vol. 13,n. 1. Campinas. 2002. <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0103-7307&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 31/01/2020

LEMINSKI, Paulo. *Caprichos & Relaxos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1983. p. 90.

LIMA, Estevam Luiz Nascimento. *Abordagem ergológica de situações de trabalho: estudo em uma empresa do ramo petrolífero*. 2007. 100 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

LIMA,Natália Valadares; PETRUS, Ângela Márcia Ferreira; CUNHA, Daisy Moreira. A produção de saberes no trabalho: qual o valor dos saberes investidos? *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 15, n. 31, jul./dez.2013.

LUZ, A. B.; LINS, F. A. F. *Rochas & minerais Industriais: usos e especificações*. 2.Ed. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2008. 990p.

MACEDO, Concessa Vaz de. *Diferenciação ocupacional e salarial do operariado feminino "vis-a-vis": o masculino na indústria brasileira*. 1985. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

MARIANO, Claudia Aparecida. *História, trabalho, educação: um estudo sobre a formação/qualificação dos trabalhadores da indústria de cerâmica em Monte Carmelo 1970/2009*. 2010. 281 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

MENDES, A. P. *Labirinto de cristal: mulheres, carreira e maternidade uma conciliação possível?*, 2017. 92f. Dissertação (Mestrado em psicologia social) – program de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MENDES, Francisco de Assis. *O barro de cada dia: oleiros e operários da atividade ceramista no Distrito de Flores, CE. 1981-1990*. 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado em Histórias e Culturas)– Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

MURARO, Rose Marie. *A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

NOGUEIRA, Cláudia Maria Franca Mazzei. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas: Autores Associados, 2004.

ODDONE, Ivar; RÉ, Alessandra; BRIANTE, Gianni. *Esperienza operaia, coscienza di classe e psicologia del lavoro*. Itália, Torino: Otto Editore, 2008.

ODDONE, Ivar; RÉ, Alessandra; BRIANTE, Gianni. *Redécouvrir l'expérience ouvrière: vers une autre psychologie du travail?* Paris: Editions Sociales, 1981.

OLIVEIRA, Flávio Silva de. *Sobre o conceito de experiência no pragmatismo de John Dewey*. 2018. 213 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2007.

PAULINO, Carol. *A mulher na olaria*. 2020. Grafite, nanquim e lápis de cor sobre papel. 210x148mm. Belo Horizonte. Minas Gerais, Brasil.

PEIRCE, Charles Sanders. *Como tornar nossas ideias claras*. Tradução de António Fidalgo. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/peirce_como_tornar_as_nossas_ideias_claras.pdf. Acesso em: 10/01/2020

PEIRCE, Charles Sanders. *Vida e Obra*. Coleção: Os pensadores. Ed. Abril cultural. São Paulo. 1983.

PEREIRA, Maristela de Souza. *Movimento operário italiano, Ivar Oddone e a instrução ao Sósia*. *Revista Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v.26, n. 3, p. 13-27, 2017.

PETRUS, Ângela Márcia Ferreira. *Da atividade de trabalho nos trilhos ao debate político e epistemológico sobre a penosidade*. 2017. 228 f. Tese (Doutorado em Educação e Psicologia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, em cotutela com a Universidade do Porto, Portugal, 2017.

PINHEIRO, Hamida Assunção. *Oleiros da vida: trabalho, ambiente e o futuro dos trabalhadores do barro em Iranduba (AM)*. 2015. 428 f. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade) – Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

PINTO C.P. & SILVA M.A. 2014. *Mapa Geológico do Estado de Minas Gerais, Escala 1:1.000.000*. Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, CODEMIG e Serviço Geológico do Brasil, CPRM.

PISCITELLI, Adriana. *Gênero: a história de um conceito*. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de.: SZWAKO, José Eduardo. *Diferenças e igualdades*. berlendis editores. São Paulo. 2009.

QUIRINO, Raquel. *Mineração também é lugar de mulher!* Desvendando a (nova?!) face da divisão sexual do trabalho na mineração de ferro. 2011. 289 f. Tese (Doutorado em Educação)– Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

QUIRINO, Raquel. *Divisão sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico conceituais em uma perspectiva marxista*. Revista Trabalho & Educação. Vol, 24. N. 2. 2015

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em ciências sociais*. 5. ed. Lisboa: Gradiva, 2008.

RIBEIRO, Margarida. *Engenho de amassar barro: subsídios para os estudos das técnicas da olaria popular*. 1972. p. 289-306. Disponível em: <http://bibliotecas.patrimoniocultural.gov.pt/oarqueologo/OAP_S3_v6_1972/OAP_S3_v6_1972_150dpi_pdf/p289-306/p289-306.pdf>. Acesso em: 15/05/2020.

SCALON, M. C. *Mobilidade Social: Teoria(s) e Método(s)*, 2001. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/25-encontro-anual-da-anpocs/st-4/st04-3/4569-mscalon-mobilidade/file> Acesso em: 20/04/2021.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, v. 1, n. 11, p. 71-75, 2000. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=11&numero_revista=11>. Acesso em: 23/11/2020.

SALLA, Natália Maria. *Produzir para construir: a indústria cerâmica paulistana no período da Primeira República (1889,1930)*. 201f. *Dissertação* (Mestrado em ciências) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2014. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-04022015-113635/publico/2014_NataliaMariaSalla_VOrig.pdf

SANTOS, J.O.; MUNITA, C.S. Estudo da tecnologia de queima de cerâmica arqueológicas por difratometria de raios x, Congresso norte nordeste de pesquisa e inovação - VIII CONNEPI – Salvador. Bahia 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1. ed. p. 73-94. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHAAN, D. P. 2003 Evidências para a permanência da cultura marajoara à época do contato europeu, *Revista de Arqueologia*, , n. 12. São Paulo. 2003.

SCHWARTZ, Yves. Abordagem ergológica e a necessidade de interfaces pluridisciplinares. *Revista Revel*, edição especial, n.11, 2016.

SCHWARTZ, Yves. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. *Revista Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n.7, jul./dez. 2000b.

SCHWARTZ, Yves. A experiência é formadora? *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 35-48, jan./abr.2010.

SCHWARTZ, Yves. *As linhas de desenvolvimento específicas da abordagem ergológica*. Minicurso, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

SCHWARTZ, Yves. Conceito, experiência, trabalho e linguagem. *Revista Trabalho & Educação*, v. 18, n. 3, set./dez. 2009.

SCHWARTZ, Yves. Conceituando o trabalho, visível e o invisível. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 9, supl. 1, p. 19-45, 2011c.

SCHWARTZ, Yves. *Expérience et connaissance du travail*. Paris: Messidor/Eds. Sociales, 2000a.

SCHWARTZ, Yves. Intervenção, experiência e produção de saberes. *Revista Serviço Social e Saúde*, Campinas, v. 10, n. 12. 2011b.

SCHWARTZ, Yves. Manifesto por um ergoengajamento. In: BENDASSOLLI, Pedro Fernando; SOBOLL, Lis Andrea Pereira (Org.). *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas, 2011d.

SCHWARTZ, Yves. Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. *Revista Letras de Hoje*, v. 49, n. 3, p. 259-274, 2014.

SCHWARTZ, Yves. Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. *Revista Educação & Sociedade*, v. 19, n. 65, p. 101-140, 1998.

SCHWARTZ, Yves. Produzir saberes entre aderência e desaderência. *Revista Educação Unisinos*, v. 13, n. 3, 2009a.

SCHWARTZ, Yves. Qual sujeito para qual experiência? *Tempus – Actas de Saúde Coletiva*, Brasília, v. 5, n. 1, p. 55-67, 2011a.

SCHWARTZ, Yves. Reflexão em torno de um exemplo de trabalho operário. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Org.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: EdUFF, 2007a.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis; DUC, Marcelle. Trabalho e ergologia. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Org.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: EdUFF, 2007 d

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e saber. *Revista Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 21-34, jan./jun.2003.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e uso de si. *Revista Pro-Posições*, Campinas, v. 1, n. 5, p. 34-50, jul. 2000.

SCHWARTZ, Yves. Un bref aperçu de l'histoire culturelle du concept d'activité. *Activités*, v. 4, n. 2, p. 122-133, 2007b.

SCHWARTZ, Yves. Une histoire philophique du concept d'activit quelques repères première partie. *Revista Ergologia*, n. 6, p. 115-179, mar. 2012. Disponível em <http://www.ergologia.org/uploads/1/1/4/6/11469955/6_schwartz.pdf>. Acesso em: 15/10/2020

SCHWARTZ, Yves. Uso de si e competência. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Org.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: EdUFF, 2007c.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. Revisões temáticas: glossário da Ergologia. *Revista Laboreal*, v. 4, n. 1, p. 23-28,2008.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Org.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: EdUFF,2007.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Org.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. 2 ed. Niterói: Editora da UFF,2010.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Org.). *Trabalho e ergologia II: diálogos sobre a atividade humana*. Belo Horizonte: Fabrefactum,2016.

SCOTT, Joan Wallach. A mulher trabalhadora. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no ocidente*. Porto: Afrontamento, 1991.p. 443-475. (O século XX, v. 4).

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Revista Educação e Realidade, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1990.

SILVA, A. K. L., CARABALL, G. P., PRESTES, M. G., XAVIER. D. G. P., DA ROCHA, J. FALCÃO. T., TORRES, C. C. Apropriações da Instrução ao Sósia na análise da atividade de trabalho. *Revista Estudos de Psicologia*, n.21 v.4. Campinas. 2016.

SILVA, Neusa Maria. *As expectativas profissionais das operárias de um canteiro de obras da construção civil de Belo Horizonte*. 2015. 104 p. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SOTERO, Marcus Paulo; TOLENTINO, E. J. T.; OLIVEIRA, S. A. M.; SANT'ANA, L. P. *Avaliação de recursos minerais do Brasil; insumos minerais para a construção civil na região metropolitana de Belo Horizonte*. – Belo Horizonte : CPRM, 2020

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In:CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,2003.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo,2011.

SURMANI, Josiane de Souza; TORTATO, Cintia de Souza Batista; SILVA, Sidney Reinaldo; BAPTISTELLA, Rogério. *Do mito de métis aos conceitos de “teto de vidro” e “labirinto de cristal”*: análises de assimetrias de gênero com enfoque cts. *Revista Mundi Sociais e Humanidades*. I Encontro Nacional Interdisciplinar em Ciência, Tecnologia e Sociedade (ENICTS 2019) Edição Especial. Paranaguá, PR, v.5, n.1, 82, 2020.

TEIXEIRA, C.M. *As Mulheres no Mundo do Trabalho: Ação das Mulheres, no Setor Fabril, para a Ocupação e Democratização dos Espaços Público e Privado*. *Revista, Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 25 n. 2, pp. 237-244. 2009

TEIXEIRA, Maurozan Soares. *O conceito de experiência em John Dewey: contribuições para uma epistemologia naturalizada*. 2018. 97 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018

TERSAC, Gilbert de; MAGGI, Bruno. O trabalho e a abordagem ergonômica. In. DANIELLOU, François *et al.* (Org.). *A ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos*. São Paulo: Edgar Blücher, 2004. p. 79-104.

TRINQUET, Pierre. Trabalho e educação: o método ergológico. *Revista HistedBR On-line, Campinas, n. especial*, p. 93-113, ago.2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VAZ, Daniela Verzola. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 765-790, dez.2013.

VERNIER-LOPIN, Dominique. *Dictionnaires Le Robert de poche*. Nouvelle édition. Publisher: La société Dictionnaires Le, Robert. Paris. 2012.

VIEIRA, Edileine Carvalho. *“O barro cinzento paulista”*: produção em barro cozido nas olarias do Tijucusú e de Pinheiros ordem São Bento em São Paulo entre o século XVI e XIX. 2016. 121 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2016.

VICTORIA, Anderson Magalhães. Recursos minerais de Minas Gerais – recursos minerais para a indústria cerâmica e vidreira. In: *Recursos Minerais de Minas Gerais on line: síntese do conhecimento sobre as riquezas minerais, história geológica, e meio ambiente e mineração de Minas Gerais* PEDROSA, Antônio Carlos Soares; VOLL, Elaine; CUNHA, Edson Campos (coordenadores). Belo Horizonte; Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais. 2018. Disponível em : <https://recursomineralmg.codemge.com.br/>

YANNOULAS, Silvia Cristina. Gênero e Mercado de Trabalho: situando a problemática. In.: YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.) *A convidada de pedra. Mulheres e políticas públicas de trabalho e renda: entre a descentralização e a integração supranacional: um olhar a partir do Brasil 1988-2002*. Brasília: Flacso, 2003

YANNOULAS, S. C (org); BANDEIRA, L. M.; BARBOSA, M.C.; LIMA, B. S.; SOUZA, A. M. F. L; MENEZES, M. B.; LOMBARDI, M. R.; OLIVEIRA, T. S.; VIANNA, C. P.; DIAS, M. J. S.; TEIXEIRA, M.; CERQUEIRA, M. D. S. R.; GOREN, N.; MARCONDES, M. M.; CARRILHO, A. *Trabalhadoras: Análise da feminização das profissões e ocupações*. 1 a edição. Brasília: Editorial Abaré, 2013. 302p.

YANNOULAS, S. C (org.). *A convidada de pedra. Mulheres e Políticas públicas de trabalho e renda: entre a descentralização e a integração supranacional. Um olhar a partir do Brasil 1988-2002*. Brasília: Flacso/Abaré, 2004.

WILLIS, Paul. *Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução social*. Porto Alegre: ArtesMédicas, 1991.

ANEXOS

ANEXO 1 – ROTEIRO ENTREVISTA PARA MULHERES

1. Qual foi seu primeiro trabalho?
2. Há quanto tempo você trabalha na olaria?
3. Você escolheu trabalhar na olaria?
4. Você estudou na escola até que série? Você gostaria de continuar a estudar?
5. Para você, qual a importância da escola?
6. Você considera o trabalho aqui da olaria de homem ou de mulher? Por quê?
7. Como você aprendeu o trabalho da olaria?
8. Qual sua idade?
9. Como é a convivência com os colegas homens? Você poderia me explicar como é a divisão do trabalho aqui da olaria?
10. Você é casada? Tem filhos? Quantos?
11. Você poderia me explicar como ensinaria o seu trabalho para uma novata?
12. O que o trabalho na olaria lhe proporciona?
13. Na sua casa, quem faz o serviço doméstico?
14. Por que você não usa equipamento de proteção no trabalho?
15. Você desejaria falar o seu salário para mim?
16. Você tem carteira assinada?
17. Você gostaria de trabalhar fazendo tijolos industriais? Por quê?
18. Como é morar na casa da olaria?

ANEXO 2 – ROTEIRO ENTREVISTA PARA HOMENS

1. Há quanto tempo você trabalha aqui não laria?
2. Você já trabalhou em outros ofícios?
3. Você considera que o trabalho aqui da olaria é de homem ou de mulher? Por quê?
4. Como é a divisão do trabalho da olaria?
5. Qual sua idade? É casado? Tem filhos? Quantos?
6. Você estudou na escola até que série?
7. Você gostaria de voltar a estudar? Por quê?
8. O que o trabalho na olaria lhe proporciona?
9. Por que você não usa equipamento de proteção no trabalho?
10. Você desejaria falar o seu salário para mim?
11. Na sua casa quem faz o serviço doméstico?
12. Como você aprendeu trabalhar aqui?
13. Você tem carteira assinada?
14. Como é morar na casa da olaria?

ANEXO 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA PROPRIETÁRIOS

1. Há quanto tempo o senhor tem a olaria?
2. Como o aprendeu o trabalho?
3. Antes, o senhor trabalhava em qual ofício?
4. Para o senhor, o trabalho das mulheres tem diferença do trabalho dos homens?
5. Todos os funcionários são registrados?
6. O senhor fornece equipamentos de segurança do trabalho?
7. Por que o local onde eles fazem os tijolos artesanais não é coberto?
8. Por que não há mulheres trabalhando no setor de tijolos industriais?
9. O material que se usa para fazer os tijolos são extraídos aqui?
10. Por que a maioria dos trabalhadores mora aqui na olaria?
11. O senhor pode me explicar como é o processo de trabalho aqui na olaria?

ANEXO 4 – TÉCNICA DE INSTRUÇÃO AO SÓZIA (OPERÁRIA HERA)

01P— Conforme lhe expliquei, vamos supor que eu seja sua sózia e que, amanhã, eu vá substituir você em seu trabalho... quais instruções você me daria para que ninguém perceba a substituição? Você pode me dar as tarefas, as instruções do trabalho para que eu possa sair bem nas situações e me servir da sua experiência?

02T— Como te falei, a experiência não sei como falar, acho que é... o tempo. Posso dizer como fazer o trabalho.

03P— Ok. Quando você chega ao trabalho, o que faz primeiro?

04T— Você deve chegar às 3h da manhã, conversar com o barrista e com quem já estiver lá no terreiro, porque tem gente que chega antes..., cumprimentar as pessoas. Depois, você vai para a sua bancada.

05P—Hum...

06T— Na bancada, você vê se a caixa de areia ainda tem, por que se não tiver você terá que pegar o carrinho e ir naquele monte e levar areia fina para a caixa. Depois, você verifica como está o barro na sua bancada, porque se ele estiver muito seco, você tem que chamar o barrista para resolver ou tentar jogar água, mas sempre está no ponto.

07P— Pode acontecer outro problema com o barro?

08T— Pode. Às vezes, quando ele reaproveita as peças que não ficaram boas, costuma dar uns caroços no barro. Aí, você tem que reclamar com ele.

09P—E ele troca?

10T—Não. Mas, quando você vai encontrando os caroços, você tem que tirar, porque, senão, estraga o tijolo. E isso atrapalha sua produção...demora muito. Então, a gente reclama com o barrista, pois é trabalho dele dar um barro lisinho, mas quando ele reaproveita acontece esses problemas.

11T— Você tem que observar as formas também, as que eu trabalho tem meu nome, então você tem que pegar essas.

12P—Por que são diferentes?

13T—Para mim, são, pois já estou acostumada com elas. A lateral delas não machuca minhas mãos e o tijolo sai mais fácil delas. Você vai ver, cada um põe o nome na forma que mais

gosta.

14T— Para começar, você pega um pouco de água, depois joga areia na forma, depois tira o excesso, batendo a forma na beirada da caixa. Aí, você pega um pouco de barro para formar o bastão, [*gesticula como faz o bastão*]. Aí, você vai ajeitando —elel em cima da bancada e coloca dentro da forma. Você tem que fazer isso três vezes, porque a forma tem três espaços. Aí, você vem com o arame e raspa para tirar o barro de cima para o tijolo ficar reto. Antes de bater ele no chão, você tem que ver se os quatro cantos da forma estão cheios, porque se não estiver, o tijolo não fica quadrado. Depois disso, você dá uma batidinha (quando estou cansada, não bato. Passo o polegar nos cantos) na bancada com a forma e leva a forma lá e bate no chão de uma vez para o tijolo soltar. Você já olha para vê se não quebrou algum. Eu faço dessa maneira. Cada uma lá faz de um jeito. O importante é o tijolo sair direitinho.

15T— Aí, você continua até seu barro acabar, que deve ser lá pelas 7 horas. Aí, você para e toma um cafezinho e o barrista já vem trazendo mais barro para ocê, porque ele já viu que o seu barro acabou. Nem precisa falar com ele.

16P— Você só para na hora desse cafezinho?

17T— Não. Às vezes, quando estou cansada, paro para ir ao banheiro, paro para tomar água, mas não gosto muito, porque o barrista fica controlando e ele acha ruim. Mas não me incomodo, porque se eu produzir pouco eu que ganharei menos no final do mês, mas sempre produzo na média dois mil e quinhentos por dia.

18P— Todos os dias você faz a cota até 11h30?

19T— Não. Tem dia que não consigo. Aí, tenho que terminar depois do almoço. Aí, tenho que empilhar mais tarde. Minha filha me ajuda.

20T— Aí, quando dá 11h30, você deve ir para a minha casa, aquela lá, e fazer o almoço. Eu faço almoço e minha filha arruma casa e a cozinha. Depois do almoço, descanso um pouco para voltar 12h30.

21P— Quando volta, o que você faz?

22T— Depois do almoço, se você não tiver terminado de enformar, deve terminar. Se tiver terminado, deve começar a empilhar os tijolos. **23P**— Hum...

24T— Depois de empilhados, você deverá organizar sua parte do terreiro, que será: limpar sua bancada. Se quiser colocar areia para adiantar para outro dia, pode colocar. Varrer o chão, principalmente o dia que o barro tem caroço, porque a gente joga tudo no chão. Lavar as formas e deixar escorrendo para secar. Empurrar a bancada lá para o final do terreiro, porque, à medida que você for fazendo os tijolos, você deverá ir andando com ela para frente, porque você vai colocando os tijolos verdes atrás de você.

25P— Tijolo verde? O quê são?

26T— [risos] São os tijolos que acabaram de sair da forma.

27P— Geralmente, que horas você volta para sua casa?

28T— Mais ou menos 15h

29P— Aí, você vai descansar?

30T— Nada. Se tive roupa para lavar, vou lavar ou passar, cuidar do quintal, fazer a janta, para deixar para o almoço, porque, no almoço, eu só esquento. Aí, vou dormir lá pelas 20h ou, no máximo, 21h, para 3h começar novamente...

31P— Todos os dias, você sempre faz do mesmo jeito?

32T— Sim. Sempre do mesmo jeito. Desde que eu vim para cá que é assim. Antes, na outra olaria, eu tinha que amassar o barro com os pés, aqui tem a maromba, já é bem mais fácil. Acho que é isso que é experiência...

33P— Muito obrigada por sua ajuda. Foi muito importante para mim.

34T— Por nada. Quando você precisar, pode vir.

APÊNDICES

APÊNDICE A — TCLE OPERÁRIAS(OS)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO — Operárias (os)

Você está sendo convidada (o) como voluntária (o) para participar da pesquisa A construção da experiência pelas operárias, na atividade de trabalho em uma olaria, seguimento do canteiro de obras da construção civil. Este estudo será realizado pela doutoranda Neusa Maria da Silva, orientada pela Professora Dr^a Daisy Moreira Cunha, em que se pretende desvelar como acontece a construção da experiência na atividade de trabalho na olaria. Para este estudo, adotaremos os seguintes procedimentos: observação do ambiente de trabalho e das atividades desenvolvidas (o registro das observações será anotado em um caderno de campo) e realização de entrevista semi estruturada com os trabalhadores e com os proprietários. Será utilizado também o método de Instrução ao Sósia, que é quando se pede ao trabalhador para imaginar uma pessoa idêntica a ele e que fosse trabalhar no seu lugar, mas ninguém poderá desconfiar que é um sósia. Então, ele contaria, em detalhes, como é seu dia trabalho, desde o momento em que ele sai de casa até ao final do dia de trabalho. Os riscos da pesquisa são mínimos e se referem apenas ao possível cansaço e/ou constrangimento das participantes durante as entrevistas que durarão, no máximo, 30 minutos individualmente, no local onde a entrevistada considerar melhor, principalmente com as perguntas relacionadas às questões de gênero e financeiras, além de observações, que durarão 4 horas, por 3 dias, não consecutivos. Nesse caso, a entrevista e a observação poderão ser interrompidas e remarçadas para outra ocasião ou mesmo canceladas. A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e em hipótese alguma a/o participante e o local da olaria serão identificadas/os em qualquer publicação que possa resultar deste estudo. Em todos os instrumentos da pesquisa, um nome fictício substituirá o nome das participantes e do nome da olaria. O motivo que nos leva a pesquisar esse assunto relaciona-se, principalmente, ao fato de haver poucos estudos voltados para a atividade de trabalho da mulher operária em olarias ou na construção civil. A pesquisa poderá contribuir para visibilidade e valorização do trabalho da mulher nesta atividade. Para participar desta pesquisa, você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. A pesquisadora lerá esta autorização para você, além de esclarecer sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar, e você estará livre para participar ou recusar-se. Você poderá também retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer

momento. A sua participação é voluntária, e a recusa não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que você é atendido pela pesquisadora. Todo o material produzido na pesquisa (arquivos eletrônicos de armazenamento e notas de campo) será utilizado exclusivamente para fins de divulgação da pesquisa. Esse material será devidamente arquivado em equipamentos de multimídia, assegurado com senha, de uso exclusivo da pesquisadora, pelo período de cinco anos. Após esse período, todo o material será destruído. Os resultados da pesquisa serão sempre apresentados como o retrato de um grupo e não de uma pessoa. Cada participante terá o direito de acesso aos próprios dados. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, com espaço destinado para rubricas, sendo que uma via será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será fornecida a você. Devido ao caráter da investigação, o risco ou a possibilidade de afetar qualquer participante da pesquisa é mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, caminhar, ler etc. A fim de minimizar qualquer risco de desconforto ou constrangimento durante a pesquisa, a pesquisadora agirá de maneira extremamente respeitosa e ética independente das opiniões ou posicionamentos da(o) pesquisada(o). Mas, caso haja danos decorrentes da pesquisa, a pesquisadora assumirá a responsabilidade por eles. Você autoriza a gravação e utilização de áudio para fins acadêmicos? SIM NÃO Eu, _____, portadora(or) do documento de identidade _____, fui informada(o) dos objetivos do estudo *A experiência e a divisão sexual do trabalho na atividade em uma olaria de tijolos artesanais na cidade de Betim.*

, seguimento do canteiro de obras da construção civil de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma via deste termo de 170 consentimento livre e esclarecido e me foi dada oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas. Belo Horizonte, de _____ de 2019. Assinatura da(o) participante _____ Neusa Maria da

Silva (Pesquisadora) O COEP-UFMG (Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG) poderá ser contatado em caso de dúvidas éticas.

Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II – 2º andar – sala 2005; Campus Pampulha; Belo Horizonte, MG – Brasil; CEP.: 31270-901; e-mail: coep@prpq.ufmg.br; Telefone: (31)3409-4592.

Em caso de dúvidas com relação à pesquisa e /ou aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar: Neusa Maria da Silva (pesquisadora e doutoranda); e-mail: neusafilos@gmail.com;

Telefone: (31) 98828-3586.

Esta pesquisa é orientada pela Prof^ª Dr^ª Daisy Moreira Cunha; e-mail: daisy-cunha@uol.com.br;
telefone: (31)3409-6153. 171

APÊNDICE B – TCLE PROPRIETÁRIOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO — Proprietários

Você está sendo convidada (o) como voluntária(o) para participar da pesquisa— *A experiência e a divisão sexual do trabalho na atividade em uma olaria de tijolos artesanais na cidade de Betim*, seguimento do canteiro de obras da construção civil. Este estudo será realizado pela doutoranda Neusa Maria da Silva, orientada pela Professora Dr^a Daisy Moreira Cunha, em que se pretende desvelar como acontece a construção da experiência na atividade de trabalho na olaria. Para este estudo, adotaremos os seguintes procedimentos: observação do ambiente de trabalho e das atividades desenvolvidas (o registro das observações será anotado em um caderno de campo) e realização de entrevista semi estruturada com os trabalhadores e com os proprietários. Será utilizado também o método de Instrução ao Sósia, que é quando se pede ao trabalhador para imaginar uma pessoa idêntica a ele e que fosse trabalhar no seu lugar, mas ninguém poderá desconfiar que é um sósia. Então, ele contaria, em detalhes, como é seu dia trabalho, desde o momento em que ele sai de casa até ao final do dia de trabalho. Os riscos da pesquisa são mínimos e se referem apenas ao possível cansaço e/ou constrangimento das participantes durante as entrevistas que durarão, no máximo, 30 minutos individualmente, no local onde a entrevistada considerar melhor, principalmente com as perguntas relacionadas às questões de gênero e financeiras, além de observações, que durarão 4 horas, por 3 dias, não consecutivos. Nesse caso, a entrevista e a observação poderão ser interrompidas e remarcadas para outra ocasião ou mesmo canceladas. A pesquisadora ratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e em hipótese alguma a/o participante e o local da olaria serão identificadas/os em qualquer publicação que possa resultar deste estudo. Em todos os instrumentos da pesquisa, um nome fictício substituirá o nome das participantes e do nome da olaria. O motivo que nos leva a pesquisar esse assunto relaciona-se, principalmente, ao fato de haver poucos estudos voltados para a atividade de trabalho da mulher operária em olarias ou na construção civil. A pesquisa poderá contribuir para visibilidade e valorização do trabalho da mulher nesta atividade.

Para participar desta pesquisa, você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. A pesquisadora lerá esta autorização para você, além de esclarecer sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar, e você estará livre para participar ou recusar-se. Você poderá também retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua

participação é voluntária, e a recusa não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que você é atendido pela pesquisadora. Todo o material produzido na pesquisa (arquivos eletrônicos de armazenamento e notas de campo) será utilizado exclusivamente para fins de divulgação da pesquisa. Esse material será devidamente arquivado em equipamentos de multimídia, assegurado com senha, de uso exclusivo da pesquisadora, pelo período de cinco anos. Após esse período, todo o material será destruído. Os resultados da pesquisa serão sempre apresentados como o retrato de um grupo e não de uma pessoa. Cada participante terá o direito de acesso aos próprios dados. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, com espaço destinado para rubricas, sendo que uma via será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será fornecida a você. Devido ao caráter da investigação, o risco ou a possibilidade de afetar qualquer participante da pesquisa é mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, caminhar, ler etc. A fim de minimizar qualquer risco de desconforto ou constrangimento durante a pesquisa, a pesquisadora agirá de maneira extremamente respeitosa e ética independente das opiniões ou posicionamentos da(o) pesquisada(o). Mas, caso haja danos decorrentes da pesquisa, a pesquisadora assumirá a responsabilidade por eles. Você autoriza a gravação e utilização de áudio para fins acadêmicos? SIM NÃO

Eu, _____, portadora(or) do documento de identidade _____, fui informada(o) dos objetivos do estudo — *A experiência e a divisão sexual do trabalho na atividade em uma olaria de tijolos artesanais na cidade de Betim*, seguimento do canteiro de obras da construção civil de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas. Belo Horizonte, _____

Assinatura da(o) participante _____

Neusa Maria da Silva (Pesquisadora) O COEP-UFMG (Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG) poderá ser contatado em caso de dúvidas éticas. Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II – 2º andar – sala 2005; Campus Pampulha; Belo Horizonte, MG – Brasil; CEP.: 31270-901; e-mail: coep@prpq.ufmg.br; Telefone: (31)3409-4592.

Em caso de dúvidas com relação à pesquisa e/ou aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar: Neusa Maria da Silva (pesquisadora e doutoranda); e-mail: neusafilos@gmail.com;

Telefone: (31) 98828-3586. Esta pesquisa é orientada pela Profª Drª Daisy Moreira Cunha; e-mail: daisy-cunha@uol.com.br; telefone: (31)3409-6153.